



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

ANA DE LUANDA BORGES BRAZ DA SILVA

**HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS ACADEMICAS DE ESTUDANTES
LGBTQIA+ E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA DA PROFISSÃO DOCENTE**

**BELÉM - PA
2023**

ANA DE LUANDA BORGES BRAZ DA SILVA

**HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS DE ESTUDANTES
LGBTQIA+ E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA DA PROFISSÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação – ICED, da Universidade Federal do Pará, na linha de pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Lúcia Isabel da Conceição Silva.

BELÉM - PA
2023

B732h Borges Braz da Silva, Ana de Luanda.

História de vida e trajetórias acadêmicas de estudantes LGBTQIA+ na escolha da profissão docente e suas implicações / Ana de Luanda Borges Braz da Silva. — 2023.
111 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Lúcia Isabel da Conceição Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação
em Educação, Belém, 2023.

1. Sexualidade. 2. Juventudes. 3. Docência. 4.
Universidade. 5. LGBTQIA+. I. Título.

CDD 016.37

ANA DE LUANDA BORGES BRAZ DA SILVA

**HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS ACADEMICAS DE ESTUDANTES
LGBTQIA+ E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLHA DA PROFISSÃO DOCENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação.

Data da aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Lúcia Isabel da Conceição Silva – Orientadora / Presidente
Universidade Federal do Pará – UFPA.

Prof^a. Dr^a. Ivany Pinto Nascimento – Avaliador Interno
Universidade Federal do Pará – UFPA.

Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira – Avaliador Externo
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.

BELÉM - PA
2023

*Em memória de **Raimunda Borges dos Reis** e **Sandra Borges Ribeiro**, avó e prima, e **José Ademir Braz da Silva**, meu pai. Ao trio que, quase em conjunto, alçaram partida para um destino ainda inalcançável para mim. Que vocês estejam, mesmo que de longe, acompanhando o tropeçar e levantar dessa missão chamada vida, que ainda preciso trilhar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos guias e orixás e meus antepassados por me protegerem durante toda essa trajetória sinuosa e que se intensificou durante os quase três anos cursando o Mestrado em Educação, e pelas contínuas vezes em que preservaram a minha vida acima de todo e qualquer devaneio terreno.

A Prof. Dra. Lúcia Isabel, por ter enxergado potencial em mim e nos meus escritos, principalmente nos momentos em que tudo me faltou, inclusive a vontade de viver e continuar. Agradeço pelo crescimento que sua orientação trouxe para mim, transformando o meu olhar sobre a realidade e me fazendo crescer acadêmico e pessoalmente, permitindo-me experimentar um patamar no qual me pareceu distante um dia. E agradeço aos momentos em que, mesmo sem saber, tornou-se um referencial de força e resistência.

Aos amigos do GEPJUV, pela força, incentivo, torcida e gás para a finalização desta dissertação, em especial Maíra e Cinthya.

Aos amigos de UEPA, que se mantiveram e que mesmo com a distância física, se fizeram presentes enviando toda energia positiva e fé nos meus ideais.

As amigas de escola, que seguem até hoje junto comigo, de mãos dadas, ora chorando, ora rindo dessas trajetórias de vida.

Em especial: Angélica, Alice, Igor, Lúcio, Shelda, Karla, Geovana, Diego, Karla e Veronica.

Agradecimento de alma para Kaio, Vitória, Danny, Nicolas e Fábio, anjos que acreditaram na pesquisa e compartilharam suas trajetórias de vida, tornando possível a realização dessa dissertação.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio financeiro que permitiu uma autonomia financeira e um cuidado especial com a saúde mental, principalmente no custeio das medicações.

A minha banca avaliadora, professora Ivany e professor Alexandre, pelas pontuações que permitiram a expansão e finalização desse trabalho.

A minha mãe, sempre ao meu lado, lutando contra todas as circunstâncias e acreditando em mim do início ao fim. Seguimos na esperança de um futuro melhor. Obrigada pela vida.

Ao Mateus, meu companheiro, que mesmo diante da minha pior versão, alterada pelo adoecimento da alma e da mente, escolheu ficar, me acolhendo, me amando e me respeitando e acreditando na mudança que o futuro nos reserva.

Aos meus animais, que salvam a minha vida todo dia, em especial a Mia, uma das razões que me mantiveram aqui neste plano, e aos outros que abdicaram da própria vida para minha proteção espiritual.

Em memória de minha avó, Mundica, que mesmo questionando em vida, os motivos dos nossos caminhos precisarem estar longes fisicamente, em relação a minha ida tão nova para a Capital, e que mesmo assim sempre defendeu e reforçou que o estudo deveria ser aquilo que deveríamos seguir, independente de qualquer coisa. Esse estudo está começando a dar os primeiros frutos agora, meu amor. Que você esteja radiante aí no outro plano, contemplando essa vitória.

Em memória de meu pai, Ademir Braz, que me concedeu a vida imersa nas letras, leituras e poesias, seu dom inigualável. E que, mesmo em seus momentos finais de vida, não houve um único encontro em que ele não perguntasse sobre o mestrado e demonstrasse orgulho por mim. Eu queria muito você presenciando o que minhas ideias resultaram. Obrigada pela vida.

Por fim, agradeço à todxs os sujeitos LGBTQIA+ que mesmo diante dos piores cenários, enxergam na universidade uma oportunidade de mudança de vida e de alcance dos sonhos.

RESUMO

Esta dissertação discute as experiências educacionais vividas por jovens LGBTQIA+, estudantes da Universidade Federal do Pará e os caminhos que levaram esses sujeitos a escolha de licenciaturas e/ou a sala de aula como local de sua profissão. Para a estruturação deste estudo, levou-se em conta a premissa da análise biográfico-narrativa para o auxílio na compreensão das memórias apresentadas e compreender as implicações no que diz respeito às expectativas para com a profissão docente. Em seu corpo teórico, tecemos o debate acerca dos ideais presentes na construção do modelo de nação heterossexual e a condução das relações sociais em torno da vivência de sujeitos dissidentes da norma, enfatizando a raiz histórica que nos condicionam na posição de colonizados bem como os arcos dos apagamentos realizados nestas intervenções. Dialogamos também, ao longo das teorias sobre as sexualidades e seus limites ou potencialidades quanto à inserção de sistemáticas como o racismo, a colonialidade e suas implicações na estruturação das relações. Por fim, a pesquisa demonstra, a partir da fala dos sujeitos, as deficiências no sistema de ensino, ao mesmo tempo em que traz à tona possibilidades para o planejamento e organização de ações voltadas para a resolução das questões que impedem que o ambiente universitário seja de fato diverso e humanitário.

Palavras-chave: Sexualidade. Juventudes. Docência. Universidade. LGBTQIA+.

ABSTRACT

This dissertation discusses the educational experiences of young LGBTQIA+ students at the Federal University of Pará and the paths that led them to choose a degree and/or the classroom as the location for their profession. To structure this study, we took into account the premise of biographical-narrative analysis to help us understand the memories presented and understand the implications with regard to expectations for the teaching profession. In its theoretical body, we debate the ideals present in the construction of the heterosexual nation model and the conduct of social relations around the experience of subjects who dissent from the norm, emphasizing the historical roots that condition us in the position of colonized as well as the arcs of the erasures carried out in these interventions. We also discuss the theories of sexuality and their limits or potential in relation to the insertion of systematics such as racism, coloniality and their implications for the structuring of relationships. Finally, the research shows, from the subjects' point of view, the deficiencies in the education system, while at the same time bringing to light possibilities for planning and organizing actions aimed at resolving the issues that prevent the university environment from being truly diverse and humanitarian.

Keywords: Sexuality. Youth. Teaching. University. LGBTQIA+.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	Trajetória da pesquisadora e a idealização do tema.	11
1.2	Delimitação do tema, problemática e objetivos da pesquisa	13
1.3	Questões norteadoras	15
1.4	Objetivos	15
1.4.1	Geral	15
1.4.2	Específicos.....	15
1.5	Organização da dissertação.....	16
2.	PERSPECTIVAS TEORICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO	17
3.	REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1	Das subalternidades abjetas às reivindicações do reconhecimento da existência dos sujeitos diversos: perspectivas em debate.....	19
3.1.1	Abjeções, normas, discursos e sujeições	20
3.1.2	O Dismorfismo na produção da sociedade heterossexual	26
3.1.3	Lugar, espaço, globalização e as novas identidades	33
3.2	A constituição cultural humana e o sistema sexo-gênero: “conceituação ocidental biológica”.....	36
3.2.1	A vida binariamente imposta.....	47
3.3	Sexualidades, Educação e Docência.....	51
4.	ESPELHOS: INTERSECCIONALIDADE DE MEMÓRIAS E A MUTUALIDADE DA DOR	65
4.1	A cosedura da colcha de relatos	65
5.	(SOBRE) VIVÊNCIAS – TRAJETÓRIAS UNIVERSITÁRIAS DE SUJEITOS LGBTQIA+	68
5.1	Estudantes de licenciatura.....	68
5.2	Estudantes universitários de outros cursos	81
5.3	Estudante de Pós-graduação.....	84
6.	A MÁSCARA E A CAMISA DE FORÇA: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE LGBTQIA+	89
6.1	E entre nós?	99
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS.....	105

1 INTRODUÇÃO

Portanto a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo (GOMES, 2012, p. 107).

Diante do processo, particular, intransmissível e inevitável da imersão no Mestrado em Educação, precisei me distanciar/ desapegar da maior parte do referencial teórico que me conduziu na graduação, esse totalmente concentrado em referências eurocêntricas. Não foi uma tarefa fácil. Por vezes me senti perdida diante das novas concepções que aprendi nessa nova jornada, ainda que tenha sido demonstrado por mim um interesse inicial por elas. O desmame, o desapego, o processo de distanciamento das noções que no passado me eram suficientes foi um processo longo, demorado e que ainda está na etapa de metamorfose, semelhante ao processo de alfabetização em uma nova língua, uma construção do zero, mas que me trouxe um amadurecimento intelecto social gigantesco.

Muito ouvi falar sobre a colonialidade e as suas implicações, mas por meses tratei como um tema novo, recente e distante, que não cabia a mim estudá-lo, já que as leituras tradicionais dos estudos sobre sexualidade mantinham-me segura e contemplada. Muito escutava também sobre a não valorização existente na academia de pesquisa científica, sobre as nossas produções – latinas, brasileiras, amazonidas, nortistas. Quanto a isso, eu acreditava ser um respaldo pessoal a utilização, mesmo que em meio a uma justificativa totalmente centralizada, de autores brasileiros que produzissem em sintonia com a fonte que me confortava, acreditando que essa ação estava dentro da “valorização do que é nosso”.

O amadurecimento foi irremissível. A imersão no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará e a orientação da Prof.^a Lúcia Isabel não me permitiram acuar. Então, passei a vivenciar a virada de chave neste processo. Eis que, passei a conhecer pouco a pouco correntes de estudos sobre a chamada virada epistemológica, ou seja, a utilização de autores e teorias não eurocentradas e todos os seus aspectos diante da realidade que nos é real. Mas ainda não era o bastante, já que mesmo diante de citações esporádicas forçando uma conexão, na primeira dúvida eu corria para a justificativa que o referencial europeu me trazia, já que essa era a minha zona de conforto.

Quanto mais novas autoras latinas, africanas, indianas ou de qualquer outra nacionalidade fora da rota eurocêntrica que conhecia, mais difícil era manter o apego no mundo idealizado e transmitido pela homogeneização histórica que o sistema colonial impôs diante das outras nações. Os exemplos explicativos sobre as relações sociais em meios aos séculos já não me completavam mais, não me traziam mais conforto e nem entendimento em enxergar ali uma realidade que, originalmente nunca foi nossa. De escutar que antigamente as relações eram distintas, até certo ponto da história quando tudo *evoluiu*. Vendo a história se atualizar, trazendo como “novo” termos e leituras que, próximo a nós, já eram debatidas

Hoje a minha maneira de entender o mundo e escrever sobre ele é outra. Alguns referenciais clássicos dos estudos sobre o gênero e a sexualidade se mantêm, mas em nível de comparação e assumindo uma posição indicativa de que, tudo o que está sendo dito ali possui uma grandiosa e densa história de séculos por trás, histórias essas que justificam com clareza o porquê do modo como somos forçados a viver atualmente, seja no nível de trabalho, conhecimento, exploração e relações.

Nesta nova etapa, deparei-me com um novo desafio: como descrever sobre os métodos utilizados nessa pesquisa, se muitos acadêmicos ainda insistem em invalidá-los? Por meses pesquisei em livros de metodologias tradicionais algo que justificasse, metodologicamente falando, outras perspectivas. Como explicar que, anteriormente a minha imersão, eu *falava deles*, dos teóricos e das suas justificativas ao passo em que, hoje eu *falo com eles*, por me reconhecer e compreender nas entrelinhas os fatores que levaram em construção a heteronação de Ochy Curiel, em conjunto ao entendimento de que sou uma mulher negra/ de cor¹, imersa no sistema moderno/colonial, como bem esclarecido por Maria Lugones?

A experienciação metodológica deste trabalho percorrerá os mesmos caminhos de autores que utilizam os seus escritos como forma de manifestos – políticos, educacionais, acadêmicos, sistêmicos e “cistêmicos”, que bradam o fato de que, aqui, também se produz ciência. Mas não a ciência engessada que se tornou sinônimo de *eficiência*, e sim a ciência regida pelo olhar daqueles que *os outros* batizaram de fronteira, dos periféricos e todos os outros sinônimos para dita “margem”:

¹ Termo cunhado por Lugones.

São essas fugitivas e fugitivos aqueles sujeitos das periferias centrais. Aquelas pessoas cujas subjetividades foram marcadas pela depreciação de sua cor, pela patologização de seus desejos, pela depreciação da sua ciência pouco ortodoxa. É essa turba que me interessa. Por seu potencial político, me interessam (PELÚCIO, 2014).

Para nós, para mim e para você. Para aqueles que se identificam e desejam conhecer mais sobre os estudos que permeiam essa dissertação.

1.1 Trajetória da pesquisadora e a idealização do tema.

Desde a primeira tentativa de organização das ideias e conceitos até a decisão de levar os estudos sobre Sexualidade e Educação como meta em uma vida acadêmica, iniciada em 2014 no curso de Pedagogia da Universidade do Estado Pará (UEPA), houve momentos que marcaram indiretamente quanto às relações depreciativas em torno do tratamento que sujeitos homossexuais sofriam.

Iniciou-se em meio à identificação dos olhares, piadas e ofensas que estes sujeitos sofriam e que não eram novidades para mim, pois estas mesmas caras, os gestos, voz e o escarro, já eram secretamente conhecidos e similares aos que eu ouvia e percebia por conta da cor da minha pele.

Assim como aqueles “*neguinha do codó*”, “*cabelo ruim*” que eram direcionados a mim, haviam também os “*baitola*”, “*viadinho*”, “*barbie*” e “*mulhermacho*” que eram proferidos para outras pessoas, em sua maioria colegas de escola. Essas palavras possuíam uma sonoridade semelhante aquelas direcionadas a mim. Com um, porém: as vezes aquelas pessoas que me direcionavam tais falas, eram as mesmas que me “*aconselhavam a não se juntar com essa gente*”, como não “*me juntar*” com alguém que sofre uma segregação causada pela mesma linha imaginária que me excluía (a menos que precisassem de mim: para isso o pódio era certo)?

Um grande salto se deu desde essas primeiras impressões. Dessa infância para o crescimento, não há como listar com precisão quando que corpos travestis e transexuais passaram a estar presentes em meu convívio e sequer havia explicação para as referências depreciativas que perseguiam-nas. De repente elas estavam ali, nos programas televisivos como a carta na manga para que o espetáculo tomasse graça. Nos filmes, retratadas como os personagens adoecidos. Mas sempre com as maquiagens, roupas e cabelos exagerados, coloridos, borrados. De início, a imaginação associava as risadas para as roupas extravagantes, as maquiagens retratadas com cores vibrantes, o modo (estereotipado) de

andar. Até o dia em que compreendi que não: que o motivo das risadas, das piadas e do escárnio eram somente a existência daquele ser humano ali. Tudo mudou.

Com a passagem dos anos, certos questionamentos não haviam sido respondidos. Para mim, fatores como religião e outras vertentes que demonizam as sexualidades dissidentes com suas justificativas nunca foram um fator de consideração. Em outras palavras, era *tudo conversa fiada*. Não haveria a possibilidade de compreensão da existência de um Deus que ama seus filhos incondicionalmente, mas despreza aqueles que divergem da norma. E cá entre nós, essa ideia de norma nunca foi algo presente na minha caminhada. Não eram pessoas homoafetivas em meu redor, não era um colega gay, um professor gay, uma conhecida lésbica. Eram apenas os fulanos e ciclanos que eu conhecia e com quem me relacionava normalmente (porque não?).

Antes de adentrar o espaço universitário como graduanda, a minha visão sobre a universidade era de um lugar de muito estudo, mas também de muita liberdade: capilar, afetiva, festiva, um universo particular. Inconscientemente (ou ingenuamente) classificado por mim como livre e desconstruído de diversas amarras. Erro meu. Hoje essa classificação se refere a uma sociedade, em menor escala, com regras, normas e acontecimentos que traduzem “a vida lá fora”. Então, essas violências estarão ali, mesmo que de maneira sutil.

A decisão da utilização da temática como método de pesquisa veio após uma experiência observada em uma aula preparatória para o estágio supervisionado. Dentre as recomendações passadas para a turma de futuros docentes, momentos antes do primeiro contato com a sala de aula, estava uma específica direcionada para apenas uma pessoa: “a gente pede que os alunos homossexuais evitem ficar sozinhos com as crianças do Ensino Infantil, principalmente nos banheiros”¹. Ali se consolidava a junção de todas as minhas memórias silenciosas, com o desejo, não só de estudar, compreender e buscar justificativas para a existência dessas noções, mas de tentar fazer com que as pessoas em meu redor pudessem enxergar a gravidade desse tipo de comportamento com alunos LGBTQIA+.

Para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizei a pesquisa intitulada “Cala a boca, seu viadinho! Rejeição, julgamento e controle do gênero e das sexualidades no

espaço escolar”², fruto da análise, visitação e contato com o ambiente escolar e seus personagens: aluno, docentes e gestão. Dos alunos LGBTQIA+ foram coletados relatos que descreviam uma recorrência no desamparo por parte da escola. Dos professores houve o reconhecimento da falta de estudos sobre gênero e sexualidade no processo de formação inicial.

A partir do relato dos alunos comprovou-se que a ausência dos debates desses temas implicava na vida escolar em aspectos pessoais e mentais daqueles jovens. Analisou-se também as políticas de retrocessos presentes no cenário brasileiro que atingiram diretamente o âmbito escolar afetando as bases estruturais para o funcionamento da educação em sentido das noções humanitárias.

Surgiu então o questionamento em torno dos próximos passos desse aluno LGBTQIA+, que concluiria a escola carregando uma bagagem emocional negativa e adentraria a Universidade com a possibilidade latente de presenciar outros ou até os mesmos aspectos normativos. Em outras palavras, o problema central dessa dissertação está em analisar as situações que discentes LGBTQIA+ estão passivos de vivenciar, no meio acadêmico e profissional, por causa de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero e como isso afetaria sua trajetória e desenvolvimento nesses locais.

1.2 Delimitação do tema, problemática e objetivos da pesquisa

Inicialmente, temos a pesquisa bibliográfica pensada desde sempre com o objetivo de alinhar-se às especificidades do proposto pela pesquisa, relacionada principalmente ao caráter e à consciência histórica do tema abordado, além de tecer uma identidade próxima com os sujeitos que futuramente irão compor esta pesquisa. Neste ponto, a investigação da formação não somente dos conceitos, mas do modo como se vivenciam as relações veio mediante os estudos latinoamericanos, ou em outras palavras decoloniais, devido à raiz histórica que nos realoca como colonizados e que justifica com precisão os pilares de formação das nações que possuímos atualmente, erguida estas sob arcos de apagamento. Outro ponto de apoio foi a realização de um levantamento bibliográfico, para uma melhor visualização do problema a partir dos escritos daqueles que já

² Fala direcionada à um aluno homossexual nas orientações pedagógicas para o Estágio supervisionado.

concluíram sua imersão, aliado à tomada de conhecimento sobre o que há à disposição sobre o material escrito.

A pesquisa foi produzida aos moldes da abordagem biográfico-narrativa que segundo Souza, 2007, p. 66 ela: “pode auxiliar na compreensão do singular/universal das histórias, memórias institucionais e formadoras dos sujeitos em seus contextos, pois revelam práticas individuais que estão inscritas na densidade da História”. Dessa forma, pautamos nosso estudo no relato das histórias e as vivências acadêmicas dos sujeitos de pesquisa para tecer críticas ao sistema educacional universitário e apontar possíveis mudanças em cima das que os estudantes LGBTQIA+ vivenciaram na instituição.

A coleta dos depoimentos foi conduzida primeiramente com a exposição do objeto de pesquisa e o teor das perguntas contidas nessa etapa, de modo a, não somente contar com a aprovação e aderência à conversa que iríamos iniciar, mas também em promover um exercício de recordação das memórias que nos seriam repassadas.

Na história de vida, diferente do depoimento, quem decide o que deve ou não ser contado é o ator, a partir da narrativa da sua vida, não exercendo papel importante à cronologia dos acontecimentos e sim o percurso vivido pelo sujeito. Ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o “dizível” da sua história, da sua subjetividade e dos percursos da sua vida (SOUZA, 2007, p. 66-67).

O foco principal da pesquisa foi o contato com as histórias de vida e as narrativas de jovens LGBTQIA+ em formação inicial em algum curso de licenciatura presente na Universidade Federal do Pará - UFPA, de modo a conhecer os aspectos das vivências, estratégias e métodos na conciliação de todos os setores da vida, junto com as suas convicções e orientações, no processo de graduar-se como um futuro educador.

Futuro docente esse que possui uma bagagem estudantil que se diferencia dos demais colegas e que, futuramente estará à frente no ensino, podendo assim utilizar de suas experiências para a formação de pessoas com óticas e perspectivas diferentes das que o currículo oculto impõe:

As variadas tipificações ou classificações no uso do método biográfico inscrevem-se no âmbito de pesquisas sócio-educacionais como uma possibilidade de, a partir da voz dos atores/atrizes sociais, recuperar a singularidade das histórias narradas por sujeitos históricos, socioculturalmente situados, garantindo às mesmas o seu papel de construtores da história individual/coletiva intermediada por suas vozes (SOUZA, 2007, p. 68).

Por fim, teremos a análise das narrativas das histórias de vida dos sujeitos, a fim de localizarmos nelas os efeitos e impactos no modo de existir dos mesmos em uma sociedade que os categoriza e exclui. Para a visualização das possíveis questões, utilizaremos o que foi aprendido e explicitado em meio a leitura dos teóricos já citados.

Desta forma, pretendemos aprofundar a compreensão e reafirmar a utilização da pesquisa histórica e da narrativa (auto) biográfica, como opção metodológica para a presente pesquisa visto que possibilita inicialmente um movimento de investigação sobre o processo de formação e por outro lado permite, a partir das narrativas (auto) biográficas, entender os sentimentos e representações dos atores sociais no seu processo de formação (SOUZA, 2007, p. 68).

1.3 Questões norteadoras

A visualização dessa possibilidade permitiu a elaboração de outros elementos condutores que giram em torno dessa situação central e servem de embasamento para a problematização, entre eles o questionamento:

- Seria a universidade atenciosa com a formação desses alunos atingindo os propósitos da formação diversa e humanitária?
- Surgem alternativas voltadas para a permanência e conclusão acadêmica desses alunos, levando em conta as particularidades que a população LGBTQIA+ vivencia em meio ao contexto sociocultural que estamos inseridos?
- Como a Universidade, em especial os cursos de formação de professores, posicionam-se diante a presença destes estudantes no ambiente acadêmico?

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar as histórias de vida e trajetórias acadêmicas de jovens LGBTQIA+ e suas implicações/relações com as expectativas da profissão docente.

1.4.2 Específicos

- Caracterizar o perfil, histórias de vida e trajetórias escolares/acadêmicas de jovens

LGBTQIA+ estudantes da Universidade Federal do Pará;

- Entender os principais desafios e dificuldades enfrentados pelos/as jovens LGBTQIA+ no percurso acadêmico, bem como suas estratégias de enfrentamento a estes;
- Identificar percepções e expectativas dos/as estudantes quanto ao futuro exercício da docência.

1.5 Organização da dissertação

Essa dissertação está dividida em 4 (quatro) seções com subtópicos que desenvolverão de maneira mais detalhada determinadas questões dentro do texto.

Assim, temos a primeira seção introdutória onde apresentamos os eixos principais da dissertação, o problema, objetivos e aquilo que esperamos alcançar, bem como a descrição dos métodos que nos sustentaram mediante o processo de produção.

A segunda seção está intitulada como “Das subalternidades abjetas às reivindicações do reconhecimento da existência de sujeitos diversos: perspectivas em debate” onde realizamos a exposição dos estudos sobre gênero e sexualidade que tomaram posição de destaque, entre eles a teoria Queer, seguido de uma delimitação acerca das relações de poder, os conceitos de sujeição, performatividade e binarismo. Na terceira seção intitulada “O dismorfismo na produção da sociedade heterossexual” apresentamos os conceitos de maior identificação das autoras, como a heteronação de Ochy Curiel, além dos estudos de autores decoloniais e uma breve discussão sobre os processos de globalização.

A quarta seção está intitulada “A constituição cultural humana e o sistema sexo - gênero: “conceituação ocidental bio- lógica”” onde apresentamos e debatemos sobre os conceitos do sistema sexo - gênero, interseccionalidade, colonialidade e seguimos com a leitura da heterossexualidade como regime político.

Na quinta seção intitulada “Sexualidades, educação e docência” percorremos sobre as noções da docência generificada, as pedagogias da sexualidade, políticas públicas para os alunos LGBTQIA+, formação de professores e um levantamento bibliográfico de trabalhos com temas em comum ao nosso.

Na sexta seção “espelhos: interseccionalidade de memórias e a mutualidade da dor” descrevemos as interações como sujeitos de pesquisa e na sétima seção “A máscara e a camisa de força: o papel da universidade na promoção da dignidade LGBTQIA+” tecemos a análise dos dados adquiridos em meio a conversa com os sujeitos. Por fim, temos o encerramento dessa dissertação com um apanhado geral do que foi discutido.

2. PERSPECTIVAS TEORICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO

Como previamente anunciado, o centro dessa dissertação está nas trajetórias de vida de sujeitos LGBTQIA+ universitários. A utilização das histórias de vida vem como contribuição quanto ao caráter transgressor das novas óticas metodológicas, partindo do princípio de que, as novas possibilidades de compreensão seguem a linha da contestação em referência aos métodos tradicionais. Souza (2007), nos descreve que:

É no bojo do paradigma compreensivo, que a história de vida se legitima como método/técnica de investigação/formação, situando-se no campo da virada hermenêutica, em que se compreendem os fenômenos sociais como textos e a interpretação como atribuição de sentidos e significados das experiências individuais e coletivas (SOUZA, 2007, p. 65).

A produção dessa dissertação seguiu por duas vertentes: uma mais densa, teórica, e a outra produzida por intermédio dos relatos cedidos pelos colegas que aceitaram compartilhar suas memórias. Assim, o trânsito da leitura irá transcorrer entre a pesquisa bibliográfica, inicial, conduzida de maneira ora linear, ora comparativa, no que diz respeito ao caráter e a consciência histórica das conceptualizações apresentadas, buscando ao mesmo tempo, uma tessitura textual que irá de encontro com a leitura e identificação do meio onde os estudantes estão inseridos – meio educacional, universidade.

As inspirações e a construção da episteme vêm em meio ao levantamento de autores clássicos dos estudos sobre gênero e sexualidade, como Michel Foucault e Judith Butler, por considerarmos fundamentais no processo de apresentação dos conceitos, reconhecendo também o grau de contribuição de ambos para aquilo que compomos em meio às problematizações acerca do tema e, na perspectiva de gira para além do eixo eurocêntrico, trabalhamos em conjunto de autores como Raquel (Lucas) Platero, Camila Lesch, Ochy Curiel, Maria Lugones, Oyèrónké Oyèwùmí, Guacira Louro, Sara York, Nilma Lino, Miguel Arroyo, entre outros.

Os benefícios que partem da utilização de análises de autores não eurocêntricos permitem também o desenvolvimento da compreensão, a fundo e compartilhada, sobre as mais diversas situações vividas por alunos LGBTQIA+ no meio educacional, amplamente manipulado e deslocado pela imposição, principalmente do gênero e suas categoriais, causados pelo sistema moderno/colonial, bem pontuado por Lugones, 2008, p. 98: “O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva” e completa Nilma Lino:

A ligação indelével entre os conceitos de bárbaro e de civilizado produziu um mapa moderno do mundo onde a humanidade é comparada em função de uma referência única, considerada universal. [...] apesar de terem sido construídas, essas categorias permanecem elementos essenciais da configuração e significação atuais da modernidade. A organização do mundo em torno desses conceitos espaciais é parte central da forma que percebemos o mundo, o que justifica plenamente o seu significado histórico (GOMES, 2012, p.107).

Outro ponto a ser destacado foi a realização de um levantamento bibliográfico com análise integrativa, para uma melhor visualização do problema a partir dos escritos daqueles que já concluíram sua imersão, além da tomada de conhecimento sobre o que há de disposição em material escrito. Essa ação, em antecedência a imersão das narrativas apresentadas posteriormente, permite a exploração daquilo que se foi colhido, nos ambientes educacionais, revelando as perspectivas acerca daquilo que será conhecido e desenhado após o diálogo com os estudantes parceiros dessa dissertação. Esse reforço também está embasado nos modelos de nossa abordagem metodológica pois, como confirma Souza, 2017:

Nesse sentido, a abordagem biográfico-narrativa pode auxiliar na compreensão do singular/universal das histórias, memórias institucionais e formadoras dos sujeitos em seus contextos, pois revelam práticas individuais que estão inscritas na densidade da História (SOUZA, 2017, p. 66).

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Das subalternidades abjetas às reivindicações do reconhecimento da existência dos sujeitos diversos: perspectivas em debate

os oprimidos, se tiverem a oportunidade [...], e por meio da solidariedade através de uma política de alianças, [...] podem falar e conhecer suas condições. [...] pode o subalterno falar? (SPIVAK, 2010)

Pode o subalterno falar? Questiono-me internamente enquanto inicio o processo de produção deste texto que para você, leitor, já será a cópia do trabalho finalizado. Como eu, autora da presente leitura, posso falar se me caracterizo na condição de subalterna como mulher, negra e sem muitas posses, além daquelas que carrego em minha mente fervilhante, sendo esta fruto dos estudos? Se Spivak, (2010, p.10), atenta ao fato de que “a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”, talvez esteja em minha responsabilidade, junto a tantas outras mulheres nas mesmas condições, criar um espaço de exposição de anseios, ação esta que ~~na~~ posição um tanto quanto privilegiada de pesquisadora permite realizar.

Concordo com a possibilidade que a própria Spivak (2010, p. 15), apresenta ao elencar à mulher intelectual “a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar na enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual”. E é inegável que o *status* de pós-graduanda me coloque em um posicionamento um tanto quanto privilegiado, e é dele que irei me valer. Não só porque estou me especializando em Educação, mas porquê a formação de Pedagoga permitiu-me um olhar sobre a escola como um dispositivo possuidor de características normativas e heteronormativas que silenciam de maneira ampla e repetida os diversos subalternos ali presentes.

Ser subalterno não é, unicamente, ser oprimido. Este termo descreve sujeitos sem autonomia, subjugados por outros grupos sociais, ausentes de falas e local, e que “não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (FIGUEIREDO, 2009, p. 85).

Ora, temos em Spivak (2010, p. 67) a afirmação de que não somente “o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado”, mas que “a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina, sendo este último aspecto um fator determinante para o exercício da heteronormatividade, entendida como: “um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam” (MISKOLCI, p. 37, 2012). De modo a sintetizar,

a leitura de Spivak permite a visualização do modo como os sujeitos subalternos, que de maneira tão recorrente foram designados à margem e abjeção, passam a reivindicar a produção de saberes sobre eles e a sua realidade, problematizando-as e questionando os aspectos sociais que os conduzem a tal situação.

3.1.1 Abjeções, normas, discursos e sujeições

Dentro das perspectivas escolhidas para debatermos a respeito do gênero e sexualidades, buscamos apresentar, em contraponto e visando o debate de modo a aproximar os estudos com o que se observa e aponta mediante nossa realidade.

De maneira proposital, optamos por abrir essa seção analisando inicialmente a “Teoria *Queer*”, mais precisamente as colocações de Judith Butler em “Problemas de Gênero” (2019), por considerarmos a autora uma referência sempre presente nos diálogos e trabalhos referentes à temática aqui estudada. O *Queer* busca reunir todos os que diferem da ótica do padrão normativo, à margem, o diferente, o perturbador, o abjeto, como bem pontua Miskolci (2012, p. 18), “a abjeção em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade”.

Para Raquel/Lucas Platero (2012), a sociedade necessita da existência dos tidos como diferentes, os fora da norma, pois sem eles os corpos considerados normais não poderiam ser nem definidos e muito menos compreendidos. As noções relativas à repressão das sexualidades, regulação dos corpos e suas capacidades conduzem o sentido do corpo como um espaço de inscrição de “verdades” de acordo com a cultura inserida.

Raquel/Lucas Platero (2012) também discorre sobre o modo como as práticas não normativas, juntamente das diversidades funcionais, partilham da classificação histórica da noção de “defeituosos”, ou termos que remetem a isso, e que, curiosamente são bradados e reforçados por setores religiosos para embasar a ideia da existência de milagres.

O resultado dessa discriminação diária se concretiza em lesões na realização de ações e comportamentos fundamentais no desenvolvimento destes sujeitos, como no acesso a espaços estudantis, socialização geral na família, empregos, entre outros. Isso resulta também no fato de que são estes sujeitos diversos que dão o pontapé inicial para a mobilização e construção de movimentos que questionam o porquê da existência e o

vigor dessas normas sociais, transformando-os no foco de suas próprias existências, estudos e renovação social.

A condenação às classificações está dentro daquilo que a teoria propõe ao criticar, não somente os debates não abarcados por correntes ideológicas, bem como ao discurso vigente normatizador que prega suas exclusões, promovidas e reproduzidas nos discursos empregados por eles, principalmente no que diz respeito à sentença dos mesmos em identidades universais que suprimem qualquer tentativa de transformação dos pilares dessas estruturas, o que para Lucas/Raquel Platero (2014, p. 137) são estruturas sociais vigentes “ que permitem considerar a sexualidade não-normativa como constituinte da exclusão social”. Essa pontuação é aprofundada um pouco mais na passagem abaixo, que nos alerta a possibilidades de sexualidades para além do binário:

A evidência de que algumas pessoas ainda são apontadas como abjetas – e que nos lembra o uso que se fez do “monstro” como fascinante e errôneo – encerra uma naturalização das normas sociais dominantes que contribuem para não questionar as estruturas sociais, que permanecem intactas. É importante notar também que há pessoas que se encontram na intersecção das duas categorias, mostrando que experiências vivenciam, como enfrentam as normas sociais dominantes para viabilizar suas vidas e seus desejos. (PLATERO, 2012, p. 139)

Assim, retomando a teoria *Queer*, torna-se incompreensível reduzir tais identidades em termos de significados traduzidos e que, possivelmente limitam a sua definição, conduzindo-a para aspectos puramente sexuais. O foco do *Queer* está então na crítica a tudo o que a sociedade prega como “normal”, mediante argumentos e regulações ditatórias e excludentes, juntamente do exercício da heteronormatividade, que atravessa a todos: inclusive homossexuais “socialmente aceitos”, porém presos a uma ótica fantasiosa e em constante fiscalização, que exclui e classifica ao abjeto aqueles que se distanciam da fronteira estabelecida. Ao analisar pelas entrelinhas, percebe-se que o ato do distanciamento da norma se aproxima da nossa realidade mais do que imaginamos, no que diz respeito as realidades negras, como latinas, militantes de causas dissidentes, travestis, mães que criam seus filhos sozinhas, entre outros. O *Queer* se pauta nas reivindicações desses sujeitos:

A ideia não é apenas descobrir a forma correta de chamar alguém, mas, antes questionar esse processo de classificação que gera o xingamento: a primeira experiência com relação à sexualidade de todo mundo, seja daquele que foi rejeitado e aprendeu que não era normal, seja de quem adotou as normas e se inseriu socialmente de uma forma mais fácil, digamos assim, é a experiência da injúria (MISKOLCI, 2012, p. 26).

Dentre os estudos de Michel Foucault (1999), mais precisamente em “História da

Sexualidade – I” há uma tentativa de justificar a origem dos aspectos regulatórios e repressivos que vivenciamos, como efeitos subjetivos de um dispositivo que, a passos lentos, focou em moldar e controlar os comportamentos e a vida das populações. A investigação de Foucault para essa argumentação inicia-se diante do momento apelidado de “matriz do moralismo”, observada e mapeada no século XIX, na Europa e em alguns setores da América do Norte, abordando o entendimento em setores como casamento, criação das crianças, relações sociais, entre outros, principalmente em países colonizados. Assim, o autor apresenta uma visualização de fácil entendimento dessa matriz moralista que se inicia com base no alcance da diferença sexual da burguesia com as classes mais baixas, pautando-se na pureza.

Sobre este comentário, a obra de Foucault (1999) apresenta uma visualização de fácil entendimento dessa matriz moralista que visava uma diferença sexual da burguesia com as classes mais baixas, pautando-se na pureza. Em linhas semelhantes, Rubin (2012, p. 2), destaca como “grandes paroxismos morais do século XIX” a lei anti-obscenidade nos Estados Unidos, em 1873, que tornava toda e qualquer reprodução de conteúdo obscenos como crime; a proibição em 1975, da circulação de materiais informativos relacionados a contracepção, assim como a perseguição de determinados grupos: “Apesar dos estatutos sobre a sodomia datarem de estratos da lei mais antigos, quando os elementos da lei canônica foram adotados nos códigos civis, a maioria das leis usadas para prender homossexuais e prostitutas resultam das campanhas vitorianas” (p. 3).

Essas passagens podem ser utilizadas, até aqui, para uma reflexão do modo como as relações de poder agem e perpetuam as noções que permeiam as relações sociais. Para Foucault (1999), o poder só se exerce e só existe em ato, sendo em si mesmo uma relação de força. O poder é essencialmente aquilo que reprime, seja a natureza, os instintos, classes, indivíduos, etc. (p. 21); “A análise do poder não deve ser antes de mais nada, a análise dos mecanismos de repressão” (p. 22). Diante disso, grande parte dos conceitos e pré-conceitos são lidos pelo conhecimento popular como próprios da vida humana:

Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função dos discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. Portanto: regras de direito, mecanismos de poder, efeitos de verdade (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Esses exemplos são importantes na tarefa de explicar como a força do discurso impulsiona e populariza aquilo que o poder busca ocultar. E, sendo as conceitualizações

tais quais organismos instáveis e maleáveis pelo contexto histórico, logo torna possível desestabilizações com base na análise dos pilares que sustentam esse discurso, e como pontua Foucault: “não perguntar aos sujeitos como, porquê, em nome de que direito eles podem aceitar deixar-se sujeitar, mas mostrar como são as relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos” (p. 51).

Em sintonia a isto, temos em Butler a apresentação do termo “sujeição” que se refere tanto ao processo de tornar-se subordinado pelo poder, quanto ao meio de tornar-se um sujeito” (p. 3). Conferindo uma relação paradoxal e, arrisco a dizer, hierárquica, o poder se comporta de uma maneira diferente antes de inserir-se em qualquer pessoa, e assume outras características quando parte dele, projetando-se. É então, neste círculo vicioso o local onde o sujeito nasce e se exerce. Para a autora “o poder não só age sobre o sujeito como também, em sentido transitivo, põe em ato o sujeito, conferindo-lhe existência” (BUTLER, 2017, p. 13).

Em “Problemas de Gênero” a autora tece sua crítica a partir da teoria feminista, em relação ao entendimento e compreensão das “mulheres” como categoria de identificação, onde há uma ânsia para produzir uma classe, ou até mesmo um gênero, ao mesmo tempo em que o resultado dessa produção acaba sendo reprimido pelas mesmas estruturas de poder nas quais se busca a liberdade, o que ironicamente as levariam ao fracasso. De maneira mais precisa, a autora observa que a formação do sujeito, este feminista, irá transcorrer para um campo de poder que opera mediante tais afirmações, e como reforça Butler, ao afirmar que o gênero não deve ser apenas concebido como uma indicação de um sexo previamente estabelecido:

Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior a cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2019, p. 27).

Outro ponto importante é o fato exposto por Butler que, mesmo surgindo em quantidades e em fundamentos diversos, os discursos acabam desembocando para a centralização das genitálias, bem como a linguagem falocêntrica ou em outras palavras, a superioridade masculina. Dentro destes aspectos, a própria identidade se torna um ato garantido e intermediado por outros conceitos estabilizadores, sendo até a ideia de “pessoa” um contexto em contradição, por não estarem em sintonia com as normas de gênero pré-estabelecidas:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2019, p. 43-44).

A autora problematiza o refazer da materialidade dos corpos, pautando aspectos que trabalhem a performatividade como um poder repetido do discurso que produz manifestações reguladas e constrangidas; entenda o sexo como uma norma cultural que dita e conduz a materialização dos corpos; visualize o sujeito como uma formação em decorrência dos processos de “assumir um sexo”, onde esse assumir traz um revolto discursivo heterossexual que promove uma identificação sexual em detrimento de outras, sendo este último aspecto o decisivo para retomar a noção de “abjeto”, trabalhada aqui anteriormente: “a materialização de um dado sexo está relacionada à regulação de práticas identificatórias, de forma que a identificação com a abjeção do sexo será persistentemente negada” (p. 112), conseqüentemente negando a existência dos sujeitos classificados a margem.

Neste contexto, a performatividade não age como um aspecto único, mas como um conjunto repetido de normas que, de certo modo, passam a disfarçar os meios e métodos desta repetição ao consolidar-se. Aqui, o surgimento do sujeito é embalado pelo sexo posto como categoria normativa, sendo ela um aspecto resultante do seu poder a partir das “citações que ela impõe” (p. 122). Logo, “esses esquemas regulatórios não são estruturas intemporais, mas critérios historicamente revisáveis de inteligibilidade que produzem e submetem os corpos que pesam” (p. 122), sendo a sua produção, no caso os sexos, reconhecidos a partir das fronteiras estabelecidas neste meio. Assim, Butler conclui afirmando que “a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios” (p. 123), práticas estas circunscritas pelo sistema da heterossexualidade, sustentando a materialidade com práticas da hegemonia sexual:

Os limites do construcionismo ficam expostas naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como “corpos”. Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do “sexo” excluído e deslegitimado (BUTLER, 2000, p. 124).

Até aqui já é possível ressaltar algumas questões em comum, que reforçam a

condução das linhas investigatórias propostas neste trabalho. Nota-se uma aparente busca incessante para a produção de novas categorias identitárias. Mesmo diante da impossibilidade de desmanche das categorias homem/mulher, muitos movimentos ainda buscam traçar o percurso da construção de um conceito que abarque suas vivências, sem perceber que essa idealização está dentro de moldes iniciais e que, em algum momento não irá ser suficiente para comportar sujeitos que não se identificarem com os quesitos ali propostos. Sempre haverá uma linha tênue nas classificações.

Outro ponto é a criação de novas categorias partindo dos entendimentos da perspectiva binária, onde tanto o gênero quanto a sexualidade acabam se movimentando entre o “hetero e o homo”, onde o próprio homo age como a outra face dentro da possibilidade hetero, conduzindo a vivência em um ciclo vicioso compulsório. Sobre esse último questionamento, temos como referência o proposto na tese de Camila Lesch (2021), a apelação para uma escrita neutra além da norma binária linguística que nos cerca. O ato, que em suas palavras, causa uma deformação da linguagem bem como dos termos, representa uma “resistência linguística às matrizes de controle heterocispatrilial enquanto ao corpo” (p. 6).

Lesch realiza questionamentos acerca dos parâmetros e as composições que transformam o sujeito em condizente e encaixado em apenas um lado, quando que em uma curta análise do mesmo é possível perceber características, aspectos e vivências que vão além de duas opções existentes. O desenvolver de sua análise é exposto a partir da observação de um cômodo, que para existências cisgeneras até então não era alvo de especulações, mas que principalmente nos anos recentes tem sido palco de diversas reivindicações conservadoras: o banheiro. O que é descrito nessa passagem:

Os banheiros são um exemplo claro deste binarismo forçado através do espaço construído. Petra Doan argumenta que seguir criando banheiros divididos por gênero no espaço público aumenta a “tirania de gênero” que pessoas trans e não binárias vivem, dificultam a sua livre circulação no espaço público (LESCH, 2021, p. 8).

A passagem anteriormente citada em Foucault (1999) versa sobre a possibilidade do surgimento das proibições do discurso na era vitoriana, onde palavras e termos eram proibidos enquanto nas relações os atos circulavam-se livremente. Porém, é possível observar que além dessas proibições, há anteriormente uma relação e posteriormente uma condenação e perseguição dos espaços criado “pelos outros e para os outros”, a exemplo das casas de “swing” e pontos de prostituição.

3.1.2 O Dismorfismo na produção da sociedade heterossexual

Quanto aos últimos questionamentos apresentados na seção anterior, temos cunhado em Ochy Curiel (2013) o conceito de “Heteronação”, que compreende a heterossexualidade como algo maior que a prática sexual, como um regime político que possui em seu sustento a diferença entre os sexos e se exerce em setores e instituições como a família e parentesco e a nacionalidade, amplamente consentidos pela via constitucional. A autora expõe que nele, “quem decide sobre isso são os homens, que temo poder de definir desde o poder jurídico e religioso, médico” (CURIEL, 2013, p. 81) e constitucional.

A elaboração do processo constitucional colombiano foi o escolhido pela autora para a condução de sua teoria por enxergar nele a materialização do conjunto de discursos e símbolos que delimitam a nação a comportamentos fundamentalmente heterossexuais. Neles estão inclusas questões referentes à autonomia dos corpos e a sexualidade, representando a delimitação e manutenção do permitido dentro do exercício do regime heterossexual já que, o reivindicar desses direitos pode ameaçar instituições patriarcais tradicionais como a família, instituições de poder, etc (CURIEL, 2013).

Dentro da produção deste conceito maior, Curiel bebeu da fonte de estudiosas como Adrienne Rich, que apresenta a heterossexualidade como uma instituição política mantenedora da opressão feminina, já que nele as mesmas são classificadas pelo conservadorismo como “propriedade emocional e sexual dos homens” (grifo da autora) e que, aspectos como igualdade e autonomia ameaçariam campos como a família, a religião e o Estado. Em Rich, os principais mecanismos de controles cruciais no controle feminino são a maternidade compulsória, a exploração econômica, a família nuclear e a heterossexualidade compulsória, sendo estes fortalecidos em meio à legislação, às mídias, dentre outros (LEOPOLDO, 2018). No geral, os dois conceitos chaves de sua teorização são: a heterossexualidade como sistema político e a existência lésbica. Rich trabalha estes conceitos de maneira tão uniforme e concreta que ambos os termos não só se tornaram parte do que veio a se tornar a Teoria *Queer*, mas também o ponto de análise de outras autoras como Curiel. Em sua abordagem, a autora também tece uma crítica com o objetivo de desestruturar as concepções feministas dos anos 60, resultando em uma aproximação do feminismo com o lesbianismo, vertentes até então distanciadas, em meados da década de 1980.

A primeira desestabilização que Rich propõe, vem de uma crítica à visão da heterossexualidade como natural, colocando-a na posição de instituição política. Para ela, a obrigatoriedade dessa instituição em determinados momentos da história resultou em práticas como a imposição do uso da força física e o controle da consciência sobre as mulheres. Quando colocada em disposição ao Capitalismo, a obrigatoriedade da heterossexualidade passa a trabalhar em cima da diferença entre os sexos, assegurando posições de trabalho menos favorecidas às mulheres e intensificando-se mais para as lésbicas, principalmente no que se refere ao ato da negação de sua sexualidade como forma de permanência nos locais de trabalho.

Como forma de resistência destas personas, a autora exalta a existência de outros modelos de amores que, em sua essência, distanciam-se daquilo que a matriz heterossexual propõe, sendo eles o amor lésbico, a solidariedade, os laços de amizade, etc. (LEOPOLDO, 2018). Porém, o seu foco maior está naquilo que a autora apresenta como a “existência lésbica” ou em outras palavras o *continuum* lésbico. Em primeiro lugar, o termo não se refere ao cunho “lesbianismo”, já que para a autora o mesmo é exclusivo à relação sexual entre mulheres e a “existência lésbica” estaria dentro das resistências e alianças, bem como na valorização histórica:

O termo *continuum lésbico* possa incluir um conjunto [...] de experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência genital com outra mulher [...] um vínculo contra a tirania masculina (RICH, 2012, grifo nosso).

Demonstra-se o clamor à união, o que Rich afirma ser o centro da existência lésbica, diferindo-se do entendimento do termo lésbica como a prática da homossexualidade feminina em conjunto do exercício da aversão aos homens. Trata-se em outras palavras, de uma resistência ao patriarcado. Rich atenta ao poder que a identificação mútua feminina produz e como essa potencialidade é neutralizada pela heterossexualidade como instituição. Esta filosofia da autora se configura como uma recusa às formas pré-estabelecidas das relações, incluindo a sexualidade.

Dentre as maiores referências de Curiel, estão presentes também os estudos de Monique Wittig e a sua compreensão da heterossexualidade como um regime político com base na diferença sexual, sendo este não somente o motivo, mas a justificativa da visão das mulheres exclusivamente como seres sexuais, e não sociais, onde as mesmas “não podem ser concebidas fora da categoria do sexo: Só elas são sexo, o sexo” (p. 52).

Esta análise pauta o regime político como causa intimamente ligada ao capitalismo e sua produção, o que demonstra por parte da autora uma sintonia com o materialismo feminista. Sua ligação com essa vertente filosófica faz com que Wittig converta a luta de classes em um aprofundamento do conceito da luta de classes entre homens e mulheres.

Wittig denuncia um domínio masculino consciente em cima das mulheres, assim como a exposição dos conceitos de homem, mulher, cultura, sexo, entre outros, como objetos complementares na diferenciação entre os sexos, afirmando inclusive que, dentro dessa lógica, não haveria à homossexualidade outro papel a não ser o da similaridade e complemento da heterossexualidade, e que isso é aplicado a todos os outros grupos oprimidos já que a diferença que os estabelecem é produzida a partir de um único local normativo. Em suas palavras: “Cruel contrato que obriga um ser humano a fazer ostentação de sua miséria ante o opressor que é diretamente responsável por isso, que o explora econômica, política e ideologicamente, e que o interpreta reduzindo a meras figuras de discurso” (WITTIG, 2006, p. 48).

Sob a ótica da autora, o pensamento dominante – este heteronormativo, ensina todos a enxergarem antes de qualquer coisa a categoria “sexo” como uma diferença estabelecida e inata; natural, independente da visão/ ponto de vista, e que resulta na criação de apenas um tipo de família e da naturalização da divisão do trabalho relacionada ao ato sexual (LEOPOLDO, 2018). Isso permite então, a fabricação de um tipo único de mulher, que tem como função central a reprodução, no local entendido como o matrimônio, este lido como um contrato: “Este ambiente do matrimônio é o espaço da casa, o lugar doméstico onde se pode cuidar dos filhos e das tarefas do lar. Daí a necessidade de desfazer a categoria de sexo” (LEOPOLDO, 2018, p. 127).

Diante desses fragmentos, é possível compreender com maior clareza o conceito da “heteronormação”, e o nosso exercício como sujeitos imersos em uma lógica construída com base no regime heterossexual, ressaltado por Curiel (2013) como um domínio regido pela diferença entre os sexos e exercido em setores/instituições como a família, o parentesco e a nacionalidade, sendo estes amplamente consentidos pela via constitucional. Aqui, a maternidade se torna o elemento central na regência, não somente pela visão naturalmente feminina, mas pela responsabilidade solitária, vinculada ao cuidado e a exclusiva tarefa do desenvolvimento da prole, ao mesmo tempo em que lhes é negado o direito da decisão de quando e como deve ocorrer essa concepção. Como afirma

Curiel: “este é um exemplo do pacto fraterno heterossexual que estabelecem os homens, um pacto que muitas vezes silenciam para não colocar em evidência suas responsabilidades e garantir a moral dupla que necessitam para sustentar no poder” (CURIEL, 2013. p. 81).

Diante do processo de análise da Constituição Colombiana de 1991, Curiel destaca aspectos que apresentam na prática as ações no regime heterossexual. Parafraseando Gramsci, a respeito da hegemonia, a autora destaca que “o grupo dominante geralmente organiza a vida dos grupos subordinados pela coerção e persuasão. Neste sentido, o poder conta com certa aprovação das classes e grupos dominados” (p. 83). Wittig já ressaltava anteriormente a força de opressão dos discursos heterossexuais presentes nesse regime, na proporção em que se é negada toda e qualquer possibilidade de fala que extrapole seus próprios termos internos. Em outras palavras, o regime heterossexual usurpa a capacidade de fala, ao mesmo tempo em que subentende, define e classifica seus sujeitos, em paralelo constante à furto da existência dos mesmos. Assim, “estes discursos nos negam toda possibilidade de criar nossas próprias categorias. Sua ação sobre nós é feroz, sua tirania sobre nossas pessoas físicas e mentais é incessante” (WITTIG, 2006, p. 49).

Recordo-me neste último ponto, do conceito de dispositivo apresentado por Deleuze (1996), por considerá-lo como didático na compreensão e visualização do ponto de partida destes instrumentos de controle e sua instituição, mediante um trabalho sutil para a consolidação dos mesmos. O primeiro passo está na “curva de visibilidade”, onde todo o aparato precisa estar visível para sustentar-se, seguindo para a etapa da “enunciabilidade” onde o dispositivo manipula suas informações internas, selecionando o que será visível ou não; parte então para as “linhas de força”, onde se utiliza da força e do poder para controlar o que pode ser feito e o que pode ser ouvido; e por fim, a “as linhas de subjetivação” que é a materialização daquilo que se almejou.

Logo, a subjetividade é a face dos instrumentos estando pronta para disseminação. De maneira comparativa ao feito, temos em Wittig a aproximação dos conceitos quando a mesma diz que “se desentende a violência material (e física) que realizam diretamente sobre os e as oprimidas, violência que se efetua tanto por meio dos discursos abstratos e científicos como por meio dos discursos dos meios de comunicação de massas” (WITTIG, 2006, p. 49), ilustrando não somente a questão sutil, mas os pilares de sustentação e propagação das ideias em todos os níveis.

A escolha de Curiel (2012), em analisar o processo de elaboração da constituição colombiana, está no diagnóstico do conjunto de discursos e símbolos presentes que delimitam à nação comportamentos fundamentalmente heterossexuais. Dentre as menções destacadas, observam-se negativas relacionadas ao direito de escolha das mulheres à maternidade, por exemplo. Isso demonstra que questões referentes a autonomia dos corpos e a sexualidade das mulheres são anuladas. Tais ações representam a separação do permitido dentro do exercício do regime heterossexual e a sua manutenção, já que o reivindicar desses direitos pode ameaçar instituições patriarcais tradicionais como a família, casal, entre outros.

Este e os estudos citados anteriormente, permitem-nos a visualização do que é a ideia de Nação como um “produto único de uma hegemonia de forças políticas e sociais em razão do sexo, raça e classe, base fundamental para a criação dos pactos sociais” (p. 92), presentes na constituição. Da formação deste produto, destaca-se o caráter heterossexual e a falta de reciprocidade com as mulheres desde a sua exclusão histórica juntamente com a retirada das possibilidades de negar e/ou consentir.

As autoras aqui citadas ressaltavam o desejo das mulheres feministas em incluir-se em um sistema que as haviam excluído, tanto do discurso quanto de suas instituições e sobretudo da construção da nação moderna. Este ato remete ao grande paradoxo da modernidade pois, ao mesmo tempo em que a nação gera a categorização e a diferenciação de grupos que não correspondem ao seu paradigma – este pertencente ao homem, branco, heterossexual e com privilégios de classe, a mesma necessita dessa diferença para legitimar-se. Em outras palavras, “os mesmos conceitos universais de mulher e homem, sempre dependentes um do outro, definidos desde a produção e reprodução, necessitam do patriarcado heterossexual para sustentar-se” (p. 84). Essa ação nos remete ao que já foi exposto por Lucas/Raquel Platero, sobre as relações de poder, não somente necessitarem da existência dos diferentes, mas também da produção deles. Criar um corpo com diversas características e inserir nele o que é válido ou não dentro daquela noção.

Quando Curiel afirma que “o sujeito coletivo da nação também é uma ficção, assim como a nação” (p. 94), mostra que os incisos que remetem a uma possível igualdade nos documentos oficiais que constituem e conduzem o Estado, nada são além de disfarces e estão ali apenas para a manutenção dos privilégios dos que comandam o regime, e não

o contrário. Lesh (2021) também comenta em sua tese a relação à constituição chilena, mas ressalta alguns avanços nesse processo, como a aprovação e publicação da “Lei de Identidade de Gênero” e a aprovação da reforma na Lei de adoção permitindo a adoção de crianças por casais do mesmo sexo (p. 16), porém por mais que exista menção nos projetos oficiais, a cultura por si só se beneficia da manutenção e prática da negação de direitos mais básicos para a população LGBTQIA+.

As existências das Leis permitem a suposição e interpretação de que está dito ali, mas em uma constituição que tece sobre a igualdade de sujeitos, é possível encontrar lacunas nas diretrizes que venham a abranger a realidade daqueles que estão à margem, e que possuem todos os aspectos que conduzem um corpo comum à abjeção. Dentro destas realidades, Wittig (2006), descreve que “todos os oprimidos o conhecem e já tiveram que lidar com este poder que diz: não tens direito à palavra porque teu discurso não é científico, nem teórico. Você está com o nível de análise errado, confunde o discurso e a realidade, sustenta um discurso ingênuo, desconhece esta ou aquela ciência.” (p. 50), logo não somente o corpo, mas a palavra e as existências em si tornam-se anuladas.

Ochy Curiel dialoga a partir do lesbianismo feminista, que entende o feminismo como teoria política e uma ética filosófica. Teoria política no fato de que a mesma formula conceitos complexos, ao mesmo tempo em que propõe novas metodologias de análise dos sistemas de opressão. Mediante essa relação direta com o modelo de nação vigente onde a hegemonia e a dominação colonial são os moldes, Curiel passa a teorizar a heterossexualidade como instituição e regime político, em todos os sentidos, inclusive o discurso jurídico, a cultura, a formação dos estados e a ideia de nação como uma comunidade que aglomera sujeitos apesar de suas diferenças internas, e os conduzem sob a abstração de um companheirismo fraternal.

Lugones (2008), apresenta um estudo que desenha muito bem o processo dessa aglomeração de pessoas distintas, causadas pela colonização e conseqüentemente a formação de nações. A violência que resultou desta ação se reflete na vivência dos sujeitos, ao mesmo tempo em que o Estado ignora tais efeitos, primordialmente na realidade das chamadas mulheres e homens de cor que, aliado ao patriarcado branco, acabam reforçando, reproduzindo e direcionam essas situações de opressão.

Entende-se essa indiferença à violência como uma indiferença diante das transformações sociais e profundas nas estruturas comunais, de comunidade e, por isso,

totalmente relevantes à recusa da imposição colonial. Essa indiferença é traiçoeira porque coloca barreiras insuperáveis na luta das mulheres de cor, por serem elas o próprio centro das lutas pela libertação de suas comunidades que se fazem cotidianamente e nos esforços teóricos sobre as ideias de opressão e libertação. Essa indiferença não aparece apenas na separação categorial, no sentido das relações entre as categorias raça, gênero, classe e sexualidade. Analisar somente como categoria, principalmente binária, resulta em uma ocultação da intersecção entre os meios, desprezando e apagando a situação violenta em que as mulheres de cor³ são submetidas, ao considerarem os fatos apenas como parte do que passam as mulheres brancas e os homens negros:-

Outro ponto que merece atenção é a questão da associação da diferença entre os sexos, que eclode juntamente à expansão do Capitalismo, este que tem seu direcionamento para o lucro e a procriação, em conjunto do ensinamento para as práticas de trabalho. Porém, o que impediria o exercício das sexualidades nos sujeitos? Lei, cultura atrelado ao fato de que a sociedade caminha para o exercício do gênero no momento da concepção? A argumentação cultural esbarra na necessidade de assumir que existiam relações sociais anteriores a toda essa universalidade imposta pelas culturas eurocêntricas, inclusive no que diz respeito a interpretação de características físicas que foram a partida das teorizações que se entende ao que é ser feminino e masculino.

Trabalhar em cima da ideia de que existem papéis e atribuições que são naturais ou construídas só faz sentido em locais onde as categorias sociais não possuem significados próprios e autônomos. Assim, os possíveis problemas apresentados por essas atribuições não encontram terreno para existir já que tais realidades não dependem disso para se relacionar. Atualmente essas ações são justificadas em países colonizados pelo fato de que o imperialismo introduziu seus problemas nestas culturas. Partindo da ótica do ocidente, onde as categorias sociais de diferença foram construídas, torna-se possível compreender o pensamento da mutabilidade das categorias, bem como abrir espaço para a visualização das construções biológicas com o objetivo de responder às dúvidas geradas a partir do corpo.

Relembrando o que foi dito anteriormente, temos em Butler a promoção de perturbações que focam na dissolução da categoria “sujeito”, embasado no ato da performatividade dos corpos, ação essa que a autora supõe ser um fator de desestabilização das noções coloniais existentes, bem como a base das predefinições de

homem, mulher, masculino e feminino como norma. Para Butler, as identidades de gênero seriam conjuntos de práticas, com a ausência de um agente operante, que atua com o sujeito posicionado externamente a este feito, sendo esse evento aquilo que se entenderia como inerente à vida – mesmo não sendo. Esse ato, então, resultaria na ordem compulsória referente ao binarismo “sexo-gênero” e no pressuposto da inflexibilidade do sexo nos parâmetros biológicos, tornando o gênero uma noção construída com base na cultura, distanciando-se do sexo biológico e da fixidez do mesmo, “assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (p.26).

Nesta mesma lógica, gênero deriva de uma interpretação cultural atribuída ao corpo, tornando-se inconsistente afirmar que o mesmo derive de um sexo. Assim, ao considerar que a construção de “homem” e “mulher” não está aplicada de maneira exclusiva aos respectivos corpos e que não exista um binarismo vigente em relação sexos, não há motivos para condicionar o gênero apenas a dois.

Anteriormente a esse debate, considere necessária a realização de um “parêntese” para a análise do termo “globalização”, utilizado em diversas leituras e que nos permite uma alusão para a discussão realizada nesse tópico, sobre o debate da “homogeneização cultural”. Totalmente diferente do conceito interseccional de Lugones, mas que desenha de uma maneira de fácil entendimento uma alusão para a discussão realizada neste tópico, mais precisamente no debate a “homogeneização cultural”⁴ em referência a globalização e a tensão das identidades no sentido “global” e “local”, e que cabe naquilo que Curiel classifica como Nação.

3.1.3 Lugar, espaço, globalização e as novas identidades

Para esta seção cabe conversar sobre as qualificações de visualizar a globalização como um processo atuante na sociedade, que atravessa fronteiras e se estabelece em nível mundial, organizando o chamado “espaço-tempo” e conectando todas suas zonas – inclusive em tempo real – impactando e expandindo as perspectivas da organização da vida social, “essas novas características temporais e espaciais, que resultam na compreensão de distâncias e de escalas temporais, estão entre os aspectos mais importantes da globalização a ter efeito sobre as identidades culturais” (p. 68).

Hall explica que no impacto da globalização sobre as identidades, o espaço-tempo também se torna coordenada básica de um sistema de representação onde, independente da sua forma de exibição, o mesmo deve “traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais” (p. 70), concebendo seus acontecimentos em escalas de início, meio e fim e proporcionando a interpretação da localização e a representação das diferentes formas de identidades.

O conceito de *lugar* como algo específico e íntimo cabe na explicação, bem como na distinção do significado do termo *espaço* como algo físico, onde a modernidade os afasta ao mesmo tempo em que reforça possibilidades até então distantes de localização, como bem visto recentemente nas vídeo-chamadas e/ou vídeo aulas em tempos de isolamento social, em razão da pandemia da Covid - 19. Assim:

Os *fluxos culturais*, entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” – como “consumidores” para os mesmos bens, [...] públicos para as mesmas mensagens e imagens. [...]. À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural (HALL, 1999, *grifo nosso*).

Porém, é importante salientar que o processo de globalização e todas as suas movimentações, por mais que pareça, não é distribuído de forma igual entre as sociedades e diante desse desequilíbrio, como classifica o autor, o mesmo pode ser identificado como um fenômeno ocidental. Outro ponto discutido pelo autor é aquilo que ele irá chamar de *tradução*, conceito que remete às identidades que atravessaram suas fronteiras naturais e que foram dispersadas de seu local de nascimento. Onde, ao mesmo tempo em que há o vínculo com suas tradições, não exista uma perspectiva de retorno a terra natal. Logo, há um contato com a nova cultura do local onde reside, mas sem a assimilação, bem como o apagamento da sua identidade, sendo “irrevogavelmente o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias casas” (p. 89).

No processo de produção de novas identidades há uma consequência vista como a união de grupos por intermédio de um mesmo motivo, de exemplo temos a febre atual de pré-adolescentes em meio a cultura *k-pop*, de origem coreana. Sua reprodução se dá, ainda que em conjunto de largas diferenças entre os nichos e seus espaços. A globalização permite esse deslocar das identidades de determinadas culturas, de maneira plural. Nesse mesmo ritmo, Hall ressalta que as sociedades periféricas estão sempre abertas às influências ocidentais e que a possível visão dessas comunidades como intocadas remete

à alteridade: “uma “fantasia colonial” sobre a periferia, mantida pelo Ocidente, que tende a gostar de seus nativos apenas como “puros” e de seus lugares exóticos apenas como “intocados” (p. 80), ainda que a dita “periferia” também viva sua pluralização, mesmo em passos lentos.

Assim, de maneira a vincular estes conceitos aqui trabalhados, convertidos não somente em situações que construíram nosso modelo de nação e suas interferências e influências mediante o entendimento do que é cultural, herdado, transferido ou imposto, buscamos encerrar esse tópico dialogando sobre as possibilidades e resultados da imposição de um modelo ideal de sociedade em nível global, partindo unicamente da ótica ocidental.

Em termos de vivência, tais normas silenciosas levam à rejeição e ao desejo de eliminação a quem quer que não se encaixe no modelo ideal fantasiável de sociedade. Como pontua Bento, 2018, nem o rosto, nem o corpo, nem a pele, nem a língua, atributos ditos humanos, bastam para assegurar o direito à vida. As praxes de anulação dos “outros” oscilam das partes mais explícitas, escancaradas e imediatas, para as mais lentas, silenciosas e implícitas no dia a dia. A condução da norma é apoiada e difundida pelos regimes de regência, pelas escolas, pelo Estado, pela Igreja, dentre outros dispositivos regulatórios. A este, Bento (2010), chama de necrobiopoder: “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver (p. 7).

Dentro dessa ótica, e como pontua Curiel, o que se passa com estes grupos excluídos é que a premissa “de ser cidadão”, “livre e igual a” (todos os outros sujeitos?) perante uma Constituição, tem no abismo da realidade social a confirmação de que não, o ato de ser cidadão não se aplica a estes. Em alusão a Rousseau, a autora expõe que para a execução do contrato social, necessita-se “de um contrato sexual implícito” jamais firmado anterior e presentemente, e que permita agregar não só os corpos e a força de trabalho dos sujeitos marginalizados.

Que valores podemos retirar de uma cultura antidemocrática e excludente? Em que ponto nos encontramos nesta linha tênue e bamba da aceitação social, que determina o quão “normal” ou “estranhos” somos, partindo do distanciamento do gênero, do sexual, do “heterorreprodutivo”? Como pontua Miskolci, 2012 “não é tão raro, em nossos dias

encontrar pessoas que mesmo dentro dos modelos socialmente impostos reconheçam seu caráter compulsório, violento e injusto (p. 30). Curiel afirma que consanguinidade, parentesco e matrimônio constituem três instituições sociais que são o fundamento do regime da heterossexualidade, baseado na diferença sexual (p. 144). Assim como a Legislação sobre a discriminação sexual chega ao paradoxo de unir, doutrinariamente, a igualdade entre homens e mulheres, com efeitos da desigualdade social produzida pelo mesmo sistema heteropatriarcal, ou em outras palavras, pela ideologia *straight*, por assim dizer o dogma da diferença sexual. Portanto, o que se propõe é a igualdade desde a diferença sem questioná-la. A diferença se constitui de um lugar de poder e dominação, portanto, uma imposição social. É precisamente, neste paradigma da diferença sexual como mecanismo de poder que aparece a ideia da complementariedade heterossexual (p. 121).

O ponto onde quero chegar, e que será discutido no próximo tópico é que, tudo está intimamente interligado à cultura na qual estamos inseridos e que ajudamos a construir. Os processos de homogeneização cultural estão constantemente sendo questionados e desestabilizados, ao passo de que as noções popularmente interligadas estão sendo postas em xeque, principalmente no que se refere ao binarismo homem/mulher, sexo/gênero.

3. 2 A constituição cultural humana e o sistema sexo-gênero: “conceituação ocidental bio-lógica”

Agora bem, para nós não há ser mulher nem ser homem. Homem e mulher são conceitos políticos de oposição. E, dialeticamente, a cópula que os reúne é ao mesmo tempo o que preconiza sua abolição. É a luta de classes entre homens e mulheres que abolirá homens e mulheres (WITTIG, 2006, p. 54).

Um dos primeiros livros que me permitiu enxergar as relações de gênero como uma variante cultural foi “Sexo e Temperamento” de Margaret Mead (2000). A autora se propõe a investigar três sociedades distintas da Nova Guiné, de modo a analisar as relações entre os sexos, temperamentos, as atividades relativas ao masculino/feminino e seus respectivos valores entre elas. Mead constatou assim que as noções e comportamentos variaram e diferiam daquelas colonialmente impostas a nós, a exemplo da associação de docilidade às mulheres e a agressividade e firmeza aos homens. Entre as sociedades “Arapesh” e “Mundugumor” sequer observou-se uma diferenciação entre as obrigações e os temperamentos dos pares. Mesmo essa sendo uma leitura considerada por alguns críticos como densa, porém sem uma conclusão concreta a respeito das

questões ali assimiladas, a mesma foi a responsável por trazer a mim problematizações iniciais a respeito do que é de fato gênero, sexo, universalidade e a partir de qual perspectiva tais questões são elaboradas.

Porém, quem de fato abriu a minha mente, para entender a quão problemática e silenciadora é a noção universal do sistema sexo-gênero foi Oyèrónké Oyěwùmí – particularmente à leitura da versão traduzida de sua tese “A invenção das mulheres” (2021). Em suas próprias palavras “o presente estudo chama a atenção para as armadilhas da interpretação de “fatos biológicos” e “evidências estatísticas” fora do quadro cultural da referência do qual derivam” (p. 23). Ponto de partida e estudo que surge a partir do local de identificação pessoal de uma integrante da sociedade iorubá e que possui total propriedade em contribuir com o objetivo principal dessa pesquisa.

Oyěwùmí discorre a partir da noção Ocidental, mais precisa e inicialmente europeia, de que a biologia é o fator principal para justificar as distinções de gênero – raça e/ou classe, como insere a autora. Outros dois pilares fundamentais nessa linha filosófica são o corpo e a visão, aspectos que andam entrelaçados. Segundo Oyěwùmí, 2021, p. 28 “ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas”. Diante disso, se é nesse corpo que são talhados os signos e interpretações a partir da perspectiva ocidental³, logo é sobre ele o foco e leitura a partir do olhar, do que se vê e interpreta ali.

A abordagem e delimitação desse conceito de inserção deriva, em parte, da filosofia feminista. A partir de seus discursos, Oyěwùmí tece a justificativa da natureza generificada não somente presente nesta corrente, mas em todos os discursos ocidentais – que compartilham do mesmo núcleo e nacionalidades. Essa discussão a respeito do que é natural e do que é construído, não deveria ser aplicada nas comunidades possuintes de conceitos próprios e independentes, porém, o imperialismo impôs a universalização de tais concepções – agindo por meio de apagamentos históricos e criando problematizações a respeito das relações sociais em cenários que não dependiam ou se importavam com essas noções.

Torna-se delicado avaliar o âmago da filosofia feminista, onde o gênero é socialmente construído. Oyewùmí explicita que interpretar as diferenças de gênero como

³ Perspectiva essa que será detalhada mais à frente

variantes, por não depender da natureza para se ordenar, gera uma assimetria entre o construcionismo social e o determinismo biológico, a partir do momento em que, independente da diferença social apresentada, “antigas biológicas ou novas biológicas” seriam construídas para justificar a desvantagem feminina:

[...] na experiência ocidental, a construção social e o determinismo biológico tem sido dois lados da mesma moeda, uma vez que ambas as ideias continuam se reforçando mutuamente. Quando categorias sociais como gênero são construídas, novas biológicas da diferença podem ser inventadas [...] em sua, o social e o biológico se retroalimentam (OYEWÙMÌ, 2021, p. 37).

Trabalhar em cima da ideia de que existem papéis e atribuições que são naturais ou construídas só faria sentido em locais onde as categorias sociais não possuem significados próprios e autônomos. Assim, os possíveis problemas apresentados por essas atribuições não encontram terreno para existir em realidades que não dependem delas para se relacionar. Atualmente essas ações são justificadas em países colonizados pelo fato de que o imperialismo introduziu seus problemas nestas culturas. Partindo da ótica do ocidente, onde as categorias sociais de diferença foram construídas, é possível compreender o pensamento da mutabilidade das categorias, bem como abrir espaço para a visualização das construções biológicas com o objetivo de responder às dúvidas geradas a partir do corpo: “o ponto mais importante não é que o gênero seja socialmente construído, mas o grau em que a própria biologia é socialmente construída e, portanto, inseparável do social” (p. 38).

Sob a ótica feminista as categorias sexo e gênero são atreladas na noção de que o biológico e o social poderiam ser separados e aplicados de maneira geral e universal. Pensando assim, o sexo é apresentado como natural e o gênero como “a construção social do natural” (p.38). Se o corpo, nesta vertente ocidental, é o foco, então não há como separar o gênero do sexo. Sendo o gênero uma construção social, há então a possibilidade de que a noção de outras culturas estejam não somente presentes no processo da produção, mas também na geração do conceito próprio de ser homem e mulher, o que, segundo a autora, derruba a noção universal da subordinação feminina: “a universalidade atribuída à assimetria de gênero sugere uma base biológica no lugar de cultural, uma vez que a anatomia humana é universal, enquanto as culturas falam por meio de uma miríade de vozes” (Oyewùmì, 2021, p. 38).

A ideia de construção abre margem para o questionamento de onde e quando determinada questão foi construída e, Oyewùmí destaca o fato de que, se fora construído

logo houve períodos em que os sujeitos se relacionavam sem a existência desses conceitos: “não se pode supor que a organização social de uma cultura (inclusive do Ocidente dominante) seja universal ou que as interpretações das experiências de uma cultura expliquem outra” (p. 39). Outra questão é que, lidar com o gênero como uma construção social coloca-o numa categoria histórica – dependente dessa tal história e o momento em que ela se refere. E, baseado novamente no determinismo biológico e a ideia de que a biologia estabelece as ordens das relações sociais e do viés cultural, essa concepção acaba sendo batizada por Oyèwùmí como uma “bio-lógica”

O foco na sociedade iorubá se faz nesse ponto. A dualidade ocidental dos corpos físicos/sociais não permite a distinção entre sexo e gênero, porém, Oyèwùmí nos mostra que na iorubálandia “as relações sociais derivam sua legitimidade dos fatos sociais e não da biologia” (p. 42). Não se pode universalizar conceitos quando existem locais com relações e posições que não dependem da anatomia para se definir como, por exemplo, em sociedades que se organizam nas relações de senioridade – baseados na idade, em qualquer outra relação em que o corpo e o sexo não são o fator determinante.

Mesmo que a lógica da construção social do gênero seja compreensível, o ato de generalizar os dados para todas as culturas existentes subestima e menospreza exatamente a noção e a capacidade de outras culturas construir suas categorias próprias. Assim, sendo o gênero, acima de tudo, uma construção cultural, não cabe avalia-lo em uma lacuna, um vazio espacial cultural: “o quadro de referência da cultura deve ser identificado e descrito em seus próprios termos antes que se possa fazer o tipo de alegações gratuitas que estão sendo feitas sobre o patriarcado e outras mazelas sociais” (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 53).

Ainda dentro dessa noção ocidental, Oyèwùmí (2004), em artigo escrito posteriormente a sua tese de doutorado, resume a questão anteriormente trabalhada, referente às categorias ocidentais de gênero serem “apresentadas como inerentes à natureza (dos corpos), e operarem numa dualidade dicotômica, binariamente oposta entre masculino/feminino, homem/mulher” (p. 8). Já sabemos até aqui que essa filosofia compete às noções, principalmente europeias, que foram lançadas à outras sociedades e conseqüentemente, por intermédio da colonização e supressão da cultura matriz de outros povos por meio dos colonizadores, passaram a ser impostas como únicas e verdadeiras.

Ao lançar olhar para nossa história como brasileiros, passamos pelos dois eixos aqui apresentados: dizimação da cultura e da língua matriz, bem como a colonização.

Partindo então dessa filosofia binária, Judith Butler, filósofa estadunidense, promove perturbações focadas na dissolução da categoria “sujeito”, embasado no ato que autora irá chamar de performatividade dos corpos, ação essa que supõe ser um fator de desestabilização das noções coloniais existentes, bem como a base das predefinições de homem, mulher, masculino e feminino como norma. Performar, no sentido geral, seria assumir a posição de detentor de vontades e de subjetividades para atuar as suas identidades em “um palco metafórico de sua escolha” (SALIH, 2012, p. 65).

Para a autora, as identidades de gênero seriam conjunto de práticas, com a ausência de um agente operante, que atua com o sujeito posicionado externamente a este feito, sendo esse evento aquilo que se entenderia como inerente à vida – mesmo não sendo. Esse ato, então, resultaria na ordem compulsória referente ao binarismo “sexo-gênero” e no pressuposto da inflexibilidade do sexo nos parâmetros biológicos, tornando o gênero uma noção construída com base na cultura, distanciando-se do sexo biológico e da fixidez do mesmo, “assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo” (p.26).

Nesta mesma lógica, se gênero deriva de uma interpretação cultural atribuída ao corpo, torna-se inconsistente afirmar que o mesmo derive de um sexo. Quando “levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos” (p.26). Assim, ao considerar que a construção de “homem” e “mulher” não está aplicada de maneira exclusiva aos respectivos corpos e que não exista um binarismo vigente em relação sexos, não há motivos para condicionar o gênero apenas a dois:

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Diante disso, como elencar o conceito de gênero à interpretação cultural do sexo e/ou construído culturalmente, sem saber de fato o que conduz essa concepção? Sendo a cultura, o meio onde a identidade de gênero se faz compreensível, subentende-se que certos tipos de identidade não possam existir, – “isto é, aqueles em o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do

“desejo” (p. 44). Esses resultados demandam mediante as relações políticas de direito, criadas pela cultura que define e controla tanto a forma quanto o significado da sexualidade.

A respeito deste debate, Maria Lugones, tece um trabalho satisfatório que nos oferece, principalmente sob a ótica e vivência como mulheres de cor, uma justificativa e uma visualização do modo como as violências foram produzidas e ocorrem de maneira direcionadas, especialmente para essas sujeitas. Seus referenciais são decoloniais e operam especialmente na crítica ao padrão sexista e heteronormativo colonial, ao sistema sexo-gênero, suas questões e enfrentamentos. Lugones busca entender na intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade a indiferença dos homens em relação às violências que as mulheres de cor sofrem.

Cruzar o conceito de interseccionalidade com o conceito de colonialidade do poder foi o que permitiu, para a autora, o alcance do conceito sobre o “sistema moderno colonial de gênero”. Esse entendimento de gênero é intencionado nas análises de Aníbal Quijano (2000a; 2000b; 2001-2002), mas não se expressava de maneira necessária sobre este conceito em si. Ao caracterizar o sistema de gênero como colonial-moderno, fica possível visualizar a imposição colonial em sua real profundidade e aprofundando historicamente seu alcance destrutivo, ao mesmo tempo em que se possibilita a visualização da dissolução forçada dos vínculos de solidariedade, este uma prática natural entre as vítimas de dominação e exploração que constituem a colonialidade.

A visão de Quijano (2000b) sobre a intersecção de raça e gênero é ampla, em termos estruturais. A compreensão do seu olhar se dá a partir do entendimento da sua análise sobre o padrão de poder capitalista eurocêntrico e global. Para ele, o poder está estruturado em relações de dominação, exploração e conflito entre pares que disputam o controle dos quatro aspectos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. O poder capitalista é estruturado mediante a colonialidade do poder e a modernidade. Esses eixos ordenam disputas pelo controle de todos os setores da vida, de tal maneira que o significado e as formas de poder de cada uma (que são distintas), são totalmente atravessados por eles.

Assim, o acesso ao sexo, seus recursos e produtos estão dentro da esfera sexo/gênero e são organizados pela colonialidade e a modernidade. Mas, para Lugones (2008), essa análise possui alcance limitado. Para ela, Quijano supõe uma compreensão

patriarcal e heterossexual das disputas do controle do sexo e afins, ao mesmo tempo em que aceita o entendimento capitalista e eurocêntrico sobre o gênero, principalmente no que diz respeito à afirmação de que as mulheres não brancas e colonizadas foram subordinadas e destituídas de poder:

Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições de tal quadro analítico. Não é necessário que as relações sociais sejam organizadas em termos de gênero, nem mesmo as relações que se consideram sexuais. Mas, uma vez dada, uma organização social em termos de gênero não tem porque ser heterossexual ou patriarcal (LUGONES, 2008, p. 78).

É o entendimento dos traços histórico- específicos da organização do gênero no sistema moderno/colonial, o primeiro passo para entender que essa organização, em união ao dimorfismo biológico e a organização patriarcal das relações sociais, se transforma em um cenário dentro de termos raciais. As categorias aqui citadas, juntamente às noções de heterossexualidade e o binarismo homem/mulher são acréscimos criados pelo colonial/moderno e introduzidos no significado de gênero. Já em raça, a inscrição inserida é universal e básica:

A invenção da “raça” é uma guinada profunda que reorganiza as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas mediante a dominação. [...] Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. “América” e “Europa” estão entre essas novas identidades geoculturais; “europeu”, “índio”, “africano” estão entre as identidades “raciais”. Essa classificação é a expressão mais profunda e duradoura da dominação colonial (LUGONES, 2008, p.79).

Neste sentido, a colonização foi quem nos categorizou. A forma de poder bem como os setores existem apenas por serem frutos da colonialidade. O nascimento e expansão da colonialidade surge em meio sua relação de ramificação ao colonialismo. Para Quijano (2000b), o capitalismo é o que se articula mediante a todas as formas de controle e exploração. Porém, para o entendimento desta questão e do alcance da colonialidade do poder, se faz necessário compreender que a divisão do trabalho é racializada e geograficamente diferenciada. Aqui, raça e trabalho se entrecruzam.

A modernidade, para Quijano, aparece como um dos eixos do capitalismo eurocêntrico e global juntamente à união do colonialismo mais a colonialidade, aliada às necessidades do capitalismo. O eurocentrismo refere-se, também, à visão cognitiva de europeus e daqueles que foram educados sob a hegemonia do capitalismo mundial, no que diz respeito à produção de conhecimento, esta guiada pela colonialidade e a distribuição geocultural do poder capitalista mundial (este eurocêntrico), ao mesmo

tempo em que a Europa se comporta como preexistente a esse padrão, colocando-se como modernidade e referência na temporalidade das espécies. Esse é o ponto em que se justifica a divisão da população mundial:

Assim, a partir do interior desse ponto [...] outros habitantes do mundo [...] passaram a ser míticamente concebidos não como dominados através da conquista, nem como inferiores em termos de riqueza ou poder político, mas como uma etapa das espécies nesse caminho unidirecional. Esse é o significado da qualificação “primitivo” (LUGONES, 2008, p. 81).

Dentro da mesma análise, a dominação categorial nomeia aquilo que ela mesma produz. Propaga-se uma compreensão de homogeneidade dentro dessas mesmas categorias, mesmo que em paralelo exista intencionalmente a classificação de um dominante e uma norma a ser seguida dentro delas: “Uma vez que a interseccionalidade nos mostra o que se perder, ficamos com a tarefa de reconceitualizar a lógica da intersecção, para, desse modo, evitar a separação das categorias existentes e o pensamento categorial” (p. 82). Assim, a partir da compreensão de que gênero e raça estão ligados a tal ponto que se torna impossível separá-los, é que se torna possível a visualização da existência das mulheres de cor.

Retomando à noção dos eixos, o gênero aparece como *formado por* ao mesmo tempo em que forma a colonialidade do poder. Quijano (2000b) não realiza a separação de raça/gênero, e por isso a colonialidade torna-se insuficiente para dar conta destes aspectos. No padrão do autor, o gênero parece estar contido dentro do sexo e as disputas pelo seu controle, ao mesmo tempo em que alinha o conceito à atributos biológicos. Quijano acaba reduzindo e reforçando o gênero a organização do sexo.

Ainda dentro das noções de organização dos sexos, Lugones cita a autora Julie Greenberg (2002) e o seu estudo sobre a intersexualidade. Julie diz que as instituições legais têm o poder de designar a cada indivíduo uma categoria sexual ou racial em particular: “a sociedade é adepta de um paradigma sexual binário sem ambiguidades no qual todos os indivíduos podem ser classificados prolixamente como masculinos ou femininos” (p. 84). Para ela, em toda a história dos Estados Unidos, as leis do país não reconheceram a existência de pessoas intersexuais, ainda que de 1% a 4% da população mundial seja intersexual: “A maneira como as leis definem os termos masculino, feminino e sexo sempre terá um impacto profundo nesses indivíduos” (p. 84).

A caracterização ou a designação mostram que o entendimento do que é sexo biológico é construído. Do final do sec. XIX até a primeira guerra mundial, a função

reprodutiva era considerada característica essencial de uma mulher. A presença ou ausência de ovários era o critério mais definidor do sexo: “crianças XY com pênis “inadequados” devem ser convertidas em meninas, porque a sociedade acredita que a essência da virilidade é a habilidade de penetrar uma vagina ou urinar de pé” (p. 85).

Com frequência, indivíduos intersexuais são convertidos, cirúrgica e hormonalmente, em machos ou fêmeas. A lei não reconhece a intersexualidade. Ainda que permitam que um indivíduo auto identifique seu sexo em certos documentos: “as instituições legais continuam baseando a designação sexual nas pressuposições tradicionais sobre o sexo como algo binário e que pode ser determinado, com facilidade, somente com uma análise de fatores biológicos (p. 85).

Sobre isso, Lugones (2008) reafirma o fato de o dimorfismo sexual ser uma característica fundamental naquilo que ela irá chamar de lado “iluminado/visível” do sistema de gênero moderno/ colonial. E ressalta a existência de indivíduos intersexuais que eram reconhecidos em sociedades tribais antes da colonização e que não eram entendidos dentro do binarismo homem/mulher: “Se o capitalismo global eurocêntrico só reconheceu o dimorfismo sexual entre homens e mulheres brancos/as burgueses/as, não pode ser verdade que a divisão sexual seja baseada na biologia” (p. 86).

Outro ponto de fundamental importância é a análise das sociedades igualitárias, que não visavam a genitália como papel fundamental para definição de qualquer papel. Neste ponto, o estudo de Lugones pode ser facilmente compreendido a partir da aproximação com Oyewùmí (2004) e as explicações teóricas apresentadas anteriormente. Oyewùmí nos mostrou que as diferenças de gênero foram perpetuadas no período após a colonização ocidental, logo isso também se aplica ao capitalismo eurocêntrico global. Outro ponto já ressaltado pela autora, é que esse mesmo gênero inclui a subordinação de fêmeas nos mais variados aspectos. É importante ressaltar aqui a passagem de Gun Alenn, na obra de Lugones, e a sua afirmação sobre o reconhecimento da homossexualidade em comunidades tribais nativo-americanas. Muitas, além do reconhecimento positivo, ainda o classificavam como o “terceiro gênero” ao mesmo tempo em que o entendiam como igualitário.

Outra importância para a recapitulação e compreensão do estudo de Oyewùmí é o entendimento de que a mesma não opõe o patriarcado ao matriarcado, e sim nos mostra que o gênero não era um princípio organizador na sociedade iorubá antes da colonização.

O gênero passou a ser citado nos estudos iorubás porque a vida ali passou a ser traduzida para o inglês, para caber no padrão ocidental de separação do corpo e da razão. Admitir que a sociedade iorubá tinha o gênero como princípio é somente mais um caso de “dominação ocidental sobre a documentação e interpretação do mundo; uma dominação que é facilitada pelo domínio material que o Ocidente exerce sobre o globo.

Oyewumi entende o gênero introduzido pelo Ocidente como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica. Mulheres enquanto o gênero, não são definidas pela biologia, ainda que se trate de anafemeas. As mulheres são definidas em relações aos homens, que são a norma:

A imposição do sistema de estado europeu, com seu aparato jurídico e burocrático, é o legado mais duradouro da dominação colonial na África. [...] O mesmo processo que categorizou e reduziu as fêmeas a “mulheres” as desqualificou para papéis de liderança. [...] para as mulheres, a colonização foi um processo duplo de inferiorização racial e subordinação de gênero.

Oyewùmí trata dois processos como cruciais para a efetivação da colonização: a imposição de raças, tendo como consequência a inferiorização dos africanos junto da inferiorização das anafêmeas. Essa última condição estendeu-se de maneira tão ampla que se sucedeu desde a exclusão dos papéis de liderança, até a perda da propriedade sobre a terra e outros importantes espaços econômicos.

Tribos indígenas americanas também possuíam o entendimento de que a condução do universo ocorria em meio a força feminina, e somente a partir da permissão dela todas as atividades da tribo ocorreriam. A retirada à força dessa crença e a substituição da referência feminina para uma masculina, foi o primeiro passo para a dominação desses grupos, e em consequência a sujeição das mulheres indígenas, o segundo passo para o fim do sistema tribal:

Entre as características das sociedades indígenas condenadas à destruição encontravam-se: a estrutura bilateral complementar; o entendimento do gênero; a distribuição econômica que normalmente seguia um sistema de reciprocidade [...] o gênero não era entendido fundamentalmente em termos biológicos. A maioria dos indivíduos se encaixava nos papéis de gênero tribais (LUGONES, 2008, p. 90).

Allen (1992) ainda reforça outro ponto fundamental, pois havia a somatória de 88 tribos que reconheciam a homossexualidade, inúmeras com a concepção e validação positiva, e 20 delas possuíam referências diretas ao lesbianismo. O uso do terceiro gênero em si, não equivalia necessariamente a existência de três nomenclaturas, mas sim da

possibilidade de um termo despreendido da bipolaridade do sexo e do gênero: “o terceiro é emblemático para outras possíveis combinações para além do dimorfismo” (p. 91).

A mesma autora nos mostra que a heterossexualidade e o seu entendimento, derivado da construção colonial/moderna em gênero é produzida de maneira mítica. Assim, o capitalismo eurocêntrico global é uma ferramenta heterossexual, ao mesmo tempo que age como um instrumento de conversão de não brancos em animais e de mulheres brancas em reprodutoras da raça e da classe, essa oficialmente branca e burguesa.

A leitura de Lugones (2008) abre espaço para uma reordenação do entendimento da natureza e das mudanças sociais e estruturais dos povos colonizados – lugar esse onde estamos inseridos, por meio da imposição dos processos construtivos do capitalismo eurocêntrico colonial/moderno. Entender esse processo é, também, entender o que é o gênero e que o mesmo foi moldado para ser um fator crucial na “desintegração das relações comunais e igualitárias”, ao mesmo tempo em que abre margem para um estudo fundamental na compreensão da estrutura e a dimensão que a imposição colonial atingiu em nossas culturas.

A imposição desse sistema forma a colonialidade do poder ao mesmo tempo em que a colonialidade cria esse sistema. A relação aqui segue a lógica de uma formação mútua. Dentro do capitalismo eurocêntrico/global, o ato da redução do gênero à atividade e controle do sexo resulta na dominação não só do conceito em si, mas de outros setores fundamentais, como foi exposto até agora, sob a ótica da ordem biológica.

Em nossos antepassados, a violação de mulheres funcionou aliada à negação da existência das relações existentes em solos africanos ou nas tribos indígenas, por exemplo. A atribuição ao gênero é o que define a dominação das fêmeas colonizadas, que mesmo em referência ao título “mulher”, não se beneficiam dos mesmos privilégios que as mulheres brancas e burguesas.

Lugones (2008) encerra sua pesquisa conferindo ao gênero a existência de dois lados: um lado visível/iluminado e um oculto/obscuro. O primeiro, lado visível/iluminado, é quem constrói a predominância do gênero e as relações de gênero, organizando a vida de homens e mulheres brancos, burgueses, e conferindo a forma colonial/moderna aos conceitos de “homem” e “mulher”:

O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção - inclusive de conhecimento - e de autoridade coletiva. Entre homens e mulheres burgueses brancos, a heterossexualidade é compulsória e perversa, provocando uma violação significativa dos poderes e dos direitos dessas mulheres e servindo para a reprodução do controle sobre a reprodução (LUGONES, 2008, p. 98 – 99).

Já o lado oculto/obscuro emana violência. Nele os anamachos, anafêmeas e o “terceiro gênero” são impiedosamente reduzidos. Rebaixados de tal modo ao ponto de exclusão e do classificá-los a animalidade, permitindo uma exploração que os conduzem a morte.

3.2.1 A vida binariamente imposta

A partir desta visão, toda e qualquer identidade de gênero destoante do campo da cultura, em sociedades que operam a partir dessa visão, será interpretada como “impossibilidades lógicas” (p. 44). Mesmo que Butler não faça essa crítica histórica em relação à colonialidade e nem questione de maneira direta o surgimento das categorias sexo/gênero e suas implicações, como as autoras anteriores, pode-se perceber que é a partir da resistência dos sujeitos enquadrados como divergentes, que esta autora fomenta a “crítica de expor os limites e reguladores deste campo de inteligibilidade” ou em outras palavras “o campo da compreensão”, e assim difundir, dentro deste meio, bases que venham induzir a queda e a desordem do gênero.

Monique Wittig já discorria, anteriormente, a respeito das noções de gênero. Segundo ela, as feministas americanas utilizam o gênero como uma categoria sociológica, destacando o fato da não existência de uma naturalidade nessa ideia, sendo os sexos não somente produzidos artificialmente, mas como categorias políticas de opressão em um conceito que é parte do contrato social heterossexual. Assim o “gênero” seria nada mais que uma impossibilidade da natureza do Sujeito, levando em conta que seu objetivo é realizar uma divisão do mesmo, “porém, o Ser não está dividido. Deus e o Homem como seres são Um e o todo [...] O gênero, por tanto, deve ser destruído. A possibilidade de sua destruição se dá pelo próprio uso da linguagem” (Wittig, 2006, p. 108).

Ao lidar com a heterossexualidade como uma instituição e regime político, Curiel (2013), mostra que é possível trabalhar com questões implícitas baseadas na diferença entre os sexos, resultando em uma diferença sexual referente a grupos oprimidos e como parte constituinte daquilo que estabelece os aspectos normativos:

Mulher, homem, história, cultura, lei, sexo... são conceitos implícitos na heterossexualidade, que tem sua base a “diferença entre os sexos”, como se fossem dogmas que definem as pessoas e as relações humanas, assim como produções mesmas das ciências. Desde essa lógica, incluindo a homossexualidade não pode ser outra coisa que algo simétrico e complementar da heterossexualidade, pois para Wittig o que a sociedade heterossexual necessita de diferente é tanto uma necessidade ontológica. Esta diferença não define somente as mulheres, as lésbicas, se não a todos os grupos oprimidos, pois a diferença que os constituem se produz desde um lugar de poder e dominação, e por tanto é um ato normativo (CURIEL, 2013, p. 54, tradução da autora).

Ao admitir que tudo é cultura, Wittig ressalta que no âmago deste domínio há uma resistência, uma espécie de relação suprimida do “social na análise” e que envolve um caráter de impossibilidades de condições de existência, tanto na cultura como natureza, sendo ela o que se classifica por “relação heterossexual” ou “a relação obrigatória entre homem e mulher” (Wittig, 2006, p. 51). É diante desse pensamento heterossexual que se impõe como regra a ser seguida, definindo-se como uma “interpretação totalizadora que influencia em todos os aspectos subjetivos humanos, ao mesmo tempo em que busca homogeneizar a subjetividades e as formas de relações sociais, dado exemplo o desejo, prazer, cultura, inconsciente: “categorias que não possuem sentido absoluto”, mas que, na heterossexualidade, busca-se produzir a diferença sexual como um “dogma político” e explicitando aquilo que tem sido constantemente evocado neste trabalho: a sociedade heterossexual compulsória que oprime a todos os que não seguem tal estrutura de poder:

A diferença tem como função mascarar os conflitos de interesses em todos os níveis, incluindo os ideológicos. Isto supõe dizer que para nós já não pode haver mulheres, nem homens, se não em tantas classes ou categorias de pensamento e de linguagem: Devem desaparecer politicamente, economicamente, ideologicamente. Se nós, as lésbicas e gays, continuarmos dizendo, concebendo-nos como mulheres, como homens, contribuimos ao mantimento da heterossexualidade. Estou segura de que uma transformação econômica e política não desdramatizará estas categorias de linguagem (WITTIG, 2006, p. 54-55).

A necessidade em destruir o contrato social heterossexual está, em linhas gerais, no fato em que se trata de um problema histórico-social na medida em que compete a todas as áreas das atividades humanas. O rompimento deste pacto, segundo Wittig, deve ser feito pelas mulheres. E não somente ao contrato social em si, mas também em sua parte heterossexual, mesmo que no corpo do contrato social esteja o modo de viver na heterossexualidade. Para a autora, contrato social e heterossexual são duas noções que se sobrepõem. “A heterossexualidade enquanto instituição não possui existência jurídica (p. 67) ”:

Os antropólogos, os etnólogos, os sociólogos a percebem talvez como uma instituição, porém uma instituição da qual não se fala, na qual não se escreve. Por que há um pressuposto, um “estar- já- lá” – devido a algo exterior a ordem social – de dois grupos: homens e mulheres (WITTIG, 2006, p. 67).

A professora argentina Rita Segato, (2019), tece sua teorização a partir do estudo de um patriarcado cristalizado na espécie humana com o tempo, mas que se torna histórico pelo fato de ter precisado da história não somente para se justificar, mas também se legitimar. De sua análise partem dois eixos: o primeiro vertical, que promove espetacularização do poder e a capacidade cruel do agressor, e o segundo horizontal, que remete à confraria e à necessidade de socialização e prestação de contas nas relações masculinas, já que os mesmos necessitam deste reconhecimento de dever cumprido como um dos aspectos fundamentais no “mandato da masculinidade”: “Essa “formação” do homem, que o leva a uma estrutura de personalidade do tipo psicopata está fortemente associada e facilmente transposta para o treinamento militar: mostrar e demonstrar que se tem a pele grossa, calejada (...)” (Segato, 2019, p. 30), o que os conduzem a realização dos mais baixos e cruéis atos.

A corporação é internamente hierárquica. Essas duas características me levam a afirmar que as primeiras vítimas do mandato de masculinidade são os próprios homens, que existe violência de gênero que é intra gênero [...] e que a violência contra as mulheres deriva da violência entre os homens, formas de coerção que sofrem para que não se evite a fidelidade à corporação, ao seu mandato, à sua estrutura hierárquica, ao seu repertório de demandas e provações e à emulação de uma modelagem do masculino corporificado por seus membros paradigmáticos. (SEGATO, 2019, p. 31).

Assim, a autora finaliza sugerindo a entrada dos homens na luta contra o patriarcado, mas não por compaixão ou proteção contra a violência de gênero feminina, mas sim como uma forma de libertação do mandato da masculinidade que, segundo ela, causa aspectos negativos como provações dolorosas vivenciadas ao longo da vida e até mesmo a morte prematura. Nesse ponto, a solução se afasta um pouco do entendimento de Lugones, onde a queda do sistema está atribuída a luta e contestação das mulheres de cor, para então “salvar” os homens negros.

Acredito que, neste ponto, se faz necessária uma recapitulação das etapas desse trabalho até aqui. Objetivando adentrar ao tema “por camadas”, iniciamos essa dissertação fazendo uma apresentação da Teoria *Queer*, que em sua essência busca reunir todos aqueles que diferem da ótica normativa e sofrem os impactos disso, mas que não realiza o questionamento da causa disso, muito menos a raiz do problema. Em seguida, temos em Raquel/Lucas Platero o foco na existência dos diferentes, a visão dos corpos

como um espaço de inscrição de verdades de acordo com a cultura – sem especificar qual, porém ressaltando a resistência desses sujeitos em meio a essa diferença, criada pelas relações de poder especificamente para excluí-los.

O *Queer* em si, realiza uma crítica aos discursos e sentenças universais e defende a não existência de nomenclaturas, pois a tradução e explicação das mesmas resultam em definições. Mesmo que, em algumas discussões, haja o apontamento da existência de um dispositivo regulador e que se faça uma investigação a respeito da criação e implementação do mesmo, não há uma justificativa de como ele foi aceito pelas mais variadas nações.

Até então, todos os autores neste ponto viviam ou bebiam de fontes eurocêtricas, então por mais esclarecedor que as colocações fossem, elas não explicavam o mundo que antecedia a isso, porque esse era o universo e experiências deles como sujeitos que não sofreram um apagamento histórico sendo colonizados, como latinos e africanos. Assim, aproximamos a nós, utilizando Curiel e a investigação da formação da nação colombiana, dentro do conceito que ela batiza de “heteronação”.

Para isso a autora não utilizou somente o estudo da constituição em si, mas também o estudo pregresso de autoras lésbicas como Wittig e Rich, essas que nunca obtiveram o devido reconhecimento referencial, e que tratavam da heterossexualidade como sistema político, bem como ao foco na existência lésbica, assunto que não era pauta nas primeiras lutas e nem nas primeiras ondas do feminismo. Analisavam também as relações lésbicas acima da relação sexual, e sim como fraterna, em conjunto à visão de mulheres como seres de papéis definidos e com a existência suprimida por este pacto heterossexual aliado ao Capitalismo e as suas sujeições.

Em meio a essas investigações, me peguei pensando sobre os conceitos de nação e essa possível homogeneização cultural. Como essas identidades se mantinham ali? A seção sobre Hall veio para justificar o termo globalização em si. Principalmente as relações presentes no espaço- tempo. É realmente uma questão muito útil para entendermos a velocidade das notícias e o fluxo e contato com as mais variadas informações de qualquer lugar no chamado mundo moderno. Mas ainda não respondia o que levou essa movimentação, muito menos sobre as relações anteriores a este fato, que também faz parte da expansão do Capitalismo. Porém, ainda que superficial, o autor

chega a abordar o que vem a classificar determinadas culturas como modernas e outras como sub- desenvolvidas: a fantasia colonial e a visão de periferia.

A aproximação dessas respostas veio em meio as leituras de Oyewùmí, estudiosa com descendência direta iorubá e a sua análise sobre as impossibilidades lógicas causadas pela interpretação e tradução da vida iorubá e suas relações, explanando as faces da dominação ocidental juntamente a certeza diante de suas experiências que, o gênero nada mais é que uma ferramenta de dominação, produtora de uma única categoria social binária, onde as mulheres são definidas única e mediante aos homens.

Por fim, temos em Lugones a possibilidade de compreensão do conceito do Capitalismo eurocêntrico colonial/moderno, onde o gênero, o sexo e suas relações, nada mais são que produtos produzidos e moldados por esse sistema para a desintegração das atividades comunais, bem como a subordinação e rebaixamento das anafêneas colonizadas, que sempre lutaram contra esta condição, bem como o desprezo aos anamachos não brancos, classificados à animalidade, sendo ambos condenados a exploração até a morte.

Todos os aspectos aqui apresentados são fundamentais para a visualização e o entendimento do meio onde residem os sujeitos homossexuais que este trabalho busca analisar. Sabendo que tais noções aqui trabalhadas incidem de maneira direta nas relações sociais e no campo da Educação, nossa seção principal, como analisar a influência deste ambiente, e conseqüentemente deste currículo, sob da ótica da trajetória e das relações na formação de professores dissidentes da norma heterossexual?

3.3 Sexualidades, Educação e Docência

O currículo é, definitivamente, um espaço de poder. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz –culturalmente – as estruturas sociais [...] O currículo transmite a ideologia dominante (SILVA, 2010).

Quando retomamos os estudos de Ochy Curiel e o processo de criação da heteronação, podemos compreender que a heterossexualidade é parte de um regime político criado com base na diferença sexual e sustentada por ela, ao mesmo tempo em que é exercida nas mais diversas instituições com o consentimento da Constituição e de várias outras estruturas institucionais e jurídicas. Assim, não é ilusório afirmar que a

educação e a escola são agentes pertencentes nesta organização de setores que reproduzem as opressões e subordinações.

Se, como bem apresenta Tomaz Tadeu da Silva, o currículo reproduz a ideologia dominante, logo entendemos que ele faz sua parte como um documento condutor daquilo que deve ser abordado ou não dentro de uma sala de aula. Levando em conta que esse currículo é o que nos acompanha em todas os setores da educação e do ensino, logo suas tensões acompanharão os alunos dissidentes como uma sombra, sempre à espreita, ao mesmo tempo em que vela outros sujeitos com outros afazeres, a exemplo principal de professores.

Antes de um debate mais aprofundado sobre essa vigilância, decidimos comentar, por considerarmos relevante, o processo de institucionalização da profissão docente, bem como o encadeamento da generificação da docência, principalmente no que se refere à escola básica. Sobre isso, Cláudia Vianna (2001/02) disserta que a docência assumiu, de fato, o caráter feminino no ensino de crianças, ao longo do século XX. A justificativa está no processo de configuração da história do Brasil, em meados do século XIX, com a existência da modalidade denominada “escolas domésticas”, juntamente com a expansão do ensino primário (p. 84). Tais aspectos popularizaram a presença feminina em sala de aula ao mesmo tempo em que os homens se desvinculavam desse afazer específico. Dentre os mais variados argumentos para esse fenômeno, está inclusive a presença do determinismo biológico como “explicação” para esse fato. Vianna expõe que:

Não se trata de afirmar que sempre foi assim ou que é inerente à nossa “natureza”. Trata-se, sim, de afirmar que as expressões da masculinidade e da feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em suas doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto (VIANNA, 2001/02, p. 90).

A prática da associação do feminino à docência em sua essência explana a associação de preconceitos atrelados ao sexismo, que se sustenta de acordo com características específicas. Dentre as questões que a autora pontua estão o declínio das condições de trabalho, baixos salários e a classificação sexual dessa atividade que é reforçada inclusive pelo próprio ambiente, assim:

A Educação Infantil arregimenta mais de 90% das educadoras, enquanto no Ensino Superior as mulheres ainda são uma minoria, em especial nas carreiras tidas como masculinas. Mesmo com a feminização da docência, os homens ainda ocupam as funções de maior prestígio social e recebem os salários mais altos (VIANNA, 2001/02, p. 92).

Afirmações como essas são fundamentais para a visualização de efeitos da categoria gênero referente à diferenciação binária no espaço de trabalho, características chave nos conceitos da heteronormatividade e do sistema capitalista colonial/moderno. A segunda decorrência segundo Vianna, está exatamente no significado das concepções criadas a respeito do que é ser feminino e masculino, principalmente no que se refere ao cuidado, esse repassado como característica natural às mulheres, e não como um direito moral e sem distinção sexual.

A respeito disso, Nilma Lino (2012) reflete sobre o diálogo com novos paradigmas que vão além dessas compreensões eurocêntricas e entendam que há mais do que a necessidade de uma derrubada da “hierarquia do conhecimento”, e que essa hierarquia não é mais do que o resultado de um longo processo de “dominação, exploração e colonização que deu início a um processo de hierarquização de conhecimentos, culturas e povos” (p. 102). Este processo resultou nos aspectos sociais abordados até aqui e, dentro do âmbito da educação, sentenciou outras “culturas, povos e grupos étnico- raciais” a uma zona desconsiderada na reivindicação dos saberes.

É a partir dessa compreensão que se torna possível a movimentação de ações para a quebra desse ciclo existente nas salas de aula e nos conteúdos escolares. A autora chama atenção para a necessidade da descolonização do currículo por meio do entendimento de onde vem a suposta “naturalização” das diferenças culturais, principalmente dentro dos conceitos de raça, bem como a classificação da história europeia como o moderno e a modernidade.

Sendo a Escola, na concepção de Guacira Lopes Louro (2000), uma instituição praticante daquilo que ela chama de “pedagogias da sexualidade” juntamente das “pedagogias do insulto”, estes referentes às agressões físicas, verbais e ao silenciamento de alunos homossexuais em seu meio, a Educação em si também é uma ferramenta operante na perspectiva da heteronormatividade. Porém, quando percebemos que esse entendimento não age isoladamente em setores específicos, e que o mesmo faz parte do projeto de nação, logo entendemos que nesse meio apenas há uma reprodução daquilo que se tornou regra em meio às ramificações do sistema capitalista colonial/moderno.

Neste fio, observa-se que não há alguma mudança expressiva dentre os métodos, sejam escolares ou universitários, o que pode ser reforçado, explicitado ou não em determinadas vertentes e cursos. Neste trabalho, o foco está voltado para as Licenciaturas

por conta do leque de possibilidades e afazeres que as mesmas oferecem no âmbito da formação de professores, a exemplo pessoal do curso de Pedagogia, este que efetua trabalho diretamente com os primeiros anos do ensino escolar assim como a coordenação e a gestão da escola.

Retomando ao currículo como uma ferramenta pertencente de um universo colonizado, as possibilidades da reprodução do padrão serão iminentes, principalmente na realidade de alunos LGBTQIA+ resultando em possíveis recorrência de exclusão e/ou a possibilidade de uma imposição do controle das próprias características, expressões ou qualquer outro aspecto que remeta à aproximação das fronteiras do binário: a classificação de gênero e sexo na visão do masculino e feminino em oposição e complemento. Sobre isso, Ribeiro; Soares; Fernandes, 2009, completam:

Assim, esperamos que os corpos ditem a identidade, e que o façam sem ambiguidades. [...]. Nesta dedução, ignora-se, por exemplo, que tais marcas são apenas aparentemente dadas, fixas e naturais e que a elas não devem, forçosa e binariamente, corresponder este ou aquele atributo.

Mais do que a probabilidade de controle em meio ao sexo, a iminência da exclusão sobre os corpos que não se adequam a padronização dos corpos, como travestis/transsexuais, agêneros e intersexos podem ainda ser maior. A presença desses sujeitos nos mais diversos espaços ainda são lidos como uma impossibilidade lógica já que em sua imagem está o escancaramento da fragilidade das normas do binário. Na lista de supressões diretamente dedicadas ao apagamento dessas existências, há também a luta incessante nas reivindicações de direitos, anterior inclusive aos educacionais, mas direitos básicos de vida, assim como é descrito por Sara York, em alusão às reparações que a Nação deve para tais existências: “seriam aquelas que garantem direitos sociais básicos em função dos permanentes (e ainda existentes!) processos de exclusão que, forçosamente, nós, travestis e pessoas trans, somos instadas a vivenciar” (YORK, 2020, p. 19).

De qualquer modo, a demarcação de tais características permite espaço e risco para comentários velados e que até mesmo colocam em dúvida as práticas docentes. Nilma Lino (2012), destaca que os movimentos sociais de caráter identitário há tempos se movimentam no sentido da reivindicação não somente da escola, mas do campo de formação de professores “um posicionamento, reflexões teóricas e práticas pedagógicas que também respondam a essas demandas sociais e políticas” (p.105 – 106), no sentido de agir de maneira positiva toda a comunidade:

Tais demandas encontram maior ressonância, hoje, em algumas iniciativas dos órgãos governamentais, em centros de pesquisa, escolas de educação básica e algumas experiências concretas de formação inicial e continuada de professores/as, porém, ainda com severas resistências (NILMA LINO, 2012, p. 106).

Arroyo (2014) também preza pelo reconhecimento das disputas e da presença dos chamados “novos sujeitos”, excluídos dos currículos. Trazer à tona a tarefa não somente de legitimar a ausência dos sujeitos no processo de construção curricular, mas afirmar que mesmo diante das tensões vividas, há uma pressão contínua por reconhecimento da presença e existência dos mesmos e de seus coletivos. Em suas palavras, deve-se haver a obrigação em reconhecer que nessas vivências estão as marcas de um viver indigno e injusto (p. 157), junto a resistência na luta por uma vida digna.

Muito se estudou sobre as relações em torno do fracasso e evasão escolar causadas por condições que vão desde o social, racial e o de gênero, mas nem sempre houve o questionamento da estrutura curricular dentro da realidade dos novos sujeitos ali avaliados: “estes foram vistos como não aptos para as exigências de aprendizagem dos nobres conhecimentos universais. Rotulados com problemas de aprendizagem, inferiores mentais. Houve um reconhecimento pelo negativo” (Arroyo, 2014, p. 160). Pensar assim fornece uma comodidade para a indisposição da reformulação, não somente dos currículos, mas do sistema em si.

A luta por reconhecimento pode ser descrita em diversas camadas e nuances. Seguindo o foco da formação profissional, é possível listar o não reconhecimento da existência dos sujeitos mediante as possibilidades fornecidas no acesso e permanência do ensino superior para indivíduos LGBTQIA+, por exemplo, bem como a não valorização da produção em pesquisas acadêmicas e o acesso limitado em sistemas de pós-graduação. A respeito deste último exemplo, podemos observar a implementação, em algumas universidades, de cotas para travesti e transexuais que, como afirma York (2020), geram não somente impactos, mas avanços nas educações superiores e básicas. Em suas palavras:

Ampliar a possibilidade para o acesso ao direito constitucional (e humano) à educação [...] faz-se urgente não apenas para a população trans, mas, definitivamente, para enfrentar a crise democrática institucional que vivemos. Paradoxalmente, é nesse escopo da política institucionalizada, na mudança de uma única universidade [...] que a discussão adquire mais relevância, como debater as cotas na Pós-Graduação, sem ao menos tê-las garantidas na Graduação [...] (YORK, 2020, p. 21).

A promoção de políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ é um fator importante no processo da promoção da equidade social amplamente propagada nos discursos curriculares educacionais bem como nos princípios constitucionais. Outro ponto é o cruzamento de classe que esta temática nos permite fazer, estando diretamente atrelada por questões de gênero, sexualidade e raça, principalmente no que diz respeito à noção de que não basta somente entrar na universidade, mas sim promover condições para que os sujeitos possam concluir sua formação. Desde o processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, entende-se que o amparo resultante dos auxílios deve se estender para além do auxílio financeiro, mas de saúde, principalmente a psicológica. Dentro do nosso recorte, se faz necessário compreender que alunos LGBTQIA+ possivelmente irão adentrar a universidade com uma bagagem de experiências pessoais e noções gerais de desamparo, negação de direitos básicos, entre outras questões.

Os sujeitos de baixa renda ainda carregam o empecilho de ter recebido uma educação diferente da oferecida em escolas particulares, público ainda majoritário nas aprovações dos processos seletivos. São violências diversas e que estão totalmente atreladas a diversas outras características indissociáveis, e que quando analisadas podem somar nas estratégias de acesso e permanência dessas realidades no meio universitário. Como visto na afirmação a seguir, existe dentro das próprias universidades a possibilidade da abertura de cotas para sujeitos trans e travestis, por exemplo, de maneira quase que autônoma:

Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas, como consequência, o número de instituições com vagas reservadas para travestis e transexuais na graduação ainda é bastante pontual e o Ministério da Educação (MEC) [...] disse não ter nenhum estudo para ampliar o número de cotas para a população trans, ressaltando que as universidades têm autonomia para estabelecer suas políticas afirmativas (SILVA, 2022, p. 85).

E como reforçado por Coulon (2017), o ingresso na universidade exige do alunado novas relações, principalmente práticas, que estimulem sua aderência ao novo ritmo, regras e saberes. Em suas palavras: “a desigualdade das chances de acesso ao saber permanece um fenômeno persistente e inquietante, particularmente espetacular no primeiro ciclo universitário, principalmente no primeiro ano” (COULON, 2017, p. 1241).

A exemplo dessa afirmação, achamos pertinente dar destaque a alguns trabalhos realizados em pós-graduações do norte brasileiro, de modo a divulgar e não somente

valorizar a escrita semeada por alunos que, assim como eu, agem no processo de reafirmação dos nossos saberes e da produção acadêmica, bem como temas em comum: são trabalhos que já se debruçaram sobre a temática da diversidade sexual, sujeitos não heteronormativos e seus lugares no campo da docência.

Em primeiro lugar, apresentamos a dissertação de Santos (2020), de título: “Tudo Aquilo Que Sou Perpassa a Minha Existência Enquanto Mulher e Lésbica”: Narrativas de professoras lésbicas das Instituições de Ensino Superior do Amapá”, que busca dialogar acerca da orientação sexual e o “processo de formação do sujeito político de mulheres lésbicas”, bem como a sua atuação profissional como docente, além de trazer um apanhado geral das pesquisas a respeito das práticas docentes de professores homossexuais, no geral, em um espaço de nove anos (2010 a 2019), em repositórios online como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD e o Portal de Periódicos CAPES/MEC, encontrando apenas quatorze produções no total (SANTOS, 2020), o que reflete um número relativamente baixo de produções acerca do tema.

Santos (2020) descreve a sua posição de docente e homossexual como um aspecto que “foge da construção subalterna da figura mulher/professora que era compreendida até então como mães espirituais” (p. 44). Não somente em seus relatos pessoais, como nas sujeitas de pesquisa observam-se momentos de ocultação de sua sexualidade em função do receio de ser prejudicada nos ambientes de trabalho/docência.

O segundo trabalho a destacarmos, é a dissertação de Meirelles (2012), nomeada de “Políticas públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória”, que investiga não somente o processo de criação de políticas públicas em educação para a diversidade sexual, mas a subjetividade e o processo de afirmação ou negação da sexualidade de professores e professoras lésbicas ou bissexuais da educação básica, ao passo de que diversos destes sujeitos preferem não entrar em sintonia com temáticas a respeito da sexualidade, por medo de expor sua realidade e identidade sexual e conseqüentemente serem atravessados por situações caracterizadas como homofobia institucional, conceitos que abordaremos logo a seguir.

O terceiro trabalho é a tese de doutorado de Duarte (2015), intitulada de “As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida”, que busca compreender na

trajetória de universitários LGBT, respectivamente, o modo como conduziram suas etapas escolares, desde o ensino fundamental até o superior. Sua primeira entrevistada, lésbica, relata que na terceira fase de escolarização (graduação), o respeito referente a sua orientação sexual era maior, e que apesar de vez ou outra perceber olhares negativos, estes não evoluíam para outras agressões. Seu segundo entrevistado, gay, utiliza do seu estudo para provar que todas as suposições negativas feitas sobre ele ao longo da vida eram errôneas, e que mesmo carregando ainda a “sensação de estranhamento”, a universidade trouxe um olhar positivo pessoal consigo, se redescobrimo, quebrando preconceitos internos em relação a sua orientação sexual e a orientação de terceiros, aspectos religiosos, além de ampliar seus horizontes em todos os âmbitos da vida.

Seu terceiro entrevistado, bissexual, conta que as humilhações vivenciadas foram fundamentais para suas motivações e o desejo de continuar seus estudos. Logo, a experiência na universidade fez surgir em si “percepções mais sociológicas sobre si mesmo, suas escolhas pessoais, suas ideologias e sua condição pessoal” (DUARTE, 2015, p. 198). E mesmo com o afastamento de pessoas após o ingresso na universidade em conjunto do ato de “se assumir”, o mesmo garante que ganhou novos amigos e cúmplices. Sua quarta entrevistada, transexual, afirma que o ensino superior foi fundamental para desconstruir valores familiares e escolares que lhe causavam profundas angústias. Um dos ápices deste momento de libertação foi a compreensão e o início do processo de vivência plena de sua identidade de gênero. O contato com grupos sociais a conduziram no processo de autoconhecimento como mulher transexual, mostrando que este meio pode sim ser livres de amarras, complacência nas dores e desprendimento da dependência de aspectos não normativos como os vividos nos grupos e ambientes paralelos dentro da universidade, diferentes dos citados a seguir:

Suas memórias sobre aviltamentos, chacotas e toda sorte de desrespeito que comumente sofrem pessoas transexuais (CHAGAS, 2010), nem sempre são de memórias de defesa e enfrentamento, uma vez que a moça denuncia ataques, inclusive, de professores da universidade, que segundo ela reforçavam preconceitos, atitudes sexistas e negavam acolhimento (DUARTE, 2015, p. 218).

E mesmo com o reforço negativo por parte do corpo de funcionários da universidade, os embates na sua trajetória foram os aspectos motivacionais para que a entrevistada desse seguimento com o seu caminho acadêmico, buscando sua formação. Temos então, a noção de homofobia, caracterizada como um conjunto de humilhações e violência que assume as suas mais variadas formas e se apura de acordo com os aspectos

culturais de quem a manifesta, e como completa Prado (2020), “essa forma de preconceito exige ser pensada a partir de sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo” (p. 9).

Borrillo (2010), explicita que a homofobia geral se direciona igualmente para todos aqueles que se afastam da norma. Das culturas com o comportamento e orientação social ligadas ao que chamamos de regime heterossexual, o ato do afastamento das fronteiras estabelecidas pela norma provoca comportamentos que objetivam a exclusão e ocultamento das existências destes sujeitos não heterossexuais. O processo da oposição às ditas feminilidades no processo de fabricação do masculino implica em aspectos desde comportamentais, a exemplo do menosprezo com mulheres e repulsa aos homossexuais. Borrillo (2010), classifica essas condutas em dois termos. O primeiro, chamado de “homofobia geral” derivante do sexismo e sendo “a discriminação de pessoas em razão do seu sexo (macho/fêmea), e mais particularmente, de seu gênero (feminino/masculino) (p. 26) e a “homofobia específica” sendo essa “uma forma de intolerância que se refere, especialmente, aos gays e lésbicas” (p. 27).

A lesbofobia constitui uma especificidade no âmago de outra: com efeito, a lésbica é vítima de uma violência particular, definida pelo duplo desdém que tem a ver com o fato de ser mulher e homossexual. Diferentemente do gay, ela acumula as discriminações contra o gênero e a sexualidade (BORRILLO, 2010, p. 27).

Ao retomar o raciocínio para o espaço universitário, torna-se necessário atentar às infinitas realidades e particularidades existentes para que não possamos cair na padronização do pensamento e comportamento daqueles que irá formar. Gomes (2012) explicita como objetivo da educação, a formação social de sujeitos sociais entendidos como seres de direito, e não simploriamente a formação para um mercado de trabalho. Como mostrado anteriormente, não é raro esbarramos com realidades suprimidas no meio educacional, seja pela discriminação velada e até mesmo com a não abertura à debates e ensinamentos referentes a todas as vivências aqui debatidas – e a muitos outros presentes.

Assim, na busca de possíveis indícios na aparição de temas referentes a gênero e educação sexual na grade curricular de cursos de Licenciatura, realizei em 2018, mapeamento no Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE) da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A motivação vem diante do conglomerado de Licenciaturas ali presentes, sendo este o meu foco no campo de pesquisa e época local de formação, juntamente com relatos assinalando a existência de uma disciplina eletiva intitulada

“Educação Sexual”, ofertada pelo Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFCS). Assim, busquei direcionar a pesquisa norteando a quantidade de vezes que esta disciplina eletiva foi escolhida em um intervalo de 10 anos (2008-2018), (totalizando 13 vezes) e qual a formação dos professores que a ministraram, identificando duas das Ciências Sociais, duas das Ciências Biológicas e sete graduados em Psicologia (SILVA, 2018).

No mapeamento do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da mesma instituição foi encontrado uma segunda matéria eletiva intitulada “Tópicos de saúde e sexualidade humana”, ofertada pelo Departamento de Ciências Naturais (DCNA), possuindo assim uma abordagem mais biológica, com abordagem a respeito de DST’s, drogas e gravidez não planejada, e que mesmo com a visão medicalizada uma abordagem unicamente da perspectiva heterossexual resultaria mais uma vez em exclusões e obstáculos. E por fim, na leitura do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Naturais não houve o encontro de matérias que estudassem a sexualidade a partir de um ponto de vista diferente da ordem biológica. A respeito da baixa ou não existência do trato e do ensino do gênero e das sexualidades no ambiente escolar, os métodos e convicções dos que buscam trabalha-los e o reforço de noções relativas a respeito da integridade dos temas, Junqueira, 2009 reforça:

[..] não se deve negligenciar que, quer sejam da área médica, clínica ou de outra, pesquisas relacionadas às esferas da sexualidade podem ser (e comumente são) fortemente afetadas pelos padrões morais e religiosos de cada época, sociedade ou grupo hegemônico (JUNQUEIRA, 2009, p. 371).

O objetivo desse mapeamento parte da necessidade de nos questionarmos até que ponto tais setores estão dispostos a sair do discurso da mudança e se efetivar de fato em suas práticas, em um cenário como a Educação, onde há a abundante presença de dinâmicas, debates com os mais diversos setores de movimentos sociais, bem como os sujeitos com suas realidades complexas.

Ao se tratar dos discursos sobre gênero e sexualidades, é possível observar até aqui o mascaramento ou total exclusão dessas temáticas nos âmbitos educacionais. A respeito disso, Junqueira ressalta uma “indisposição” alta e sempre presente em debates referentes a pensar a sexualidade como plural, reconhecida, desestabilizadora de “sistemas de representações hierarquizantes e estigmatizadoras” (p.384). Em outras palavras, percebe-se que mesmo diante do reconhecimento da realidade dos alunos não heterossexuais e suas experiências negativas em ambientes de ensino, tem-se então uma

“expressa-se um aparente consenso em relação à necessidade de se enfrentar a homofobia que, no entanto [...] não se traduz em nenhuma medida efetiva” (p. 385).

Outro ponto na relação sexualidade e docência e que remete principalmente à vivência de professores homossexuais são as situações de constantes boicotes nos locais de trabalho. As entrevistas realizadas com professores homossexuais das redes de ensino públicas e privadas e divulgada na revista *Prâxis*, volume 2, , demonstra relatos evidentes de movimentações por parte de direções de escola, se aliando aos mínimos detalhes para justificar remanejamento de alunos para outros professores ou até mesmo a demissão nos casos mais extremos. A constante vigilância provoca a supressão das características físicas e sociais desses sujeitos.

O questionário sobre “Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia” de Santos e Dinis (2010), coletou informações com os formandos do curso de Ciências biológicas da Universidade Federal do Paraná e dentre as respostas, 26% dos alunos afirmaram que um professor homossexual pode influenciar na escolha sexual de seus alunos. Essa informação além de mostrar um estigma sobre a orientação sexual como algo totalmente influenciável e não oficial, reforçar o preconceito e impor dificuldades na contratação e desenvolvimento docente de sujeitos homossexuais, ainda classifica as crianças a um patamar de seres totalmente influenciáveis e sem capacidade de tomar decisões sozinhas ou de formular algum tipo de pensamento crítico. E como reforçam os autores, “estes posicionamentos mapeiam discursos problemáticos.

Ao final do questionário (SANTOS; DINIS, 2010) os entrevistados assumiram em suas palavras a necessidade da inclusão dos temas de gênero e sexualidade em sua formação, mas ao mesmo tempo não se julgavam aptos para fazê-lo, o que não foi possível explicitar se por falta de informação necessária ou a própria indiferença. O que novamente retoma ao fato de que a inserção de tais temáticas poderia reduzir ao menos à metade o número de profissionais que tratariam dessas questões em sala de aula.

Esse levantamento bibliográfico foi feito na intenção de encontrar trabalhos com temas e métodos em semelhança ao que está sendo proposto aqui, no sentido do auxílio e condução da transformação do que anteriormente era somente o esboço, para a conclusão do trabalho em si. Os trabalhos citados me auxiliaram no encontro de referenciais teóricos sobre os discursos e a prática docente, vivências universitárias, além de que seus

resultados me dão uma prévia das questões que posso encontrar mediante a imersão no campo, futuramente.

Além de analisar trajetórias acadêmicas de alunos não-heterossexuais, que se tornarão professores/as, o presente projeto também busca questionar sobre a essência e o objetivo dos conteúdos passado em salas de aulas universitárias, essas que formarão profissionais para a atuação em salas de aula da educação básica. Ainda que aqui o foco seja uma possível vivência de situações afim de moldar comportamentos e percepções destes sujeitos, que se assemelhem às opressões vividas em sala de aula, questionamos também o tipo de conteúdo que é passado de maneira geral e se o mesmo fornece um conhecimento a respeito da nossa posição social no mundo, este capitalista, bem como no entendimento e condução de um trabalho com alunos diversos em suas orientações, na valorização do conhecimento daquele aluno, entre outros aspectos necessários à formação.

Pessoalmente falando, muito do que foi falado até aqui só me foi possível conhecer e compreender em meio à imersão na pesquisa fornecida no campo acadêmico. O pouco que não derivou deste processo veio de um conhecimento de mundo diverso, mas que não fora adquirido no processo escolar. Ainda que seja de um possível desejo de qualquer profissional da educação que seja, não seguir o caminho da pós-graduação e da carreira como pesquisador em si, o mesmo precisa passar pelo processo de graduação para o exercício de sua profissão de ensino na educação básica. E é nessa formação que visualizamos possibilidades de expansão acerca de um conhecimento que colabore na busca da educação satisfatória e do autoconhecimento, como bem reforçam Ludke e Cruz:

O primeiro ponto refere-se ao risco que corre hoje a formação de futuros professores na universidade, se os cursos ali oferecidos se concentrarem predominantemente no exercício de uma reflexão de caráter pessoal, particular, sobre a própria prática do estudante, futuro professor, num esforço subjetivo e isolado do contexto em que se dará essa prática (LUDKE; CRUZ, 2005, p. 83).

Ludke aponta como um dos problemas dentro da produção acadêmica em educação, uma não delimitação de um “recorte epistemológico, como foco de confluência da contribuição de várias disciplinas” (p. 83). Fator este que leva, inclusive a pesquisadores com longa experiência no ramo, a considerarem uma impossibilidade da realização de pesquisas se os mesmos não estiverem imersos em especializações do campo do ensino. Outro ponto assinalado é a dificuldade na união entre os estudos teóricas às práticas em meio as salas de aula:

Nossos cursos de formação de professores têm sofrido as conseqüências de um defeito congênito de sua constituição: a separação entre teoria e prática no esforço de formação, colocando, em geral, em posição precedente a teoria, vindo a prática sempre depois, por meio de estágios de duração insuficiente e, sobretudo, de concepção precária (LUDKE; CRUZ, 2005, p. 85).

As autoras defendem, com base em argumentos de outros teóricos, que os professores passem a assumir como pesquisadores de suas práticas, com pesquisas visando o currículo escolar e efetivando esses conhecimentos nas salas de aula. Nesse ponto, entramos com a defesa da ampliação dos temas estudados mediante a essa formação, no objetivo de fomentar possibilidades para, primeiro a visualização do sistema que nos impera, bem como as formas de seguir em uma lógica diferente da estabelecida eurocentricamente:

O professor que reflete sobre a sua prática pode produzir conhecimento sem, necessariamente, ser um pesquisador. Quando ele avança, indo ainda além da reflexão, do ato de debruçar-se outra vez para entender o fenômeno, encurta a distância que o separa do trabalho de pesquisar, que apresenta, entretanto, outras exigências, entre as quais a análise à luz da teoria (LUDKE; CRUZ, 2005, p. 90).

Anterior aos pontos ressaltados por mim, a pesquisa das autoras explicita, em relatos de professores, um sentimento de ausência no sentido de matérias que os conduzisse a uma formação para a pesquisa em suas graduações: “vários sinalizaram a ausência de disciplinas específicas sobre o assunto e a falta de possibilidade de participação em programas de iniciação científica” (p. 91), o que de fato interfere no desenvolvimento de trabalhos como estes, dentro das salas de aula.

Ao entrevistar professores de diversas licenciaturas, Ludke e Cruz (2005), buscaram em primeiro lugar, a visão dos profissionais a respeito das deficiências apresentadas aqui, juntamente ao questionamento de que se os mesmos compartilhavam dessas opiniões. As autoras puderam confirmar, dentre os entrevistados, que nem todos ali possuíam – apesar do título de mestre, a experiência de pesquisa adquirida em seus cursos, além de que “É consenso entre os entrevistados que a formação inicial sozinha não basta à construção de um profissional docente, que responda satisfatoriamente aos reais desafios da escola básica” (p. 95).

A referenciação da pesquisa das autoras se faz mediante a uma proximidade entre os temas da nossa pesquisa e da pesquisa realizada por elas. Por mais que as mesmas tenham como objetivo o foco na pesquisa, em nós o foco está no modo como os professores não heterossexuais irão interceptar as possibilidades de um ensino, realizado por eles, silenciador e semelhante aos que muitos ali obtiveram. A observação dessa ação

irá se pautar, principalmente no que diz respeito a existência ou não dos estudos a respeito do sexo, das relações e da investigação a raiz da sociedade e ao modo como ela conduziu diversas sociedades.

4. ESPELHOS: INTERSECCIONALIDADE DE MEMÓRIAS E A MUTUALIDADE DA DOR

Se essa pesquisa fosse um corpo, essa sessão seria equivalente a adentrar no coração. Não somente no sentido literal do órgão com a funcionalidade de equilibrar e distribuir seus fluídos pelo corpo, uma peça vital, assim como é neste capítulo a imersão essencial para trazer as vivências, e colocando lado a lado a teoria junto a prática. Mas também, no sentido de associarem as emoções e sentimentos a ele.

Este capítulo foi construído em um período difícil da minha vida pessoal e que, em muitas ocasiões se assemelhou ao que os colegas que aceitaram ceder suas memórias também vivenciavam. Houve episódios em que a pessoa optou por não passar pela entrevista, e compartilhar suas vivências para a pesquisa científica, mas seguiu conversando comigo sobre momentos que renderam memórias empáticas, compreensivas, de apoio mútuo, abrandando dores pessoais e aquecendo em meio a um abraço virtual.

De todos os encontros e desencontros, fui agraciada com colegas de diversas partes da Universidade Federal, interior e capital, e com o tempo eu pude enxergar raízes até nas negativas “não desenvolvidas” que recebi. Por isso, nas próximas linhas intencionou a descrição não somente das memórias que comigo foram compartilhadas, mas também os caminhos que percorri no ato de concretizar esse trabalho construído por muitas mãos.

4.1 A cosedura da colcha de relatos

Dentre os processos de criação dessa dissertação, em particular as volumosas leituras, o nível alto de informações, as horas gastas no debruçar de teorias novas para a compreensão das mesmas, nada me deixou tão exausta quanto a sequência de negativas que recebi no processo de apresentação deste trabalho. Busquei de todas as maneiras explicar que o viés dessa pesquisa tinha como base a discussão de uma universidade plural de verdade. Que de fato trabalhasse para formar os mais diversos grupos que possuímos em sociedade.

Do primeiro ponto, me esgotava o fato da Universidade Federal do Pará ser tão extensa, completa na oferta de cursos e vagas, mas com pouquíssimos alunos transexuais e travestis. Do segundo ponto ter a certeza que, dos poucos alunos que aceitaram me ouvir, a negativa em compartilhar os relatos foi em quase 80%. É uma realidade que

impacta: partir para o debate sobre a presença minoritária desses sujeitos em um espaço tão amplo. Outro ponto a ser reconhecido é a noção e sensação de que o “alvo” no existir dessas pessoas, levem a possíveis julgamentos e direcionamentos de pesquisas reduzindo-as corpos que precisassem de respostas, explicação científica.

A estranheza, no sentido da escassez, em esbarrar com colegas transexuais e travestis, em sua maioria, pelos corredores da universidade é o que me conduziu neste trajeto em prol de uma luta que nunca pareceu fácil, mas que possui camadas mais profundas do que eu possa imaginar e vivenciar. Em nenhum momento, como pesquisadora, cheguei a ter medo de não concluir essa pesquisa por falta de material. Sabemos que para essa questão, seria possível inúmeras alternativas e adequações. O meu medo era que o cansaço e a dor dessas pessoas ultrapassassem a vontade de alargar as portas afuniladas desse sistema.

Em minha realidade como pessoa negra, por muitas vezes me vejo cansada, exausta em explicar o que é racismo quase que o tempo todo, então de certo modo, não havia como não compreender no íntimo, o sentimento de cansaço dessas pessoas em o tempo todo ter que abrir suas feridas para um universo que as observam e analisam de maneira ininterrupta. Mas se tanto se fala a ponto de cansar, porque as estruturas vigentes sequer cogitam um abalo, uma reforma? Porque ainda precisamos buscar com olhares atentos a presença de sujeitos como nós em um ambiente que deveria ser de todos?

Dentre as outras negativas, estavam os casos onde o primeiro contato e apresentação seguiam uma velocidade instigadora, mas que se encerrava ora sem respostas (a pessoa sumia, não respondia mais as mensagens) ora desanimadora quanto a precisar marcar um dia para entrevista ou até mesmo a desistência quanto a quantidade de perguntas. Daqueles que volta e meia pareciam vingar, houveram casos da espera de vinte dias, mesmo com mensagens diárias e lembretes para a pessoa, mas que me levaram a desistência pelo cansaço, já que meu tempo era curto.

Com os desdobramentos e a dificuldade em contatar em desenvolver a conversa com os estudantes de licenciaturas que busquei, me vi em um beco sem saída quanto ao desenrolar desse projeto. Após a insuficiência de respostas obtidas por mim no contato direto, apelei para o compartilhamento e divulgação da pesquisa nos grupos on-line de estudantes da UFPA. Para a minha surpresa, dois alunos vieram até mim propondo a conversa, porém seus cursos não estavam dentro das Licenciaturas. Diante do cenário e da receptividade de ambos, levando em grande consideração as memórias de sujeitos

LGBTQIA+ em cursos considerados majoritariamente masculinos – exclusivamente homens *cis*, decidimos ampliar o leque nos dando a oportunidade de conhecer tais trajetórias.

Diante desses fatos, optei pela não limitação dessa pesquisa, expandido as conversas nas quais batizei carinhosamente de “colcha de relatos”, sem fugir do pressuposto inicial: histórias de vida de sujeitos LGBTQIA+ universitários. Metodologicamente falando, essa ampliação das áreas de estudo dos sujeitos vem com base nos estudos de Feyerabend (1977) e a máxima do “tudo vale”, onde os métodos utilizados no decorrer do processo de investigação nos ajudam a aprofundar as investigações:

Feyerabend defende uma ciência sem fronteiras, primando pela liberdade e por uma "anarquia epistemológica" que privilegia essa liberdade, bem como a possibilidade de quebrar as regras metodológicas estabelecidas, fazendo uso de todos os métodos e conhecimentos possíveis o desenvolvimento do conhecimento científico e da sociedade (HORTA; FAVRETO, 2021, p. 38).

5. (SOBRE) VIVÊNCIAS – TRAJETÓRIAS UNIVERSITÁRIAS DE SUJEITOS LGBTQIA+

5.1 Estudantes de licenciatura

Fábio, um observador nato:

Fábio também é um amigo de longa data. Nos conhecemos em meio a Universidade do Estado do Pará, quando ainda éramos graduandos e desde então seguimos amigos, dividindo momentos pessoais e acadêmicos. Fábio, diferente de mim, está dando entrada em sua segunda licenciatura, com um desafio além: cursá-la junto com o Mestrado em Educação que fora aprovado na estadual. Ambas graduações são de Letras: a primeira Letras-Libras e a segunda Letras- Língua Portuguesa (pela UFPA).

Apesar de ainda não ter iniciado oficialmente o quadro de aulas da sua segunda graduação – apenas as atividades extracurriculares como palestras, Fábio já possui planos de conciliação para todas as áreas que atua, e pretende seguir o mesmo trajeto feito em Letras- Libras. Em sua primeira graduação, ele foi aluno da iniciação científica em um período de dois anos, dividido em FAPESPA⁴ (2017) e CNPq⁵ (período iniciado em 2018 e encerrado em 2019).

Das percepções pessoais, quanto a sua presença no ambiente universitário, ele conta que de maneira geral, nos corredores e nas demais áreas de livre acesso, era perceptível alguns olhares e gestos estranhos, “sutis” a grosso modo, mas que ele reconhecia como um sentimento de reprovação, e que isso sempre esteve presente. Já em sala de aula e nas reuniões do grupo de pesquisa, ele já se declarava abertamente como homossexual e que isso era respeitado, mas que não era um fator levado em conta para qualquer tipo de diferenciação.

Fábio chegou à capital, Belém no ano de 2011 para estudar em cursos pré-vestibulares. Vindo de um município do interior da Ilha do Marajó, ele passou a morar com sua avó e vivia uma rotina tranquila até o ano de 2016, quando ingressou na universidade. Esse mesmo período coincidiu com o início do seu processo de autoconhecimento e autoafirmação como um sujeito homossexual. Ele acredita que este fato pode ter sido o que proporcionou uma mudança de tratamento brusca por parte de um tio, que também residia ali:

⁴ Fundação Amazônia de amparo a estudos e pesquisas.

⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A partir disso (processo de autoafirmação) eu comecei a agir com mais naturalidade com relação ao meu jeito e eu acho que foi por isso que despertou o ódio do meu tio. Ele começou a demonstrar um ódio muito grande por mim. E um ódio sem fundamento nenhum. Então ele começou a me perseguir e isso foi justamente quando eu comecei a estudar, que era tempos que eu começava a ficar mais fora, assim mais fora de casa, eu ficava na universidade praticamente o dia todo, quando eu estava em casa eu estava estudando, e aí ele começou a me perseguir. Só que essa perseguição ela começou a ficar violenta ao ponto dele me humilhar (FÁBIO, 2023).

Fábio relata que a relação com o tio estava extrapolando os limites, chegando a ocorrer, além de xingamentos e ofensas, acusações graves contra ele. Esses momentos tornaram-se constantes e a sua saúde emocional começou a ser abalada por conta dessa rotina. Assim, ele buscou refúgio com dois amigos que dividiam aluguel e ambos convidaram Fábio para residir com eles, pois já estava nítido o grau de adoecimento que ele estava passando. Esse momento também foi motivado e incentivado a partir da terapia que o mesmo já havia iniciado no ambiente universitário. Por cinco meses o trio residiu em uma casa ampla, e após esse período a colega deixou de dividir residência. Novamente ele precisou retornar à casa da avó:

Mas assim, eu sofria muito com a questão de dinheiro. Eu tinha ajuda de alguns professores, mas assim, eu era bem limitado. Em 2018 eu já tava sem bolsa, o PIBIC não tinha sido renovado, não sei por qual razão [...] Enfim, só que foi um tempo muito difícil e aí eu vi que estava muito complicado e eu voltei pra casa da vovó. Só que a perseguição continuou, então inclusive 2018 ficou bem mais complicado, sabe? Eu tinha medo, as vezes ele chegava *porre* e ele era muito agressivo, eu tinha que me trancar no quarto. Eu lembro de uma situação, minha tia, ele chegou *doidão* de noite, a minha correu “vai Fábio, vai Fábio pro quarto”, ele chegou lá *cavalo do cão* assim, entendeu. Acho que se eu não estivesse trancado no quarto ele ia me bater, ele ia me agredir porque ele tinha um ódio muito grande de mim. Aí eu ouvi ele falar umas coisas, isso já em 2019, eu ouvi ele falar algumas coisas bem ruins ao meu respeito e foi quando eu falei com meu amigo e pedi que pelo amor de Deus ele me recebesse, ele morava num quartinho, um quartinho ínfimo, era muito pequenino, mas ele me acolheu lá (FÁBIO, 2023).

Ele conta que esse amigo em questão também é homossexual e que também passou por históricos de homofobia, sendo este o motivo que o levou a sair de casa, e esse fator gerava uma relação de compreensão e empatia entre eles: “ele me entendia e me fazia entender, isso era fundamental”. A constante rotina de violência começou a interferir, inclusive, na vida acadêmica de Fábio e nos momentos em casa ele ficava a maior parte do tempo trancado em seu quarto. Ele reforça que havia sim, a compaixão dos outros residentes da casa – a exemplo da avó, mas elas não possuíam força suficiente para lidar com os momentos de agressão:

Eu tive um rompimento com a minha mãe muito grande, foi um período muito difícil, porque a mamãe não queria estremecer a relação dela com ele, então as vezes ela acabava depositando a culpa em mim [...] eu tive ódio da mamãe nessa época. Eu tive muita revolta porque ela não era por mim. Eram pessoas de fora da minha família, eram amigos que tavam fazendo algo por mim porque

a mamãe não tinha coragem de peitar ele, sabe? Eu achava isso ridículo, isso me deu tanta raiva que uma vez eu discuti com a mamãe, eu falei bastante coisa pra ela. Inclusive até hoje eu falo pra ela, eu falo que nesse momento a mamãe foi muito omissa, ela foi omissa e essa é a palavra, porque eu sofri muito, foi muito sofrimento, foi muito doído [...] ficaram muitas cicatrizes até hoje, muitas. Algumas eu já consegui sarar, mas tem outras que ainda tão aqui e que são bem difíceis. E eu não falo com ele até hoje, ele provocou em mim danos psíquicos que perduram até hoje [...] eu acho que eu não precisava passar por todo aquele adoecimento mental na minha graduação.

Atualmente, depois de idas e vindas mediante o período em que ele esteve parado, novamente fixou residência em Belém para seguir sua nova e atual etapa com o mestrado e a graduação em Língua Portuguesa. Seu espaço é dividido com uma sobrinha, que também estuda e a relação entre eles é tranquila, sem qualquer tipo de semelhança com suas experiências anteriores.

Quanto a sua rede de apoio, ele considera as amizades como o pilar maior, por conta das experiências vividas e pelo fato também, de que seus parentes mais próximos estarem residindo no interior. Em suas amizades, questões referentes a orientação sexual são lidas como naturais, por vezes irrelevantes. Para seus pais, essa questão é tida como normal, dentro dos limites possíveis. Em sua observação, existe uma diferença inicial na questão do entendimento homoafetivo, mas que a convivência faz com a desconstrução e o aprendizado venham sem muitas dificuldades. Ele ressalta também, que a desavença ocorrida com a mãe não foi causada pelo fator sexualidade e sim, pela não tomada de atitude por conta da relação dela com o irmão.

Suas memórias escolares são lidas como “problemáticas”. Fabio consegue expor, sem titubear, uma trajetória de homofobia constante, contando com a presença de ofensas e xingamentos: “muito *viadinho* pra cá, *bichinha* pra lá, foi bem ruim, bem ruim mesmo. Tanto no ensino fundamental, fundamental dois, ensino médio” (Fábio, 2023). Ele ainda acrescenta que, das vezes em que reagia aos insultos, o mesmo ainda era punido pelas professoras, com advertências e até expulsões de sala. Por conta do seu jeito, Fábio conta que as pessoas não tinham medo de ataca-lo, inclusive já chegavam na intenção de agredi-lo, até mesmo pessoas desconhecidas, e pelo fato de ser muito novo na época ele acabava absorvendo as agressões e não sabia como lidar com elas. Em sala, especificamente o professor de matemática direcionava, constantemente, piadas homofóbicas a ele, mas que mesmo assim, nada se comparava com os alunos e os olhares de reprovação dos demais funcionários.

Em relação ao entendimento da sua orientação sexual, haviam lacunas que o acompanharam no momento de transição da escola para a universidade. Os seis anos que

separam estes dois momentos levaram Fábio a ingressar a universidade compreendendo-se como sujeito homossexual, e que o atendimento pedagógico fornecido pelo instituto foi um apoio importante. Em suas relações estudantis, houveram em sala de aula dois alunos, também homossexuais e que essas relações foram importantes em seu processo de compreensão de si, suas individualidades e afins: “havia uma cumplicidade, no sentido que eu entendia o outro, eu meio que encontrei alguém que me entendia e que me ajudava a me entender” (Fábio, 2023).

A escolha da licenciatura como futura profissão foi motivada pelo desejo em dar aulas, intensificando-se no período de pré-vestibular e a escolha por Letras contabilizou o seu prazer pela leitura e a afinidade com os professores de Literatura e Língua Portuguesa de ambas as épocas. Já na graduação de Letras- Libras, sua primeira experiência como, até então, futuro professor veio na disciplina do estágio obrigatório, considerada por ele um choque inicial e que, por conta de sua timidez, contou com uma observação silenciosa das articulações do universo escolar sob uma nova perspectiva, porém acompanhado do receio não somente de suas lembranças, mas do “medo” de gerir uma classe.

Ainda no processo de estágio obrigatório, ele relata ter vivido situações onde precisou se impor, por conta de sua aparência física. Em suas palavras:

Sim, porque como eu tenho um jeito afeminado, eu percebo que esse jeito faz com que as pessoas meias que não levam a sério, eu já percebi isso. Quando eu cheguei no estágio, isso foi uma dificuldade porque além disso eu era muito tímido, eu tinha muito receio, eu não sabia como me portar dentro da sala de aula e, em alguns momentos sim eu percebia como na aplicação do projeto que alguns alunos mais *atentados* não me levavam a sério, me olhavam com um certo deboche (Fábio, 2023).

Para que isso não afetasse seu desenvolvimento em sala de aula, ele fingia não ver certas atitudes, mas afirma ser nítido que alguns deles não gostavam de sua presença ali e que isso era nítido por conta do seu jeito. Em resultado, ele percebe que seu comportamento passou a ser mais incisivo, com uma linguagem firme. Essa foi uma alternativa de preservar a sua imagem, já que outro tipo de comportamento poderia vir a deslegitima-lo em sala de aula:

Eu tenho em mente que é um limite muito tênue para as pessoas meio que me desautorizarem, e eu sempre sou mais incisivo, sou mais firme, mais direto, acho que é um pouco de resquício dessas situações aí que eu já vivenciei, no sentido de que há um certo temor de não ser levado a sério e perder o controle da sala de aula, entende? (Fábio, 2023).

Mesmo diante disso, Fábio ressalta que sua formação teórica e de vida o orientam para uma determinada prática docente e que está sendo preparado para uma docência de diálogo, mediações e debates que contemplem a sala inteira, com todas suas particularidades. Além disso, ele aponta como atividade essencial da escola, a promoção de campanhas de combate a homofobia, a discriminação, as diferenças de gênero, ações pedagógicas e discussões nesse sentido, bem como a implementação de apoio psicopedagógico para os alunos, com profissionais de escuta especializada, principalmente nos colégios dos interiores.

Dentre suas redes de apoio e conscientização no ambiente universitário, ele relata ter conseguido um apoio essencial no que diz respeito a sua caminhada na graduação, bem como ao processo de autoconhecimento, com o serviço psicopedagógico oferecido pelo próprio centro universitário, utilizado em totalidade nos quatro anos de curso, recebendo abordagens e orientação para as situações acarretadas diretamente pela sua sexualidade, por perseguições sofridas dentro de casa no passado, além de outras questões ocasionadas por este último fator – problemas financeiros, crises de ansiedade. Fábio é extremamente grato pela oportunidade e acesso ao atendimento psicológico na universidade e ressalta a importância do mesmo.

Mas, no que diz respeito a avaliação geral do sistema universitário, ele afirma não visualizar as políticas de enfrentamento aos casos de violências como homofobia, transfobia, entre outros, bem como medidas de conscientização:

Não há uma política efetiva no combate a homo e transfobia. Não há um programa efetivo de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade socioemocional, não há. Algo concreto não há. Existem políticas guarda-chuva, que contemplam diversas áreas, entre elas a gente, mas uma política de combate a homofobia, com esse nome, uma política que venha de fato para direcionar a este segmento discente não há, infelizmente não há. Porque a universidade continua pisando em ovos, bem como a escola e a educação em geral, continuam pisando em ovos no que tange a falar de combate a homofobia (FÁBIO, 2023).

Ele afirma existir uma pressão dentro da sociedade, em conjunto com outros discursos, que acabam se inserindo no cotidiano da universidade em si e que contribui com as situações de evasão escolar dos sujeitos LGBTQIA+. Outro ponto é a ausência de um programa de bolsas direcionado à essa população, levando em consideração a realidade constante na vida de diversos sujeitos, com expulsões do ambiente familiar e a falta de recursos, de certa forma, de todos os lados: “Não tem nenhuma cota para que essas pessoas recebam bolsa. Não há dentro da universidade nenhum medidor ali pra

saber quantos *LGBT* foram expulsos de casa e estão ali na universidade vivendo” (Fábio, 2023).

Para esse exemplo, Fábio cita que a universidade foi o seu refúgio durante a maior parte do dia e na entrada da noite, e que anteriormente à bolsa de iniciação científica, as bolsas de auxílio estudantil foram negadas. Em suas palavras, “falar de *LGBT* eu acredito que é falar de classe. Boa parte dos *LGBT* são pessoas que não tem condições”. Das poucas movimentações observadas nesse sentido, foram puxadas por alunos e por meios como os DCEs⁶.

O conselho que ele deixa para jovens, que assim como ele, possuem dissidências de gênero ou de sexualidade e que pretendem seguir no ramo das licenciaturas é que essa escolha seja feita com base não somente na identificação, mas que não se distanciassem das alternativas de sobrevivência na sociedade, com afazeres que possuam demanda no mercado de trabalho: “Eu acho que a gente já é estigmatizado. E aí se a gente não tiver como se sustentar, a situação vai ficar mais delicada ainda” (Fábio, 2023). E que segue indicando a docência, pois em seu papel de professor se torna incabível desestimular o jovem dos caminhos que ele almeja seguir, mas sempre com “o pé no chão” e mirando um futuro independente: “A dependência financeira machuca muito o homossexual. Porque com a dependência financeira ele não consegue sair do lugar onde ele está sendo excluído, onde ele está sendo maltratado. Ele não consegue viver a vida dele” (Fábio, 2023).

Para o futuro, Fábio pensa em seguir carreira acadêmica na universidade, com o doutorado futuramente. Para ele, as circunstâncias sempre serão delicadas, pois a pós-graduação segue com o comportamento da homofobia velada, mesmo com o debate se aflorando cada vez mais nas salas de aula em si. Mas que sempre irá lidar com a homofobia, pois ela estará sempre presente nas instancias sociais: “Acho que a grande questão é a gente tentar seguir para onde a gente é acolhido, para onde a gente é bem-vindo, mesmo na esfera acadêmica tentar fortalecer essas redes de apoio, os grupos de pesquisa [...] com professores que nos acolhem, caso contrário fica tudo muito difícil, torna-se um fardo, e ai isso vai acarretar ansiedade e outras doenças, e a principal consequência é o abandono, a evasão” (Fábio, 2023).

⁶ Diretório Central dos Estudantes

Kaio, extrovertido e conversador

Kaio foi indicação de uma amiga do mestrado. Em uma de nossas conversas corriqueiras sobre a minha dificuldade em encontrar sujeitos que aceitassem participar da pesquisa, ela fez a ponte via WhatsApp com Kaio e aí passamos a conversar. Kaio se mostrou solícito desde o início e pude notar o quando era extrovertido. Inclusive, passamos a conversar sobre diversos outros assuntos do cotidiano. Ele foi uma das primeiras pessoas que sondei no estágio mais crítico da produção desse trabalho – onde recebi negativa de praticamente todas as pessoas que consultei, e sempre esteve disposto a ajudar, compreendendo meu tempo e sugerindo atividades externas para auxiliar nas minhas distrações no dia a dia.

Kaio está, atualmente, em sua primeira graduação no curso de Letras – Língua Portuguesa, cursando o quarto semestre. Seu relato sobre a sua imersão na universidade descreve uma pessoa que se sente à vontade nesse meio, com as pessoas que o cercam. Ele descreve não ter passado por nenhum tipo de situação controversa dentro de sala de aula, pois logo que o grupo de turma no WhatsApp foi formado, ele se apresentou pelo nome e informou ser um homem trans. A partir disso, os próprios colegas e funcionários se mobilizaram para auxiliá-lo nas questões burocráticas.

Quando questionada a possibilidade e/ou percepção de olhares eventualmente diferentes para ele nos corredores da instituição, Kaio confessa não saber diferenciar ou traduzi-los se os mesmos são pelo fato de sua aparência, em suas palavras “se pode ser uma incógnita para eles” ou se chamaria atenção o comportamento dele em andar com a expressão séria, fechada, mas que, de fato, trata-se de uma situação corriqueira dentro da UFPa, e que a impressão que Kaio possui é de avaliação, como se os outros tentassem decifrar o seu corpo e que ele busca não pensar muito nisso.

Por não possuir nenhum tipo de bolsa de estudos, Kaio busca rendatrabalhando via CLT em uma empresa, na parte administrativa operacional. Ele ainda reside com a família e relata possuir um papel fundamental no sustento financeiro da casa. Dentro de casa, ele conta viver uma vida tranquila. Existem momentos em que seus familiares confundem seus nomes, mas isso não vem a afetar no convívio pois ele reconhece neles o esforço para a adequação.

Ele completa que sempre buscou trabalhar e que, agora estando em um emprego formal, observa que se criou um respeito maior pela sua pessoa. Das pessoas próximas, no geral, Kaio descreve que o comportamento se modifica de acordo com o espaço em que ele se insere, e que em espaços novos o fato dele ser um homem transexual não é de certa forma conhecido, e ele completa: “É muito relativo porque ou tu anula esse fato da identidade de gênero, e tu é respeitado ou tu expõe isso e ali tu vai ver se tu vai ser respeitado ou não” (Kaio, 2023).

Relembrando sua trajetória escolar, Kaio define como “um momento interessante” o processo de se reconhecer em uma nova identidade, porque seu autoconhecimento e autoafirmação ocorreu em meio ao Ensino Médio e a transição lhe trouxe novas experiências e novas pessoas com quem ele poderia confidenciar suas dúvidas. Ele relata que seus amigos também passaram por um processo de reconstrução quanto a sua nova identidade e que, dentro da escola, sua rotina passou a ser mais leve, e usa como exemplo a conversa que teve com um professor de Matemática, onde ele disse não poder alterar, ainda, o nome de Kaio no sistema da escola, mas que em sua lista diária de frequência o nome estaria modificado e respeitado. E que a partir dele, outros professores passaram a se adequar, incentivando a iniciativa em conseguir com a direção da escola a adequação de seu nome nos documentos gerais, e sendo auxiliado inclusive nos registros e garantindo a segunda via desses dados pós a retificação do nome em cartório. Com carinho, ele descreve que até hoje possui contato com os funcionários da escola e que eles costumam consulta-lo para auxiliar no trato com alunos transexuais que estudam lá atualmente.

Kaio relata possuir, desde cedo, relacionamento com grupos de militâncias e que, mesmo antes do acesso à universidade ele já se conectava com as pautas e chegou a cursar um pré-vestibular comunitário. Mas, que encontrou barreiras não ultrapassadas quanto a utilização do seu nome social no processo de realização da prova do ENEM, passando por constrangimentos. Quanto à escolha de uma Licenciatura, ele relata não possuir um motivo prévio que tenha determinado a escolha, mas que carrega um amor pelo seu curso e por tudo aquilo que ele proporciona. Mas ele confessa que o empenho do professor de Língua Portuguesa no ensino médio, em impulsioná-lo à aprovação em uma universidade pública fez com que ele criasse um apreço pela disciplina e pela profissão. Sua escolha pelo curso veio mediante três aprovações simultâneas, estando Geografia e Engenharia Florestal na lista, e em suas palavras ele deseja: “levar para a sala de aula aquilo que

talvez um dia me faltou, mas também aquilo que eu possa agregar muito mais a quem tiver” (Kaio, 2023).

Por estar inserido em diversos grupos, Kaio adentrou a UFPA conhecendo um pouco da sua rotina e estrutura, então essa vivência o auxiliou a normalizar o seu novo cotidiano. O primeiro semestre de curso foi virtual, em decorrência às paralisações por conta da pandemia da COVID- 19 e ele acredita que isso facilitou na ambientação com a nova turma. Nesses quatro semestres, Kaio relata já ter notado a presença de outros alunos transexuais pelos corredores da universidade, e considera-a no geral como um ambiente plural, e que por percorrer os corredores antes da sua aprovação, ele teve contato com pessoas que o instruíram no geral, mas que atualmente ele nota uma presença maior desses sujeitos. Porém, no seu curso ele não possui conhecimento da presença de outros colegas que sejam transexuais.

Kaio ainda não teve um contato direto com a sala de aula na posição de docente, mas ele acredita que irá se adaptar bem pois se considera uma pessoa que “fala muito” e aposta que isso poderá ajudá-lo nas práticas. Ele se descreve também como um rapaz tranquilo, apesar da presença de transfobias veladas em seu redor, que é de certa forma ignorada. Para o futuro em sala de aula ele espera conseguir com o diálogo, aplicar uma rotina que seja tranquila e acessível principalmente com os alunos, mas admite um certo receio com a convivência com os outros professores.

Quanto a sua percepção ao cotidiano na Universidade Federal do Pará, ele admite que por sua grandeza, medidas contra as violências de gênero deveriam ser tomadas em maior amplitude e frequência. Do seu ponto de vista, a movimentação maior acontece por iniciativa dos alunos da instituição e alguns professores:

O que eu vejo mesmo são os alunos fazendo isso. Os professores enquanto instituição. (Tem) os professores que se abrem ao diálogo e fazem projetos de pesquisa, projeto de extensão e tudo mais. Discutem isso, dentro e fora da sala de aula. Mas majoritariamente isso é feito pelos alunos né? Até mesmo o fato de estar dentro de uma universidade federal, sendo um corpo que ocupa, um corpo resistência tendo vários atravessamentos tanto de gênero, quanto de classe, quanto de raça, a gente que faz. A gente luta pra se manter, luta pra ficar e luta para que os nossos outros possam estar naquele lugar e ocupar também (KAIO, 2023).

Por fim, Kaio faz a reflexão de que, se já estivesse na posição de docente e tivessem alunos transexuais em sua turma, ele buscaria falar coisas boas sobre o curso escolhido, mas buscaria ressaltar sempre o fato de que, para eles, o enfrentamento da sociedade sempre será feito de uma maneira diferente, mas que apesar dos “olhares tortos

e dos atravessamentos de gênero, valerá muito pena” e que o curso de Letras em si te motiva a “continuar, inclusive a difusão do saber, do conhecimento e do pertencimento”.

Ele de fato agradece por não ter vivenciado sofrimentos diversos relacionados ao gênero dentro da universidade, e atrela esse fato com a passagens de “todos os que vieram antes de mim”, ressaltando que, anterior a seu ingresso, diversas vivências estiveram ali, como pioneiros, dando a cara a tapa na busca da reinvidicação de melhorias e acesso à dignidade dentro da universidade.

Outro ponto importante nas suas considerações finais foi ressaltar que buscaria repassar ao seu aluno, todo apoio institucional dentro da universidade, pois a sua posição docente lhe daria mais autonomia no processo de entendimento e solicitação de documentos, recursos, entre outros fatores que não foram direcionados na sua vivência, levando-o a aprender com terceiros que também tiveram que enfrentar tais barreiras burocráticas.

Vitória, autoconfiança no desabrochar.

Muitas mãos me conduziram até chegar com Vitória, e esse trajeto se iniciou com uma mensagem de uma professora que havia visto o meu texto de divulgação da pesquisa nos grupos. Na mensagem, ela dizia se recordar da presença de uma aluna transexual em um campus da UFPA localizado no interior do Estado, mas que até então não se recordava se ela cursava Matemática, Geografia ou Serviço Social.

De qualquer forma, a professora me enviou o contato da coordenadora do curso para que eu pudesse entrar em contato e verificar, ressaltando que seria uma boa oportunidade devido ao fato da moça residir em uma cidade pequena e que, por conta disso, ela acabava tendo que enfrentar algumas questões. Assim, entrei em contato com a coordenadora do curso que, para minha sorte, confirmou a presença da aluna como graduanda de Geografia e fez a ponte para que a mesma entrasse em contato comigo, onde ela prontamente me contatou. Disse que haviam explicado de maneira superficial a pesquisa, então me prontifiquei em fazer uma explicação breve para confirmar se Vitória aceitaria contribuir.

Nossa conversa foi bem tranquila e me chamou atenção a beleza da voz da Vitória e de como ela passava uma tranquilidade e ao mesmo tempo firmeza nas palavras, além de ser bem eloquente. Ela está, atualmente, no segundo semestre de Geografia e o curso

se desenvolve de maneira modular/ intensiva. Ela não recebe nenhum tipo de bolsa de estudos pela instituição e ainda reside com os pais, mas com planos de ter um cantinho para ela futuramente. No geral, sua convivência em casa é considerada boa, mas ela ressalta sobre a diferença entre aceitação e respeito nas relações, que seus pais não se opõem e nem depreciam a sua transição, mas que seu tratamento em casa ainda é feito pelo seu antigo nome – o que causa um incômodo, mas que no geral ela se considera uma pessoa de sorte por ainda estar em casa, diferente de muitas pessoas que são expulsas.

Sobre suas experiências anteriores, nos tempos de escola, ela declara que possuía um pensamento e consciência diferente do que possui hoje, já que seu processo de transição foi bem recente (1 ano e 6 meses). No geral, ela não recorda de situações de menosprezo e violências no geral, mas completa “*piadinhas a gente sempre escuta, xavequinhos a gente sempre escuta, é uma coisa que a gente não foge, mas nada que passasse disso*”. Sua relação com professores e funcionários no geral era bem descontraída. Pessoalmente ela possuía questionamentos internos sobre si mesma, suas identificações, mas classifica-as como pessoais, não causadas por agentes externos.

Vitória confirma a existência de momentos em que a escola abordou sobre as questões de gênero e sexualidade, mas de maneira superficial e que não se apresentou como um debate que pudesse levar auxílio a quem tivesse dúvidas:

Nada que vá ajudar alguém que precise realmente de informações concretas, dados e pesquisas. Nenhum professor tinha realmente esse preparo para tocar nesse assunto porque pode sim ser um assunto delicado pra algumas pessoas. E eu considero sim que se eu tivesse tido acesso a essa informação eu teria transicionado muito, muito antes (VITÓRIA, 2023).

Seu ensino médio foi completado no ano de 2020 e ela passou os 2 anos do ápice da pandemia da COVID-19 sem prestar cursinhos pré-vestibulares, tendo tentado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM sem muitos preparos prévios. Apesar de tudo, ela observa o momento de reclusão da pandemia como um divisor de águas em sua vida, pois a sua reclusão permitiu mergulhar em si:

Eu me tranquei dentro da minha própria cabeça e fui forçada a me conhecer e ver o que eu já sabia há muito tempo, só não queria aceitar. Eu tinha essa dúvida de ser trans pairando sobre a minha cabeça durante anos, e eu sempre disse que não, e que eu não queria e realmente, quando a gente não tem essa informação, eu por exemplo não tinha uma vivência com outras pessoas trans, tão próximas até uma amiga, hoje em dia uma conhecida, entrar na minha vida e eu ver de perto que ser trans não é uma coisa ruim ou algo pra se ter vergonha (VITÓRIA, 2023).

Quanto a sua vivência e convivência na universidade em geral e em sala de aula, ela afirma não ter notado algum tipo de comportamento de terceiros que viesse a

menospreza-la de alguma forma, e ela atrela isso ao fato de ser, pessoalmente, uma pessoa respeitadora, mas que se impõe: “Eu sempre me impus. Eu sempre respeito todo mundo para que todo mundo me respeite, e a partir do momento que eu não sinto que isso está sendo retribuído eu chego, eu converso, eu faço o que estiver no meu alcance pra tentar deixar as coisas numa boa”. Um aspecto em especial, que me chamou atenção na fala de Vitória, foi o fato dela ter a consciência de ponderar a sua voz, na tentativa de evitar possíveis maus-entendidos:

Geralmente, a pessoa que é trans sempre é uma pessoa considerada agressiva ou que não tem paciência com o coletivo, tem que tá sempre respeitando a demora das outras pessoas no processamento quando não é uma coisa sobre elas, então é uma coisa bem difícil pra acabar não saindo como errada toda vez que acontece algum tipo de episódio, mas dentro da faculdade em si, com pessoas da minha turma, nunca ocorreu (VITÓRIA, 2023).

Sobre a questão do seu nome, ela conta que o fato de ainda não ser retificada causou alguns embaraços no momento de seu ingresso na universidade, mas que ela pode receber de alguns de seus professores uma orientação a respeito das condições burocráticas para sua nova documentação. Por não receber bolsas de auxílio na universidade, Vitória conta que não conseguiu conciliar sua rotina com um emprego fixo, mas que atualmente ela segue auxiliando na pousada de seus pais e desabafa sobre a possibilidade de renda em outros locais:

Infelizmente a questão da empregação para pessoas trans é bem difícil, dentro de uma cidade grande quiçá no interior [...] é uma perspectiva meio difícil conseguir emprego, eu até consegui emprego aqui recentemente, mas eu fui extremamente destrutada, passei por algumas atividades transfóbicas no meio da experiência e foi horrível.

Sobre seu curso, Vitória conta que Geografia sempre esteve na sua lista de desejos nas graduações, apesar de sua primeira opção dentre as afinidades fosse Psicologia. Porém, por conta da concorrência ela optou por não disputar uma vaga, e se decidiu por Geografia na respescagem – estava entre os cursos de Pedagogia e Geografia. Até então, ela confessa que não possuía o desejo de ser professora, de estar em uma sala de aula, mas isso mudou após ela conhecer e se identificar com uma professora que ministrou a disciplina de ecologia em sua turma: “é uma professora incrível, ela que fez eu ter essa paixão, esse desejo por querer ensinar. Ela é o modelo de professora que eu quero ser daqui alguns anos”.

Em seu redor, ela confessa não ter conhecimento de outras alunas transexuais – tanto no seu curso, quanto nos outros do campus. Do pouco que ouviu entre os corredores, ela acredita ter sido a primeira mulher transexual do seu município a entrar na

universidade, e que se interessou em pesquisar por outras passagens, mas não encontrou nenhum registro. Por ainda estar nos semestres iniciais, Vitória ainda não teve contato com a sala de aula, e confessa estar nervosa com esse momento. Assim, optei por buscar em suas memórias o início de suas experiências empregatícias, em outros estabelecimentos. Como citado anteriormente, ela explicita que o ambiente de trabalho se tornou um fator estressor pelo fato de que seus superiores se recusavam a chama-la pelo seu nome adequado, sem a possibilidade de correção, e esses comportamentos afetaram a sua perspectiva sobre si.

Apesar disso, Vitória afirma que essas experiências não irão impactar seu exercício de docência, por conta da posição de autoridade e referencia que a figura do professor possui:

Como professora você tá no comando, naquela sala de aula. Comando que eu falo é que você vai determinar o tom, sabe? Quero levar informação para os meus alunos, eu quero que os meus alunos tenham respeito por uma pessoa trans, vejam que é uma pessoa, vejam que merece respeito, vejam que nós não somos um exemplo de vivência errada, entre aspas. **Ser trans e ser professora é muito importante por isso, a gente molda um pouco da próxima geração** (VITÓRIA, 2023).

Quanto ao futuro, Vitória fala que acima de qualquer coisa ela deseja concluir sua graduação, seguir o rumo das pós-graduações até então na área de Ecologia e conseguir lecionar. Seu sonho de cursar psicologia ainda permanece e ela não descarta essa possibilidade para realiza-la após sua graduação. Sobre a prática do ensino em si, Vitória fala que se estivesse no local de seus professores do passado, ela teria dado informações e conversado sobre a vivência das pessoas transexuais e explicado a importância do respeito: “nós já somos marginalizadas, nós já somos maltratadas perante a sociedade há muito tempo, sabe? Não é uma coisa de ontem, não é uma coisa de agora”.

Para ela, a UFPa não possui políticas de enfrentamento e nem de conscientização quanto as violências de gênero, bem como a homofobia e a transfobia. E que a implementação dessas medidas seria de grande utilidade para auxiliar os sujeitos que sofrem com esse tipo de comportamento, seja discente ou não, principalmente quanto ao acesso dessas pessoas ao ambiente universitário. Finalizando, perguntei a Vitória o que ela diria, no futuro e estando na posição de docente, para uma aluna transexual assim como ela foi:

Eu diria que o estudo abre portas, é muito importante cada vez mais pessoas trans ocuparem lugares na universidade, cada vez mais importante a gente se fazer presente nesses espaços onde muitas pessoas acham que a gente não cabe,

principalmente sendo professora. Porque o papel do professor é moldar os cidadãos do futuro. Assim como a educação que se aprende em casa, educação de valores, a educação do ensino se aprende na escola, se aprende na universidade, então ninguém pode tirar o estudo que a gente adquire (VITÓRIA, 2023).

5.2 Estudantes universitários de outros cursos

Nicolas, firmeza na jornada.

Nicolas foi uma grata surpresa. O único graduando que veio até mim. Diante das negativas das pessoas que busquei, criei um pequeno texto no Whatsapp⁷ explicando o que era minha pesquisa e o objetivo dela, na esperança de que as pessoas pudessem se interessar e me mandar uma mensagem sinalizando disposição. Coloquei meu número pessoal e meu e-mail e passei a divulgar para pessoas próximas, pedindo que os amigos próximos ampliassem essa comunicação nos grupos acadêmicos que estavam inseridos.

Mesmo com o informativo que indicava que eu estava à procura de estudantes de licenciaturas da UFPA, Nicolas decidiu me mandar uma mensagem privada disposto a colaborar. Seu curso? Medicina em um centro universitário particular em Belém. Por um momento busquei refletir sobre toda a construção histórica em torno deste curso e a força da representatividade de ter um aluno e futuro médico transexual ali. Com tanto a contribuir, não havia como dispensá-lo, e assim seguimos conversando.

Nicolas iniciou lembrando a sua vivência da época de escola geral (Ensino Fundamental e Médio), descrito como “a pior época da sua vida”, mas precisamente no período do 6º ano do fundamental até o 2º ano do ensino médio. Suas memórias remetem a lembrança de um ambiente de extremo preconceito. Seu processo de entendimento como uma pessoa transexual veio aos 15 anos de idade de mãos dadas com o início da sua transição, enquanto ainda cursava o primeiro ano do ensino médio, e essa ação foi lida com bastante incômodo pela diretoria da escola. O controle, de certa forma, ainda era acentuado pelo fato dele ser um aluno bolsista. Dentre as diversas violências que vivenciou, o rapaz conta que recebeu a proposta da direção de “voltar a agir como uma garota, pois isso seria melhor para eles”, e principalmente por ele ser um estudante que almejava o curso de Medicina.

Desse local, Nicolas optou por fazer o convênio (3º ano do ensino médio em conjunto com pré-vestibular) em uma outra instituição particular de Belém e que, mesmo sem a documentação retificada ele já possuía o seu nome respeitado nas listas de

⁷ Aplicativo de mensagens instantâneas para celulares.

frequência e, neste novo local, a conclusão dos seus estudos foi mais calma por conta desse respeito. Hoje, estando em uma Universidade ele afirma estar novamente em um ambiente tranquilo, mas acrescenta duas particularidades que acredita corroborar com essa informação: sua passabilidade⁸ e o fato de “ser só mais um aluno ali”, ao mesmo tempo em que afirma possuir professores que apoiem e instiguem o mesmo a pesquisar e estudar mais sobre sua comunidade.

Nicolas se considera um rapaz de sorte. Ele mora com os pais e sua família abraça e o apoia completamente em todas as suas decisões e anseios, e no geral, juntamente das pessoas próximas ao seu círculo íntimo ele também descrevem como ótima as relações. Confessa que vez e outra ele chega a ouvir alguns comentários, mas que não possuem frequência e nem são destinadas a ele.

Nicolas explicou que no curso de Medicina, as práticas e o contato com o público acompanham a turma desde cedo. Assim, entre o desenrolar de suas matérias estudadas, ele já teve a oportunidade de atender em unidades de saúde básica (UBS), e a partir do terceiro semestre ele passou a fazer atendimentos diretos em duplas – esse mais autônomo, recebendo apenas orientações dos professores. Ele relata que nunca presenciou nenhum tipo de tratamento diferenciado pelo fato de ser um homem trans e que, por conta de sua desenvoltura ele sempre está presente nos atendimentos guiados pelos professores. E ele brinca com a situação: “na prática, o cliente tá passando mal, a última coisa que vai se importar é com a minha genitália. E muito menos as pessoas da cirurgia, que me veem todo empacotado” (Nicolas, 2023). Quanto a escolha de sua área de atuação no futuro, Nicolas pretende ser preceptor de cirurgias, pois em sua perspectiva, ele acredita ser a área que mais necessita de profissionais “fora do padrão homem cis branco hetero”.

Ele conta que não esconde o fato de ser um homem transexual, mas que evita tocar nesse assunto pois existe, para ele, um receio de ser visto e interpretado com outros olhos pelas outras pessoas, já que seu desejo é ser percebido pela sua capacidade e seu conhecimento. Desde cedo, Nicolas buscou transferir suas emoções nos estudos e este é um hábito que se mantém até hoje. Ele enxerga o fato de ser uma pessoa útil como uma válvula de escape para qualquer crise que ele possa ter, independente do motivo. No ambiente de trabalho ele se atém a manter uma personalidade profissional para receber

⁸ O termo passabilidade (em inglês, “passing”) significa a possibilidade de uma pessoa ser lida socialmente como membro de um grupo identitário diferente do seu pertencimento originário.

um respeito, não por conta de sua identidade de gênero, mas sim por aparentar uma jovialidade que facilmente é atrelada a imaturidade.

Caso Nicolas pudesse estar na posição de docente do curso ou como monitor de alguma prática, e tivesse o contato com algum aluno transexual, seu recado seria que esse aluno se empenhasse em montar um currículo que, não trouxesse somente um destaque, mas que tomasse uma posição de acervo quanto a afirmação para o meio profissional de que os transexuais podem sim ser bons médicos:

Empenhar em entender como funciona nossa fisiologia, porque sempre vai vir um querendo falar *merda* sobre o que não sabe. E além de tudo, se eu fosse monitor de outra pessoa trans, eu sempre iria lembrar o quão capaz aquela pessoa é só por ter conseguido chegar ali. É difícil, mas dá. Nós, minorias infelizmente temos que nos esforçar três vezes mais, então sempre estimularia a pessoa a buscar publicações em revistas, congressos, fazer seu nome, saca? (NICOLAS, 2023).

Aproveitando a oportunidade de estar em diálogo com um jovem da saúde, perguntei, a nível de informação, se ele possuía ou tinha conhecimento de alguma rede de atendimento especializado para a população LGBTQIA+ e a visão que ele possuía dessas campanhas, estando na posição profissional. Nicolas nos relatou sobre a rede casulo, sendo este um ambulatório voltado para a saúde da pessoa transexual de forma integral, disponibilizando consultas e exames para aqueles que procuram:

Como alguém dentro dessa área, eu sei que não é amplamente divulgado, são coisas que tão crescendo a passos de formiguinha, sabe? Mas no boca a boca a própria prefeitura não divulga da melhor forma possível, então nós usuários, eu também falo como usuário, a gente fica à mercê de demandas, as pessoas trans que são mais da área da política vão até a prefeitura, secretaria de saúde, pra poder exigir cada vez mais uma ampliação desses nossos direitos (NICOLAS, 2023).

Sobre a aderência aos serviços:

Geralmente quem vai, fica. Porque é uma oportunidade muito boa, dentro do sus a gente ter essa oportunidade maior de ter acesso não só as questões da transição, mas também com as outras necessidades, por exemplo, um hemato, um hematologista a gente consegue por conta que como esse ambulatório se localiza na policlínica metropolitana de Belém, existem outras especialidades nesse local. Então geralmente quem entra nesse ambulatório costuma usufruir de uma forma bem ampla. Eu já ouvi que esse ambulatório, ele é muito binário, pras pessoas não binárias ele acaba sendo um pouco deficiente, despreparado, mas ao meu ver ok, a parte do acompanhamento psicológico que é cedido lá é essencial a todas as pessoas trans (NICOLAS, 2023).

5.3 Estudante de Pós-graduação

Danny e sua sede de conhecimento

Danny também está na relação de pessoas incríveis que tomaram a iniciativa de me procurar. Ela teve conhecimento do meu trabalho através de uma divulgação realizada em um grupo de WhatsApp sobre mulheres trans que ela participa e decidiu me mandar mensagem pois, apesar de ser biomédica de formação, ela se encontra atualmente na reta final do mestrado e pretende seguir a carreira docente.

Nossos paralelos pessoais deram encontros em diversos momentos, mas o principal foi o entendimento e a vivência mútua de duas pessoas em reta final de curso, passando por dificuldades parecidas e que, infelizmente, acabavam afetando a escrita e a produção. Esses e outros pontos nos deram margem para estender as conversas sobre vida e rotina e, no momento da entrevista a conversa seguiu de maneira natural, compreensiva e com conselhos recíprocos.

A entrevista se deu em meio a correria da rotina de Danny, e apesar do espaço de tempo curto do horário de almoço, ela me entregou relatos completos e inspiradores de alguém que possui a característica notória da sede de conhecimento e muita força para alcançar seus objetivos e metas. Danny é uma mulher trans, de 30 anos, que se auto identifica nas classificações entre parda- negra. Atualmente está na reta final do Mestrado em Neurociência e Biologia celular pela UFPA, e chegou a ser bolsista CAPES durante o período inicial de seu curso. Por conta disso, ela tem feitos trabalhos paralelos ao curso, para a manutenção da sua renda e sustento. Danny atua como empreendedora em sua área de formação, na parte estética e realiza atendimentos à domicílio. Juntamente a essa função, ela tem buscado se inserir nas áreas da literatura como escritora.

Em sua época de vestibulanda, Danny conta que sempre possuiu uma inclinação e o desejo em atuar na área da saúde. A escolha pela biomedicina veio, a princípio, por ser um dos cursos de preço acessível nas faculdades particulares, onde estudou por dois anos. Sua inserção na Universidade Federal do Pará veio por via da Mobilidade Acadêmica Externa - Mobex⁹. Ela descreve seu início de graduação como um momento conturbado, com relações e experiências que resultaram em crises de ansiedade e

⁹ Processo seletivo destinado a estudantes externos já graduados ou estudantes de outras instituições de Ensino Superior.

sintomas depressivos – inclusive idealizações suicidas, conflitos estes que acrescentaram mais um ano em cima do seu tempo hábil de curso (totalizando 7 anos de graduação).

Ainda na faculdade particular, Danny começou a ter contato com a UFPA por via dos projetos de iniciação científica, e já inserida da universidade pública ela encontrou apoio em meio ao movimento estudantil, este classificado como uma grande rede de apoio na trajetória de conclusão de curso:

Nesse período, né, da graduação, eu ainda não tinha me aceitado então batia muito essas teclas de transfobia, eu mesma comigo, tentando me adequar a uma sociedade cristã, racista, cis sexista, transmisogina de uma realidade que não é a minha e que realmente bateu em cima da minha ansiedade e depressão (DANNY, 2023).

Ao concluir sua graduação, Danny optou por cursar uma especialização em Biomedicina Estética e após esse período, ela passou por problemas na demanda do mercado de trabalho, em meio ao anterior (des) governo, por conta disso decidiu ingressar no Mestrado visando a possibilidade de sustento com a bolsa de estudos. Esse momento é classificado por ela como libertador, já que com a segurança da bolsa de estudos ela pode utilizar um dinheiro poupado durante o tempo de graduação para a conquista da casa, onde passou a morar sozinha em um novo ambiente, não mais a casa dos pais. Essa nova etapa da sua vida foi fundamental no seu processo de auto aceitação e, em consequência o início da melhoria da sua saúde mental.

Em sua trajetória na pós-graduação, Danny descreve o contato com diversos tipos de pessoas, com diversos tipos de comportamento. Algumas possuintes de admiração por conta da sua vivência e oferecendo ajuda de braços abertos, porém houveram neste círculo, pessoas com olhares de susto, como se a presença de uma mulher trans no Mestrado pudesse ser uma “quebra da lógica”, um deslocamento. Ao analisar sua convivência nesses dois anos e meio de curso, ela afirma existir sim uma diferença no tratamento em sala de aula, e no ambiente universitário geral. Por muitas vezes, Danny se sentiu como um objeto estranho naquele ambiente:

Já me senti, muitas vezes [...] sendo a mascote de circo, porque “olha, olha, nunca teve uma trans aqui, eu vou lá ver, vou falar com ela” “primeira trans na neurociência”, parecendo como se eu fosse uma atração. Isso é bem ruim. Quanto ao grupo de trabalho, como também sou a primeira dentro do grupo de trabalho, teve toda uma adaptação minha e de todo grupo para corrigir pronomes, se adaptar com pronomes, se adaptar com toda a vivência (DANNY, 2023).

Danny classifica o seu momento de auto aceitação e transição como tardia, comparada a aquelas que ocorrem durante o período de ensino médio, por volta da

maioridade. Em meio este momento, ela relata atitudes respeitadas por parte dos colegas de grupo de pesquisa, e atitudes preconceituosas, como a insistência no erro pronominal, por parte de uma funcionária da universidade, o que causou atritos. Ela relata ter sentido falta de programas de acolhimento emocional e psicológico com seus alunos, principalmente os transexuais. Mesmo com o fornecimento de acompanhamento discente, que Danny classifica como recente, esse mesmo não foi efetivo para ela:

A Universidade não tem nenhum programa que apoie mesmo. Agora recente que foi um programa de apoio psicológico e tal, mas só umas quatro conversinhas e só, não vi um acompanhamento mesmo e, contanto que no começo da minha transição, no mestrado né, que eu ganhei bolsa, eu logo fui tratar de procurar uma psicóloga particular mesmo [...]. Depois de um ano e pouquinho, na rede particular, eu fui pro projeto casulo que é o do governo do Estado, porque lá tem psicólogo, psiquiatra, tem clínico geral, endócrino. Então lá que eu tenho a minha base mesmo de saúde, porque a universidade não oferece acompanhamento (DANNY, 2023).

Durante sua graduação, Danny ainda residia com os pais e ela classifica esse momento como “muito ruim”. Suas memórias relatam uma sobrevivência no sentido de ter que se anular para conseguir se manter ali, já que sua família é bastante religiosa e isso implicava em vigilância e restrições para quase todas suas ações. Com o ingresso no Mestrado e a estabilidade garantida pela bolsa de estudos, ela deu entrada em sua casa própria e essa mudança, juntamente com o seu processo de auto aceitação, fez com que ela tivesse uma abertura para dialogar com sua mãe, seu pai nem tanto. Atualmente, estando na posição de autônoma ela, em determinadas circunstâncias, necessita de alguma ajuda financeira esporadicamente, mas com uma frequência baixa comparada aos anos anteriores. Esse processo de independência foi visto como algo valioso pela sua mãe:

E pra minha mãe, o que mais contou mesmo foi mostrar que ações que eu fazia, eu faço ainda, de que eu tô tentando trabalhar, tô estudando, tô tentando me virar, dar conta, entendeu? Porque o que ela tinha muito medo, e eu acho que ela ainda tem, muito medo, preconceito e tudo é com a prostituição. Que muitas de nós caímos porque é o que acaba sobrando de trabalho pra nós trans no Brasil, porque apesar de você ter uma qualificação excelente, você ser boa no que faz e tudo, quando olham pra você “ah, é uma pessoa trans, não te contratam (DANNY, 2023).

Sobre suas experiências profissionais, Danny conta que suas memórias passam por dois eixos por conta da leitura social que faziam dela anteriormente. Anteriormente, suas classificações eram tidas pela sociedade como a vivência na pele de um homem branco e atualmente, ela é considerada uma mulher trans parda. Esses fatores e experiências foram embaladas pelo colorismo, ela conta. Na graduação, ela relata que usufruiu de privilégios profissionais que hoje ela não possui, e hoje com a sua mudança

ela enxerga que a sociedade impõe que a mesma sustente seus desafios de maneira solitária, como algo natural e predestinado as mulheres.

Inclusive, as situações de violência no espaço profissional se modificaram. Danny relata ter sido vítima de assédio moral durante a graduação, por parte de uma monitora do antigo grupo de trabalho, mas que essa ação era direcionada a todos. Atualmente, no mestrado ela se sente, em meios aos trabalhos, de maneira livre. Por conta do momento on-line vivido e cursado mediante a pandemia da COVID- 19, ela considera ter sido atividades tranquilas por conta do convívio mais afastado, e suas relações no grupo de pesquisa em si eram muito boas.

Sua rede de apoio, conversas e conhecimentos sobre a comunidade trans vem em meio ao projeto casulo, esta que Danny classifica como sua base. Bastante tempo depois foi que ela passou a ter conhecimento e contato com os coletivos universitários:

Mas assim, eu passei muito tempo sozinha mesmo, sem referências de outras mulheres trans, de homens trans, perto mesmo de mim. O que eu tinha era referência da internet e a rede de apoio com pessoas cis, que a primeira rede de apoio que me acolheu, eu fico até emocionada com isso, foi a rede bike anjo que eu já fazia parte desde 2018, por ai [...] (também) o curso que eu to fazendo pela casa neon, em parceria com a ONU é que o nome do curso é TRANSformação, e que tem alunes daqui do Pará e de São Paulo e eu to conhecendo agora muitas referências que eu vou levar pra vida mesmo, por causa do curso (DANNY, 2023).

Sob a ótica de Danny, os movimentos dentro da universidade sobre a causam são mediados pelos próprios alunos e seus coletivos. A universidade em si não possui uma atenção e mediação devida com seus alunos LGBTQIA+:

A UFPA ela se diz muito amiga, muito “abraçar a população lgbt e tal tudo, mas quando você chega num espaço, se não for você que tem que ensinar como fazer as coisas e quais são os seus direitos pra que a coordenação lhe ajude, não tem treinamento, falta treinamento, falta assistência estudantil, psicológica, psicopedagógica precisa além da própria assistência financeira para muitos alunes que são expulsos de casa e que só tem a universidade como refúgio, entendeu? Que tem o r.u como principal refeição, que vai para casa no final de semana, e eu já passei por isso, é ficar a pão e café e só uma coisinha a mais porque não tem grana (DANNY, 2023).

Ela cita como exemplo pessoal, seus entraves em meio ao nome social onde a mesma que precisou direcionar as questões burocráticas para que a coordenação pudesse resolver as questões de sua documentação acadêmica.

Finalizando, Danny conta que se estivesse na posição de docente, sua primeira ação seria orientar seus alunos sobre o nome social e que isso é um direito deles, principalmente no que diz respeito a inclusão do mesmo nos documentos universitários,

pois a falta do tratamento digno dificulta a vontade de continuar com os estudos, para os jovens transexuais. Ela também buscaria ouvir de seus alunos se os mesmos precisam de algum acompanhamento psicológico, trocar informações com seus alunos transexuais sobre o processo hormonal e suas implicações, e como isso pode afetar inclusive seu desempenho cotidiano.

Danny ressalta a escassez de professores transexuais, principalmente na pós-graduação, e que na sua área ela sequer tem conhecimento de outros e outras e isso traz um sentimento de dor. Que sua posição atualmente, como alguém que está seguindo a carreira acadêmica já é vista como referência e inspiração, e o acesso de pessoas trans nesses meios faz com que isso estimule a próxima geração de meninos e meninas trans a seguir carreira também, mesmo diante dos padrões altíssimos que a sociedade exige para essas vivências, na luta pelo mercado de trabalho.

6. A MÁSCARA E A CAMISA DE FORÇA: O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA DIGNIDADE LGBTQIA+¹⁰

Quando produzimos conhecimento, argumenta bell hooks, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. E ao ouvir nossos discursos, pode-se também ouvir a dor e a emoção contidas em sua precariedade: a precariedade, ela argumenta, de *ainda* sermos excluídas/os de lugares aos quais acabamos de “chegar”, mas dificilmente poderemos “ficar” (KILOMBA, 2019 p. 59)

Nessa dissertação, iniciamos o capítulo introdutório fazendo uma reflexão sobre a famosa frase “pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak (2001) e tecendo um raciocínio quanto aos marcadores sociais e sistêmicos que impedem que determinadas vozes sejam ouvidas. As implicações do período pós-colonial e a nova ordem mundial causada pelos mecanismos debatidos nos capítulos anteriores demonstram a quem a noção de marginalidade foi designada e difundida.

Assim, independente do quanto se grite, dentro das estruturas coloniais, as bases de sustentação e repressão estarão postas para que essa voz não ecoe. Como parte desse sistema, temos a universidade atuando sob a regência de um currículo que propaga a ideologia dominante, agindo assim como uma ferramenta de manutenção dos ideais propostos para o modelo específico de Nação.

Diante disso, podemos visualizar dentro do ambiente universitário, complexidades pertencentes de uma organização que não é neutra e reflete, em menor escala, os processos sistêmicos pertencentes à ordem política que a rege. Sobre a universidade, Kilomba (2019) descreve como um local onde, historicamente, fazem a retirada não somente da voz, mas criam-se discursos que realocam pessoas negras para locais de inferioridade e subordinação, e estendemos essa passagem aqui para as vivências travestis e transexuais, em destaque, assim como os demais sujeitos pertencentes a sigla LGBTQIA+: “Nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-e-n-c-i-a” (Kilomba, 2019, p. 51).

Levando em consideração os relatos e os estudos apresentados anteriormente, observam-se particularidades dentre as violências e exige-se uma análise de cunho

¹⁰ Esse título vem em meio a duas analogias: a máscara, de kilomba, que tira a força e ferro a possibilidade dos negros em gritar, falar, e aqui eu empresto para os jovens LGBTQIA+ e a camisa de força como contenção, dos trejeitos, das vivências, levando em conta todas as vezes que os sujeitos de pesquisa precisaram se polir para conseguir algo, desde um emprego até mesmo condições possíveis para a vida em casa e nos corredores da universidade.

interseccional para que se possa não somente compreender, mas denunciar os diversos tipos de situações nas quais os sujeitos LGBTQIA+ vivenciam em suas trajetórias. Testemunhar os caminhos desses sujeitos durante o processo universitário se faz necessário também para colocar luz, forma e conhecimento sobre aqueles que compõem os 0,02%¹¹ nas estatísticas quanto as travestis e mulheres transexuais dentro das universidades:

A interseccionalidade política, uma característica dos escritos de Kimberle Crenshaw que não recebe a atenção que merece, apresenta a estrutura para pensar sobre como interligar, articular, articular queer, feminista, classe, religiosa (se relevante) e identidades e eixos etno- raciais, diferença e poder. Precisamos aprender como construir teias de conexão por meio de subjetividades particulares, que estão sempre entrelaçadas com múltiplos eixos e vetores sociais (HARRISON; YORK, 2020).

Coulon (2017), disserta sobre o processo de adaptação e afiliação do estudante a sua nova rotina universitária. Sua pesquisa versa, com base em dados, as possibilidades que podem levar um estudante à evasão do curso, ou em suas palavras “o fracasso escolar”. Assim, trabalharemos em cima de alguns dos aspectos listados por ele de modo a argumentar o quanto tais características podem se agravar mediante a realidade específica de estudantes LGBTQIA+.

Coulon (2017), analisa que a mudança do ritmo entre o Ensino Médio e o ingresso na universidade seria um dos fatores de contribuição para a não aderência dos jovens a nova rotina: “Como fazer com que eles ultrapassem a cultura do ensino médio, para lhes propor uma nova cultura, mais complexa, mais sofisticada, e, portanto, mais difícil de decodificar e se apropriar posto que mais simbólica?” (Coulon, 2017, p. 1242). Anterior ao ingresso na universidade, decidimos conversar com nossos parceiros de pesquisa sobre suas memórias diante da conclusão do ensino médio e os caminhos para a escolha do curso e ingresso na Graduação.

Fábio e Nicolas descreveram memórias degradantes quanto ao momento escolar. Fábio descreve seu período escolar como repleto de homofobia, ofensas, xingamentos. Nicolas traduz como “o pior momento da vida”, passando inclusive por situações onde sua transição sexual foi condenada e desestimulada com comentários sobre a não compatibilidade de sua imagem pessoal com a profissão que almejava seguir. Vitória, apesar de afirmar que foi uma época tranquila, comenta sobre ter convivido com comentários depreciativos em forma de piadas.

¹¹ Dados divulgados no dossiê ANTRA, 2021.

Experiências como essas, por vezes se repetem nas trajetórias e memórias de escolarização de sujeitos LGBTQIA+ e contribui com o distanciamento dos espaços. Uma boa escolarização é o passo fundamental na construção de um futuro com maiores oportunidades, mas se ater ao futuro nem sempre é o suficiente para as realidades que convivem com experiências degradantes diariamente. O documento que rege a educação brasileira, a LDB 9394/96 traz em seus incisos a determinação do fortalecimento de comportamentos que assegurem a vida social, e os fatores de solidariedade não são atingidos nas condições retratadas aqui, onde sequer funcionários no geral e o corpo docente não realizam e nem espelham esses comportamentos para a sala de aula e o ambiente escolar:

A escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, auto-aversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009, p. 15).

A exemplo da citação de Junqueira, temos acessado nas vivências aqui apresentadas a internalização da homofobia como visto nas passagens de Vitória, 2023 “piadinhas a gente sempre escuta, *xavequinhos* a gente sempre escuta, é uma coisa que a gente não foge”, Fábio, 2023 “muito *viadinho* pra cá, *bichinha* pra lá, foi bem ruim, bem ruim mesmo. Tanto no ensino fundamental, fundamental dois, ensino médio”.

Anteriormente citado em Lugones (2008), a base heterossexualista do sistema de gênero organiza as relações sociais e implica uma divisão naquilo que seriam os aceitos “homem e mulher” em detrimento dos demais “anamachos, anafêmeas e o terceiro sexo”. Assim, ao se assumirem como sujeito homossexual (Fábio) e sujeitos transexuais (Nicolas, Danny e Vitória), suas existências são automaticamente movimentadas para o lado obscuro desse sistema, reduzindo-os aos mais baixos tipos de exclusão.

Acatam-se então os mais diversos tipos de violências, como as citadas aqui pelos próprios sujeitos, bem como as ramificações e o reflexo dessas violências na vivência dos mesmos, como a sensação de não compatibilidade com a sociedade em si. Com Vitória, tivemos a negação do processo e entendimento como uma pessoa transexual por anos. Com Nicolas, temos presente o apoio familiar que se firmou como uma base no enfrentamento quanto o desencorajamento e a transfobia emitida por outro componente do sistema: o corpo técnico- docente de sua escola.

Junqueira, 2009, cita em seu artigo uma pesquisa realizada em meados de 2002 com professores das redes públicas e municipais do país, onde Belém do Pará, localidade onde se encontra o Campus principal da UFPA, 30,5% dos professores de ensino fundamental e médio alegaram não possuir conhecimentos para abordar os temas relativos a homossexualidade em sala de aula, além de que 47,9 % dos pais de alunos do sexo masculino não gostariam que homossexuais fossem colegas de seus filhos.

Trata-se de uma pesquisa de 20 anos atrás, com respostas que ainda não divergem em sua grande maioria da pesquisa realizada no trabalho de conclusão de curso citado no memorial dessa dissertação, em uma escola pública específica da capital que confirmou a falta não somente de tato, mas de conhecimento científico para lidar e acolher seus alunos LGBTQIA+ em salas de aula. E como reforça Junqueira: “Vale lembrar ainda que, também em virtude desse processo de construção de mentes e corpos afinados com tal modelo heteronormativo, se verificam a produção e a distribuição desigual social do “fracasso escolar” entre meninos e meninas (p. 23).

O esforço realizado por Curiel (2013) ao descrever os processos de formação da heteronormação, demonstra como a heterossexualidade perpassa pelas estruturas institucionais, com a autorização do documento referencial estatal: a constituição. Sendo assim, o sistema educacional foi construído e embasado para a repetição dos ideais impostos. Logo, situações que fogem dessa ordem podem ser consideradas como transmutações. A própria conduta de politização e desestabilização das violências interseccionadas e presentes em nosso universo particular do sistema moderno/ colonial de gênero (Lugones, 2008) podem ser classificadas insurgências direcionadas não apenas às micro instituições, mas ao regime político em si.

Esse exemplo pode ser visto nas experiências de Fábio, Kaio e Vitória, que tiveram a sua escolha pela docência como profissão motivada por desejos particulares em quebrar o ciclo opressivo em salas de aula, em conjunto de sentimentos como identificação, acolhimento e orientação proporcionado por professores que fizeram a diferença nessas trajetórias. Kaio, em específico, traz em sua vivência o exemplo que um jovem transexual, em início de transição pode receber quando a escola desempenha o papel de suporte nos processos de autoconhecimento de todos os seus alunos.

Outro ponto importante é o entendimento que essas mudanças são necessárias para o fornecimento dos direitos fundamentais (em sua maioria negados) em uma sociedade democrática, e não pela noção de benevolência ou possíveis crenças, pois ao mesmo

tempo em que a Constituição sinaliza o direito universal para todos os sujeitos pertencentes a nação, a mesma permite brechas para que esses direitos sejam usurpados:

Assim, são indispensáveis estudos mais aprofundados e abrangentes que contribuam criticamente para a tessitura de articulações políticas e a construção de pedagogias voltadas, ao mesmo tempo, para desestabilizar o “narcisismo das pequenas diferenças” e para ensejar a ampliação das alianças com outras forças sociais – especialmente com aquelas dispostas a colaborar na invenção de sociabilidades e subjetividades mais livres e, ainda, comprometidas com o avanço da democracia e da consolidação dos direitos humanos em uma perspectiva intransigentemente emancipatória (JUNQUEIRA, 2009, p. 36).

Observou-se dentre as trajetórias que a escolha pelas licenciaturas e pela docência vem embalada juntamente com a noção do alcance de uma posição de autoridade, ao mesmo tempo em que todos os entrevistados projetam um diálogo maior acerca de temáticas que lhe foram negadas. Sobre isso, Megg Rayara (2017) disserta que o retorno de LGBTQIA+ à sala de aula denota um “acerto de contas com o passado”, onde a posição ocupada não será mais a de vulnerabilidade. O seu exercício na função docente não estará preso as amarras do medo e acima de tudo, seu desempenho será contrário aos moldes cis heterossexuais impostos ali:

Experiências pessoais se somam ao conhecimento acadêmico para forjar uma prática docente que se propõe menos conservadora, menos opressora [...] A carreira acadêmica e depois docente é, então, um ato de transgressão [...]. É um corpo que escapa. Um corpo que lança dúvidas sobre o processo disciplinar proposto pela escola e pelos múltiplos dispositivos que incidem sobre ela (OLIVEIRA, 2017, grifo nosso).

Porém, para o alcance deste momento, os estudantes precisam travar o tempo hábil de uma graduação. Existe um aglomerado de condições para que esse trajeto seja completo e, ao mesmo tempo, confortável para que ocorra a adaptação não somente com a nova rotina, mas também com o desenvolver da futura profissão. Coulon lista como potencias para o fracasso universitário as seguintes questões:

Sofrimento psicológico dos estudantes em situação de fracasso (e de seus familiares), desperdício econômico (recursos alocados que não são eficientes e investimentos feitos em vão), menor elevação do nível de qualificação da população em geral etc (COULON, 2017, p. 1243)

Com exceção de Nicolas, todos os nossos colegas relataram situações, desde leves às extremas, que vieram a invadir o espaço acadêmico. Fábio começou a passar por violências em sua moradia após se autodeclarar como sujeito homossexual. A partir disso, ele passou a dispor da universidade como seu refúgio, tendo um local onde poderia passar horas em segurança e assim passar menor tempo em casa. Em sua residência, seus momentos eram em grande maioria trancados no quarto. Diante disso, juntamente à

questão financeira, Fábio passava por longas horas se alimentando exclusivamente do restaurante universitário e tendo seu repouso igualmente afetado. A somatória dessas questões passou a interferir diretamente na sua entrega acadêmica. Diferente de nossos outros entrevistados, Fábio pode se afiliar a um acompanhamento psicológico institucional positivo – em sua grande maioria, bem como a oportunidade de adquirir bolsas de estudo e incentivo a pesquisa por determinados momentos, mas não o suficiente para subsidiá-lo durante todo o curso. Fábio também pode contar com o auxílio de professores que se aproximaram bastante e acompanharam não somente sua vida acadêmica, mas pessoal.

Kaio não possui acesso a bolsa de estudos, e precisa ajudar financeiramente em casa. Então, a maior parte do seu dia é dividido na jornada de um emprego de carteira assinada e a noite ele segue para a universidade para dar conta de seus estudos. Danny passou por diversas situações financeiras durante a sua graduação, e assim como Fábio, ela utilizou do ambiente universitário como refúgio. Diferente dele, Danny não encontrou um apoio psicológico efetivo na universidade, e isso dificultou bastante a sua trajetória. Até mesmo a aquisição de sua casa e a possibilidade de sustento veio em meio à bolsa de estudos fornecida mediante ao mestrado que ela cursou, e isso demonstra o quanto subsídio financeiro é transformador na vida de pessoas transexuais, já que sua vida psicológica, seu social e suas relações familiares vieram a melhorar após a possibilidade mínima de um sustento.

Nesse ponto, ressaltamos a intersecção presente em meio as histórias e onde a noção de gênero atravessa a noção de classe, resultando para algumas situações não vivenciadas ou vivenciadas em menor escala por outros. Fábio, em sua jornada, não pode contar com a presença dos pais em sua rotina. Apesar de estadia inicial na casa de parentes, sua vida financeira sempre foi bastante limitada. A universidade tornou-se seu refúgio quando os episódios de violência do tio iniciaram e a bolsa de estudos foi sua alternativa para se alimentar, e tentar sair de casa.

Apesar do emprego e da necessidade de auxiliar financeiramente em casa, Kaio leva uma vida que permite possuir uma residência fixa, sem depender de aluguel, possui boa relação com seus parentes e consegue, apesar do tempo, conciliar todas as suas atividades. Vitória buscou no emprego uma possibilidade de emancipação financeira e como consequência a saída da casa dos pais. Independente das violências sofridas nos

locais de trabalho, Vitória possui uma casa com uma estrutura agradável e sem a iminência de ser expulsa por conta de sua transição sexual. Danny passou por entraves emocionais em seu processo de auto aceitação e relata que possuir pais religiosos se sentiu anulada diversas vezes. Mas admite que, com o avanço de suas conquistas, o diálogo com a mãe foi ficando mais agradável, apesar da resistência do pai.

Já Nicolas, em momento algum passou por situações no meio familiar. Sua família sempre o apoiou. Diferente de Fábio, ele reside com seus pais e irmãos em uma casa confortável, considerada como classe média. Sua trajetória de estudos, tanto escolares quanto pré-vestibular foram em institutos particulares assim como sua universidade atualmente, sem que ele precise trabalhar para auxiliar financeiramente os pais.

Esses detalhes são importantes para perceber que, mesmo diante das semelhanças nas violências de gênero e/ou sexuais vivenciadas, existem determinadas escalas que colocam sujeitos e sujeitas em posições cruzadas e sobrepostas. Onde aquele sujeito LGBTQIA+ está sujeito a vivenciar, além do descrito aqui, outras violências provenientes de classe, raça, aparência, idade, entre outros aspectos. Sobre isso, Kimberlé Crenshaw apresenta a interseccionalidade como um conceito que:

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressões de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW apud por AKOTIRENE, 2019).

Outro exemplo que reforça o cruzamento de opressões em conjunto ao confronto com as impossibilidades lógicas produzidas, está a situação de Danny, imersa em um curso de mestrado em Neurociência e biologia celular. Em seu relato ela demonstra perceber com clareza a dualidade nas reações dos profissionais e colegas de curso, no que diz respeito a sua “dupla presença”: uma mulher em uma pós-graduação majoritariamente masculina e uma mulher transexual presente em um ambiente “exclusivo”.

Levando em conta os estudos feitos em meio às histórias de vida de sujeitos LGBTQIA+, observam-se a necessidade da construção de políticas públicas específicas para as particularidades enfrentadas por esta população. O acesso a saúde precisa ser feito

de maneira especializada, projetos devem ser elaborados de maneira a amenizar as intercorrências em meio aos processos de harmonização para os sujeitos transexuais, por exemplo, condições de moradia digna e alimentação para as pessoas em situação de abandono. Danny conta que seu acompanhamento e o processo de conhecimento sobre os processos necessários para sua transição veio por intermédio do Projeto Casulo – projeto criado para atender a população transexual do estado do Pará.

Assim, defendemos que os projetos de assistência estudantil dentro das universidades também estejam preparados para lidar com as especificidades de seus alunos LGBTQIA+. De modo a exemplificar, temos a oferta de atendimento psicológico universitário como um dos pilares essenciais na vida acadêmica no que se refere ao apoio no processo de adaptação e as dificuldades emocionais às novas rotinas, ou o desencadeamento de sintomas de ansiedade e depressão por conta de inúmeros fatores, desde a possibilidade na dificuldade em se adaptar ao fluxo de rendimento necessário ou o encontro dos problemas pessoais afetando a vida acadêmica.

São inúmeras possibilidades de desenho quanto à argumentação da necessidade do fornecimento do atendimento psicológico na rotina estudantil, mas trabalhar com essas questões na rotina de jovens LGBTQIA+ é ter a consciência de que suas vivências podem estar embaladas por casos de expulsão de casa por conta de sexualidade, problemas relacionados a estima de pessoas transexuais no e anteriormente ao processo de autoaceitação, estratégias de tratamento para existências que fogem da conformidade socialmente imposta.

Fábio relata o contato com profissionais que não conseguiam mensurar o fato de sua sexualidade ser o fator de violência dentro da própria casa, não entendendo que as violências o impediam-no de estar ali naquele ambiente. Ele conta que não eram compreendidos o teor e o nível das agressões, e que certos entendimentos não eram possíveis por conta da não compreensão da vivência de um jovem homossexual. Danny também relata não ter encontrado apoio suficiente para a sua condição, como observado na passagem: “Agora recente que foi um programa de apoio psicológico e tal, mas só umas quatro conversinhas e só, não vi um acompanhamento mesmo” (Danny, 2023). Assim, a nossa sugestão maior seria uma setorização neste atendimento fornecido, com profissionais qualificados para atender as violências específicas que pessoas dissidentes da norma sofrem.

Outro ponto que merece atenção é o fato da importância da bolsa de estudos na trajetória desses jovens. Imperatori, 2017, traça em seu artigo uma linha do tempo sobre a trajetória da assistência estudantil no ensino superior brasileiro. Seus dados nos mostram que, assim como o direito à educação, as políticas de assistência estudantil possuem registros datados referentes a 1930 (p. 285). Com a expansão do ensino superior e o aumento na oferta de vagas, pessoas de baixa renda passaram a ter acesso à universidade:

Muitos desses jovens saíam de suas cidades para as capitais buscando formação acadêmica. Começaram reivindicações e lutas, juntamente com o movimento estudantil, que levaram as instituições de educação a assumirem a responsabilidade pela manutenção de algumas necessidades básicas dos estudantes que não tinham recursos (IMPERATORI, 2017, p. 287).

Esses e outros fatos demonstram que, mesmo diante do acesso à universidade, a manutenção socioeconômica do aluno se torna um fator crucial para a permanência e a conclusão do ensino superior. Assim como situações específicas surgem por conta de questões financeiras, jovens LGBTQIA+ sofrem com o agravante de possuir a sexualidade, ou a identidade de gênero no caso de transexuais e travestis, como causa direta das dificuldades sofridas. Assistência estudantil direcionada para essas realidades específicas trazem suporte para a mediação e conclusão efetiva de ensino: “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior” (Imperatori, 2017, p. 290).

É importante ressaltar que a evasão e o abandono de curso trazem perspectivas nocivas não somente para os alunos, mas os dados e os indicadores de qualidade das instituições são igualmente afetados por esses índices. Dados coletados no site do INEP¹² mostram que 55,1% das matrículas de graduação estão concentradas nas universidades (INEP, 2021). Dos cursos, 83,4% dos cursos de graduação nas universidades são presenciais e a predominância do grau nos cursos de graduação é o bacharel, com 59,8% e as licenciaturas marcam a porcentagem de 15,4% (INEP, 2021).

Em 2021, no âmbito das universidades federais foram ofertadas 827.045 vagas totais para cursos de graduação, sendo 78,2% delas preenchidas. Entre 2011 e 2021, o número de ingressos variou negativamente (-23,4%) nos cursos de graduação presencial; nos cursos a distância aumentou 474,0% (INEP, 2021). A porcentagem da evasão nas

¹² Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

instituições públicas de ensino superior foi de 9,4% em 2021. A região Norte do país foi considerada a segunda região com menor número de municípios com a oferta de cursos – tanto presenciais quanto EAD, assim como também é a região com o menor número de pessoas matriculadas na educação superior, independente da rede.¹³

Fábio foi um estudante que teve nas bolsas de estudos recebidas, uma oportunidade de se agarrar à sua formação. Danny, é bem enfática quanto às possibilidades de mudanças e autonomia que a bolsa de mestrado teve em sua vida. Não foi somente uma moradia conseguida, mas ela adquiria ali um espaço onde poderia ser ela mesma. Assim como Fábio, Danny e outros jovens LGBTQIA+, a aquisição da bolsa de estudos na universidade propiciam possibilidades de alimentação, moradia e estudo melhores, já que suas energias estariam concentradas unicamente na atividade acadêmica, não tendo que se dividir entre o regime de carteira assinada e o segmento da graduação, assim como Kaio.

O mercado de trabalho por si só é um ambiente escasso, com oportunidades que exigem possibilidades de adequação do empregado para desenvolver aquilo que a empresa precisa. Nas relações de sujeitos LGBTQIA+ essa escassez se torna mais agravante quando se observa o fato de que, na maioria das vezes, os sujeitos precisam delimitar seus comportamentos e ações. Isso pode ser visto, de certa maneira nos relatos de Kaio e Vitória. Kaio, apesar de estar contratado, relata possuir uma certa segurança por estar na parte administrativa, o que não necessita atendimento direto ao cliente, mas que, em relação aos colegas de trabalho, ele opta por manter uma postura fechada, para evitar questionamentos.

Assim, um programa de assistência estudantil universitária com categorias específicas para alunos LGBTQIA+ ajudaria com que os sujeitos evitassem esse tipo de constrangimento no local de trabalho, passassem a se inserir de maneira completa no ambiente universitário, além de que as possibilidades de estágio interno na universidade permitiriam uma experiência e um processo de adaptação para as relações profissionais que virão posteriormente, ao final da graduação. Santos, 2017, apresenta em seu trabalho medidas implementadas na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, no ano de 2015, visando a integração e conseqüentemente a permanência dos alunos LGBTQIA+ da instituição: “De acordo com as informações do site da Instituição, o lançamento faz

¹³ Dados disponíveis em < <https://www.andifes.org.br/?p=94963>>.

parte das ações da “Semana do Amor Igual”, organizada pelo Ministério Público de Pernambuco, o Movimento Mães pela igualdade, o Humanitas-Unicap, o Instituto José Ricardo e a própria UFPE” (p. 37), tornando-se pioneira na ação de políticas institucionais para essa população:

A Política LGBT da UFPE vai promover ações afirmativas, com o objetivo de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão escolar das pessoas travestis, transexuais, transgêneros e intersexuais, bem como promover a inclusão social pela educação. Também vai promover ações preventivas, protetivas, direcionadas à saúde da população LGBT e voltadas para a pesquisa LGBT. (UFPE, 2015; p.1).

Dentre os projetos pertencentes nesta medida, está o intitulado “Vai ter trans na UFPE, sim! ” (p. 37), com o objetivo de reduzir a evasão universitária e oferecendo prioridade para os/as alunos transexuais e as travestis, no acesso das bolsas de manutenção e sustento. Também existiram medidas de conscientização para a instituição em geral, quanto a necessidade e importância do nome social e da utilização do banheiro pelos alunos trans, assim como a criação de editais com financiamentos para as pesquisas relacionadas ao âmbito LGBTQIA+, congressos e premiações.

6.1 E entre nós?

Dos alunos entrevistados, e principalmente os pertencentes ao *locus* principal, a Universidade Federal do Pará, relataram de maneira unânime que, as poucas intervenções em prol da comunidade LGBTQIA+ universitária partia unicamente dos coletivos, movimentos populares/ estudantis, e praticamente nulo em relação à gestão e a instituição em si. Assim, decidimos realizar uma pesquisa chave rápida dentro do site oficial da instituição, de modo a encontrar publicações referentes às atividades voltadas para a comunidade LGBTQIA+.

Desta forma, entre os 49 resultados encontrados com a palavra-chave “lgbt”, encontramos matérias sobre exposições, desde uma especificamente sobre a arte *drag* na Amazônia¹⁴, um seminário com tema sobre a integração acadêmica e outros que fazem menção à categoria no corpo da matéria, mas sem atividades específicas ligadas à eles.

Entre os demais resultados, trazemos destaque a matéria que anuncia o surgimento de uma disciplina eletiva/optativa, pela primeira vez no curso de Direito, voltada para o

¹⁴Disponível em: <<https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14393-faculdade-de-artes-visuais-recebe-exposicao-curricular-sobre-arte-drag-na-amazonia>>

conhecimento jurídico das leis direcionadas para a população LGBTQIA+¹⁵, a oferta de vagas LGBTQIA+¹⁶ em editais de mestrado e doutorado, para os cursos de Direito e Desenvolvimento na Amazônia e a pós graduação em Direito, respectivamente.

Ao analisar o documento sobre a Política Institucional de Assistência Estudantil e de Acessibilidade da UFPA (PINAE), contamos com uma apresentação geral sobre os processos que permeiam o Programa Nacional de Assistência Estudantil e seus objetivos, juntamente com as medidas tomadas pela própria UFPA:

A UFPA continuamente se organiza para assistir, por outras fontes de recursos, as demais categorias de discentes da instituição, a saber: os do ensino básico (Escola de Aplicação), os do ensino técnico e tecnológico (Escola de Teatro e Dança e Escola de Música) e os do ensino da pós-graduação (PNAE, 2021, p. 4).

Entre o resumo do documento, nele está presente a descrição das ações voltadas para a assistência estudantil e acessibilidade dentro da UFPA, estruturadas a partir de perspectivas democráticas e pluralistas (p. 6) e que englobem toda a comunidade acadêmica promovendo ações e melhorias voltadas para a permanência dos alunos em situações de vulnerabilidade, se estruturando nos eixos da “Assistência Estudantil, Integração Estudantil, Acessibilidade e Alimentação Estudantil” (p. 7).

Na leitura do documento, encontramos apenas em um fragmento uma menção aos termos de ordem sexual, estando presente nas primeiras linhas de apresentação dos conceitos fundantes das ações realizadas pela Superintendência de Assistência Estudantil, mais precisamente nos conceitos dos discentes em situação de vulnerabilidade social: “Discente em situação de “perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual [...]” (p. 13).

Dentre os objetivos específicos do PINAE, destacamos os pontos b e c que versam sobre “b) Minimizar os efeitos das desigualdades sociais, raciais, culturais e linguísticas no que tange a permanência e conclusão de cursos; c) Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e a diminuição das taxas de retenção e evasão universitárias” (p.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/14231-curso-de-direito-oferta-pela-primeira-vez-disciplina-optativa-de-direito-lgbtqiapn>>.

¹⁶ Disponível em: < <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13971-ufpa-disponibiliza-opportunidades-para-mestrado-e-doutorado-de-outubro-a-novembro>>.

17). Em meio aos *campis* há a orientação da criação de uma subunidade administrativa para que caminhe em sintonia com a implementação dos objetivos do PINAE:

Desenvolvendo ações relativas ao acolhimento, orientações sobre a concessão de auxílios e bolsas, identificação e acompanhamento a dificuldades socioeconômicas, didático-pedagógicas, psicoeducacionais, acessibilidade, saúde e bem-estar, acompanhamento de moradores residentes das Moradias Universitárias, favorecendo aos assistidos um período de permanência com formação acadêmica de qualidade (PINAE, 2021, p. 19).

Há também a exigência quanto a presença de profissionais com formações específicas entre pedagogos, assistentes sociais, psicólogos e profissionais habilitados para a atuação em acessibilidade, com especializações na educação especial ou em terapia ocupacional. Assim, não há em suas propostas e objetivos, políticas voltadas para a população LGBTQIA+ discentes da UFPA, tendo em vista as particularidades aqui citadas, não somente por teóricos do tema, mas também pela vivência dos sujeitos de pesquisa, no que diz respeito às situações de vulnerabilidade social e econômica que afetam diretamente a aderência destes alunos à rotina universitária e ao sucesso acadêmico.

Outro ponto que cabe o questionamento é a indagação de porque as atividades de conscientização e debates, juntamente às medidas de assistência estudantil não chegam ao conhecimento desses jovens, levando em conta a negativa presente em todas as falas aqui apresentadas? Em que momento se presencia a falha no acesso à informação por parte dos discentes? Falta de amplitude na divulgação? A necessidade de um diálogo maior e popular com a comunidade discente? Junção de projetos com políticas de assistências assim como aquelas apresentadas pela UFPI? São questões a se analisar levando em conta que, a não assistência aos alunos LGBTQIA+ podem ocasionar situações de sofrimento que impactam diretamente no exercício discente, resultando em casos mais graves na evasão universitária e repetindo, de maneira geral, os mesmos padrões de opressão presentes na formação de profissionais, principalmente os que atuarão nas salas de aula, já que a não realização, propagação e manutenção dos debates e da causa, estimula a linearidade dos processos de opressão, já que os mesmos não serão questionados em âmbito nenhum.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar nas últimas linhas desse trabalho pode ser visto como uma vitória pessoal, levando em conta os entraves que se mantiveram firme durante o período de produção, e

um sucesso acadêmico se analisado do ponto de vista da conclusão e defesa da dissertação, encerrando o período de um pouco mais de dois anos em relação ao Mestrado em Educação.

Mas, me faz refletir também sobre a sensação de estar formando e estando um passo a mais apta para a imersão em ambientes acadêmicos e estudantis, tendo o processo de graduação de jovens LGBTQIA+ como temática, sabendo que a universidade ainda não se faz presente como um ambiente de mudanças, mas sim, por diversas vezes, um ambiente de reafirmação das desigualdades sofridas e relatadas.

Os resultados a partir das falas coletadas demonstram os inúmeros fatores que podem atravessar as realidades mediante a vida acadêmica, e os percalços são ainda maiores quando se trata da vida acadêmica de jovens LGBTQIA+. Os estudos apresentados ao longo dessa dissertação testemunham por diversas linhas, quais são os sujeitos com direito à vida neste projeto de nação, mais propriamente dito, a heteronacção, como mostra Ochy Curiel.

Mesmo diante das diversas interferências históricas e ancestrais que tivemos neste processo de criação do que chamamos de Brasil e da justificativa em cima de todo o apagamento histórico vivido neste curso, sabemos que estamos a longos passos, por vezes utópicos, em mudar a consciência e a relação dos sujeitos com os resultados causados pelas heranças coloniais.

Assim, dentro de todo o aparato que constitui o nosso sistema, que também é *cistema* – termo familiarizado nas leituras de Lesch e York, temos a educação, o ambiente educacional, as escolas e a universidade. Defendemos acima de tudo a valorização do sistema universitário público e enxergamos nele a possibilidade de mudança social que nos é fornecido. Mas reconhecemos e reforçamos a existência e influência das orientações, e conseqüentemente suas formas de violência e silenciamentos.

É importante também ressaltar alguns acontecimentos históricos que permeiam a história da educação no Brasil. As diversas movimentações políticas ao longo das décadas, resultaram em movimentos de pequenos avanços seguidos de retrocessos no âmbito educacional, como exemplo em 1932 com os movimentos e a luta pela escola pública e gratuita, impactado pelo Estado Novo (1937-1946) e a decisão de isentar o estado da necessidade de priorizar o ensino público.

Nosso lócus de pesquisa, a Universidade Federal do Pará, foi criada no ano de 1957 e alguns anos depois, em 1964, o país adentrava o período do golpe militar e se manteve de forma violenta, contestando ações voltadas para a educação da população, da cultura e do ensino pelos próximos 21 anos. Documentos como a Constituição Federal (1988) e outros que permeiam a educação vieram a se reestruturar em um passado não muito distante. É necessário também compreender que assuntos como inclusão, diversidade, gênero e sexualidade são considerados relativamente novos nesses meios, e juntamente com os estudos, a movimentação de coletivos sociais permite que tais pautas sejam escutadas e priorizadas. E mesmo diante de um acesso maior ao debate e a informação, ainda vivenciamos episódios de retiradas de direitos educacionais e sociais a todo instante, como os que tomaram força nos últimos quatro anos do governo anterior (2019- 2022).

Assim, baseado nos eixos das problematizações iniciais deste trabalho, conseguimos dissertar por meio das experiências cedidas pelos sujeitos de pesquisa que a universidade investigada, mesmo diante de suas ações, ainda peca no que diz respeito a bandeira da formação diversa e humanitária, levando em conta situações em que questões como o nome social não se sobressaíram diante dos processos burocráticos da instituição, mesmo tendo conhecimento que este é um direito garantido para a população LGBTQIA+.

Outro ponto dentro desta primeira problematização é que, consideramos as bolsas de auxílio estudantil e o atendimento psicológico efetivo, atitudes de fundamental importância e relevância na trajetória desses alunos, e que, pelos motivos aqui trabalhados, requerem de uma especificidade maior quando comparada a comunidade acadêmica no geral. Quando questionado anteriormente, a respeito das alternativas voltadas para a permanência e conclusão acadêmica desses alunos, percebemos que suas estratégias são em grande maioria pessoais e análogas ao curso, como exemplo dos empregos, formais e informais, que disputam espaço com a graduação, mas que também oferecem um subsídio essencial na vida dos alunos LGBTQIA+ que a universidade ainda não consegue oferecer e nem manter.

No geral, é cabível de responder que a universidade e em especial os cursos de formação de professores, além dos outros citados aqui, não oferecem um posicionamento positivo acerca da presença e do apoio a esses estudantes, salvo as ocorrências de alguns

docentes que, por afinidade ou proximidade, decidem fazer a diferença nas trajetórias LGBTQIA+.

A pesquisa cumpre seu objetivo na análise e compreensão da trajetória escolar e acadêmica dos sujeitos LGBTQIA+, ao passo em que não somente fornece um material de balanço tecido pelos próprios sujeitos, quanto as deficiências do sistema de ensino, como também dialoga com as possibilidades para organizar e planejar medidas para sanar as questões negativas que vieram à tona.

Assim, dialogamos com as perspectivas e percepções de sujeitos que, em breve, estarão na posição de professores, docentes, dispostos a colaborar de maneira mais incisiva, no processo de resolução das questões que impedem que o ambiente, tanto escolar quanto universitário, seja de fato diverso e humanitário.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Paula Gun. [1986] 1992. *The Scared Hoop. Recovering the feminine in American Indian Traditions*. Bonston, Beacon Press. In LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

ARROYO, Miguel G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias* / Miguel G. Arroyo. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENTO, Berenice. Quem pode habitar o Estado Nação?. **Cadernos pagu**, v. 53, 2018

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 1ªEd. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

CURIEL, Ochy. **La Nacion Heterossexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha lesbica y en la frontera, 2013. ISBN: 978-958-46-1870-2.

DAL'LGNA, Maria Cláudia. Silva; SILVA, Jonathan Vicente; SILVA, Miriã Zimmermann. Há diferença? Processos de constituição da identidade profissional de docentes homossexuais. **Revista Práksi**, novo Hamburgo, v. 2, p. 184-208, 2019.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Veja- Passagens, 1996.

DINIS, Nilson Fernandes; SOUZA, Leandro Corisco. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições**, Campinas, v. 21, n. 3, p. 119-134, 2010.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades lgbt sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015

FEYERABEND, Paul. 1977 in *Encontros Filosóficos: Ensaio sobre Método, Educação e Ensino* / organização Edgard Vinícius Cacho Zanette, Elemar Kleber Favreto. --1. ed. – Boa Vista, RR: UERR Edições, 2021.

FIGUEIREDO, Carlos Vinícius da Silva. **O direito ao grito: a hora do intelectual subalterno em Clarice Lispector**. 2009. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade do Saber**. Rio de Janeiro: EDIÇÕES GRAAL Ltda, 1999.

GIVIGI, Ana Cristina N.; OLIVEIRA, Camila Silva. Aquenda! Universidade: o recôncavo baiano sai do armário. *In*: GIVIGI, Ana Cristina N.; DORNELLES, Priscila G. **O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico- raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n.1, p. 98- 109, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaço do currículo**, v. 2, n.2, p. 208-230, 2019.

KILOMBA, Grada. “The Mask” *In*: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus. *Cadernos de Literatura em Tradução*, n. 16, 2016.

LEOPOLDO, Rafael. O PENSAMENTO LÉSBICO E A TEORIA QUEER: WITTIG, RUBIN E RICH. *PERI – Revista de Filosofia* • v . 1 0 n . 02, 2018 • p.110 - 127 • I SSN 2175 – 1811.

LESH, Camila. Cuirizando lxs límites : el espacio cuir desde una aproximación no binaria y feminista para el alojamiento de cuerpos disidentes en los márgenes de la universalidad de los Derechos Humanos. Tesis (Arquitecta y Magíster en Arquitectura)--Pontificia Universidad Católica de Chile, 2021.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LUDKE, Menga; CRUZ, Giseli Barreto. Aproximando universidade e escola de educação básica pela pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, p. 81-109, 2005.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies**. New York, William Morrow and c. 1935 (Trad. Bras. Rosa R. Krausz. São Paulo, Perspectiva, 2000)

MEIRELES. Ariane Celestino. **Políticas públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória**. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado em política social) - Universidade Federal do Espírito Santo Vitória, 2012.

MENDEZ, Raquel; LUCAS, Platero. VILLENNA, Maria Rosón. De ‘la parada de los monstruos’ a los *monstruos* de lo cotidiano: La diversidad funcional y sexualidad no normativa. **Feminismo/s**, v.19, p. 127-142, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

NASCIMENTO, AD., and HETKOWSKI, TM., orgs. Memória e formação de professores [online]. Salvador: EDUFBA, 2007. 310 p. ISBN 978-85-232-0484-6.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017. 190 f.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. . 2021. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero . Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. . - 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies.* African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series.** v. 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

QUIJANO, Anibal. 2000b. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”, Festschrift for Immanuel Wallerstein, part I, *Journal of World Systems Research*, V. XI:2, summer/fall. In LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa.** Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade,** 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf>

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS, Andressa Costa dos. **“Tudo aquilo que sou perpassa minha existência enquanto mulher e lésbica”:** Narrativas de professoras lésbicas das Instituições do Ensino Superior. 2020, 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade federal do Amapá, Macapá, 2020.

SANTOS, Jailson Batista. Os desafios da permanência de estudantes LGBT na universidade: uma perspectiva da diversidade sexual no curso de Pedagogia. 2017. Disponível em: < <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14735>>

SEGATO, Rita. Pedagogías de la crueldad: el mandato de la masculinidad. **Revista de la Universidad de México,** n. 9, p. 27-31, 2019. ISSN 0185-1330.

SILVA, Ana de Luanda Borges Braz da. **“CALA A BOCA, SEU VIADINHO!”:** Rejeição, julgamento e controle do gênero e das sexualidades no espaço escolar. 2018. Monografia (Trabalho de Conclusão de pedagogia) - Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.

SIRGADO, Angel Pino. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade,** v. 21, p. 45-78, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **cadernos pagu**, p. 81-103, 2001/2002.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales. 2006.

YORK, Sara Wagner. ENTREVISTA COM FAYE HARRISON MARGINALIDADES EDUCACIONAIS E DOCÊNCIA NEGRA E TRAVESTI. • Interfaces Científicas • Aracaju • V.8 • N.2 • p. 315 - 353 • Março – 2020

YORK, Sara Wagner. TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação / Sara Wagner York. – 2020. 185 f.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**



Caro parceiro, convido-o você para que compartilhemos memórias e diálogos em prol da conquista de um ensino justo e abrangente para todos nós. Cada trajetória compartilhada é o combustível para a união e a pressão para a modificação de um estilo de ensino que não nos cabe mais repassarmos em sala de aula. Caso deseje, seus nomes e dados estarão em sigilo absoluto. Asseguramos o total sigilo. A divulgação dos dados não terá nenhuma associação a você e seu nome será totalmente preservado. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estamos fazendo. Com a realização deste trabalho, viso trazer uma contribuição acadêmica acerca do tema que tem por objetivo a análise das histórias de vida e trajetórias acadêmicas de jovens não heterossexuais e suas implicações/relações com as expectativas da profissão docente.

No caso de alguma dúvida ou consideração, a responsável por essa pesquisa é a aluna do curso de Mestrado em Educação da UFPA e atende pelo nome completo de Ana de Luanda Borges Braz da Silva, com telefone para contato (91) 984147474 e email: Luanda.educ@gmail.com.com.

Ressaltamos que os e as participantes têm o direito de serem mantidos/o atualizado sobre os resultados que sejam do conhecimento das pesquisadoras. Observamos também que não há despesas pessoais para os e as participantes nem compensação financeira relacionada à sua participação.

Estou ciente do compromisso das pesquisadoras de utilizar dados e o material coletado somente para pesquisa e que poderão ser divulgados em meios científicos (congressos, revistas, artigos, etc.) nacionais e internacionais. Declaro estar suficientemente informado (a) a respeito do que li descrevendo este estudo.

Sendo assim, declaro que estou ciente acerca de quais são as propostas do estudo, os procedimentos e meios:
